



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

IEDA MARIA BERTOLA MAZZO

**ANÁLISE DE POSSÍVEIS EFEITOS DESEJÁVEIS DO
CONTROLE AVERSIVO NA APRENDIZAGEM DE
COMPORTAMENTO EFICAZ**

Londrina
2007

IEDA MARIA BERTOLA MAZZO

**ANÁLISE DE POSSÍVEIS EFEITOS DESEJÁVEIS DO
CONTROLE AVERSIVO NA APRENDIZAGEM DE
COMPORTAMENTO EFICAZ**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Análise do comportamento, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maura Alves Nunes Gongora.

Londrina
2007

Catálogo na publicação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

M477a Mazzo, Ieda Maria Bertola.
Análise de possíveis efeitos desejáveis do controle aversivo na aprendizagem de comportamento eficaz / Ieda Maria Bertola Mazzo. – Londrina, 2007.
105f.

Orientador : Maura Alves Nunes Gongora.

Dissertação (Mestrado em Análise do Comportamento) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento, 2007.

Bibliografia : f. 127-136.

1. Behaviorismo – Teses. 2. Controle aversivo (Psicologia) – Teses. 3. Comportamento eficaz (Psicologia) – Teses. I. Gongora, Maura Alves Nunes. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento. III. Título.

CDU 159.9.019.43

IEDA MARIA BERTOLA MAZZO

**ANÁLISE DE POSSÍVEIS EFEITOS DESEJÁVEIS DO
CONTROLE AVERSIVO NA APRENDIZAGEM DE
COMPORTAMENTO EFICAZ**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Orientadora Dra. Maura Nunes Alves
Gongora
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dr. Sérgio Vasconcelos Luna
Universidade Pontifícia Católica de São Paulo

Profa. Dra. Verônica Bender Haydu
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, 12 de março de 2007.

DEDICATÓRIA

À minha família dedico este trabalho: aos meus pais, aos meus irmãos e ao meu esposo.

É por vocês que a minha dedicação, a tudo que eu faço, sempre se renova.

Vocês são a razão da minha vida! Amo vocês com uma intensidade infinita!

Obrigada!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela saúde e pela paciência concedidas durante toda a elaboração deste trabalho... Obrigada, Senhor!

Agradeço a minha família: pai, mãe e Nuno. Mesmo distantes vocês sempre se fizeram presentes em minhas conquistas. Torceram, choraram e comemoraram comigo todos os momentos mais importantes da minha vida profissional. Obrigada por tornarem minhas decisões menos difíceis... Amo vocês!

À minha linda irmã. “Izinha, obrigada pelo apoio, pelo carinho e pelo respeito. Há tempos decidimos juntas conquistar uma vida mais tranqüila e mais harmoniosa para toda a nossa família. Nesses últimos dois anos, trilhei um caminho em busca desse objetivo e, ao longo dele, você foi minha companheira fiel. A conclusão deste trabalho é o primeiro passo já conquistado em nossa caminhada e isso seria impossível sem seu sorriso lindo me acompanhando. Obrigada, sempre!”

Ao meu anjo: “Alê, nossa cumplicidade sempre se expressou nos pequenos momentos que compartilhamos a cada dia. Neste longo caminho, você foi o abraço mais esperado em cada alegria e o colo mais reconfortante em cada dificuldade. Seu amor e seu carinho me estimularam a acreditar em minha capacidade e em minha competência profissional. Sua tranqüilidade e seu otimismo me ensinaram que para toda adversidade há sempre a possibilidade de superação. E o melhor de tudo: sua presença sempre esteve ao meu lado! Obrigada por iluminar os meus dias. Amo você, meu amor!”

Aos meus queridos e amados amigos: Jonas, Tati e Su. “Vocês foram a melhor surpresa que eu poderia ter neste mestrado. Cada um de vocês resgatou em mim a alegria de dar risada sem motivo, de errar e levantar e, principalmente, de contar com um ombro amigo para qualquer coisa. Nossa amizade se iniciou neste mestrado e não tem data para acabar por que para mim vocês são eternos... Verdadeiros amigos!”

Um agradecimento especial a minha professora e amiga Margareth. “Você foi a responsável por despertar em mim a paixão pela Análise do Comportamento. A sua competência profissional me mostrou, a cada supervisão, o quanto podemos auxiliar as pessoas a encontrarem seus caminhos e a sua sensibilidade identificou em mim a necessidade de me aprimorar como profissional. Obrigada por estabelecer as condições iniciais para eu me encontrar como analista do comportamento.”

À minha orientadora, Maura. “Professora, agradeço por cada palavra sua, por seu empenho, por seu respeito e, especialmente, por sua confiança em meu potencial. Agradeço por me ensinar a ser uma profissional melhor e uma pessoa realizada. Para mim, você sempre será não só uma professora brilhante, mas também uma pessoa maravilhosa! Obrigada por tudo!”

Obrigada a todos os profissionais da Uel que fizeram parte da minha trajetória acadêmica... Em especial, aos professores do Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento que sempre se empenharam em formar pessoas melhores e não apenas profissionais. Agradeço à Inês (secretária) pela competência e pela disponibilidade em ajudar.

Obrigada à CAPES pelo apoio financeiro que favoreceu a realização de um trabalho com qualidade.

MAZZO, Ieda Maria Bertola. **Análise de possíveis efeitos desejáveis do controle aversivo na aprendizagem de comportamento eficaz**. 2007. 105f. Dissertação (Mestrado em Análise do Comportamento) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2007.

RESUMO

Neste estudo investiga-se a hipótese de que contingências de punição e de reforço negativo, que constituem a área denominada “controle aversivo”, participam do processo de estabelecimento e de manutenção de comportamentos importantes, os quais podem aumentar a probabilidade de um dado indivíduo lidar melhor com as adversidades de seu ambiente, além de contribuir com práticas culturais relevantes para o seu grupo. Nesse caso, esses efeitos seriam entendidos como desejáveis, uma vez que favoreceriam a promoção de repertório eficaz. Para investigar esta hipótese foram desenvolvidos dois estudos, ambos de natureza teórico-conceitual. O primeiro descreve critérios implícitos nas análises skinnerianas, que orientam a compreensão de comportamento eficaz. No segundo estudo, investiga-se a possibilidade de participação do controle aversivo no processo de estabelecimento e de manutenção de comportamentos, que possivelmente favoreçam a ocorrência de repertório eficaz. Os critérios formulados no primeiro estudo, instrumentalizaram o segundo estudo para o esclarecimento do sentido em que os efeitos do controle aversivo podem ser avaliados como desejáveis ou indesejáveis. Os resultados do Estudo 1 mostram que Skinner, no conjunto de seus textos, usa a expressão “comportamento eficaz” com o seguinte sentido: repertório de comportamentos de um indivíduo, que produz tanto possibilidades diretas quanto indiretas de reforço, para comportamentos do próprio indivíduo, além de aumentar as chances de sobrevivência de práticas culturais relevantes. Os resultados do segundo estudo demonstram a possibilidade de participação do controle aversivo em vários comportamentos que favorecem repertório eficaz. Nesses resultados destacam-se as análises mais detalhadas do comportamento moral e do comportamento de autocontrole. As análises desenvolvidas indicam que, por integrar o ambiente natural, dificilmente o controle aversivo poderia ser simplesmente eliminado ou substituído. Além disso, em muitas situações, sua ocorrência parece ser adaptativa, indicando que algum contato com seus efeitos pode ser importante para a aprendizagem de comportamentos eficazes. Evidencia-se, ainda, que seus efeitos indesejáveis ocorrem em condições particulares de estimulação aversiva, havendo assim a possibilidade de certos efeitos desejáveis serem produzidos em outras condições. Com isso, espera-se ter contribuído com um maior detalhamento na análise do controle aversivo, apresentando alguns subsídios que podem orientar a compreensão de analistas do comportamento acerca dos seus efeitos comportamentais desejáveis e indesejáveis. Espera-se também, que os resultados destes estudos possam subsidiar análises mais críticas e menos dogmáticas sobre os diferentes efeitos comportamentais do controle aversivo.

Palavras-chave: Controle aversivo. Comportamento eficaz. Efeitos indesejáveis. Efeitos desejáveis.

MAZZO, Ieda Maria Bertola. **Analysis of the possible desirable effects of the aversive control in the effective behavior learning.** 2007. 105f. Dissertation (Masters Program in Behavior Analysis) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2007.

ABSTRACT

In this study, the hypothesis that contingences of punishment and negative reinforcement which constitute the area called 'aversive control', take part in the process of establishment and maintenance of important behaviors, which can increase the probability of an individual to deal better with the adversities of his environment; as well as to contribute with cultural practices relevant to his group, is investigated. In this case, these effects would be understood as desirable, once they would act in favor to the promotion of an effective repertory. Two studies were developed to investigate this hypothesis, both from a theoretic-conceptual nature. The first describes criterions based on Skinnerian's analysis which guides the comprehension of the effective behavior. The second study investigates the possibility of the participation of the aversive control in the process of establishment and maintenance of behavior that probably acts in favor to the occurrence of the effective repertory. The criterions from the first study instrumentalized the second one to the clarification of the way that the effects of the aversive control can be evaluated as desirable or undesirable for the behavioral learning. The results from the first study show that Skinner, in his compiled texts, uses the term 'effective behavior' as the following meaning: 'repertory of behavior of an individual which produces either direct or indirect possibilities of reinforcement, to the behavior of the own individual; moreover, it increases the chances of surviving of relevant cultural practices'. The results of the second study showed the possibility of participation of the aversive control in much effective behavior. The detailed analysis of the moral behavior and of the self-control behavior is pointed out in these results. The developed analysis indicate that, once the aversive control integrates the natural environment, it hardly could be simply eliminated or substituted, besides this, in many situations, its occurrence seems to be adaptative, indicating that any contact with its effects can be important to the effective behavioral learning. It is still evidenced that its undesirable effects probably occurs in particular conditions of aversive stimulation, having the possibility of desirable effects been produced in other conditions. In this way, it is expected that it had contributed with a greater detailment in the analysis of the aversive control presenting some aids that can guide the behavior annalists' comprehension about its desirable and undesirable behavioral effects. It is also expected that the results of these studies can subside more critical and less dogmatic analysis in respect to the behavioral effects of the aversive control.

Keywords: Aversive control. Effective behavior. Undesirable effects. Desirable effects.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 O CONTROLE AVERSIVO DO COMPORTAMENTO	18
2.1 CONTROLE AVERSIVO: CONTINGÊNCIAS DE REFORÇO NEGATIVO E DE PUNIÇÃO	18
2.2 SUBPRODUTOS DAS CONTINGÊNCIAS DE PUNIÇÃO E DE REFORÇO NEGATIVO	27
2.3 ALGUNS SUBPRODUTOS INDESEJÁVEIS DAS CONTINGÊNCIAS DE PUNIÇÃO E DE REFORÇO NEGATIVO	33
2.4 QUESTIONAMENTOS ACERCA DOS EFEITOS INDESEJÁVEIS DO CONTROLE AVERSIVO.....	40
3 DELINEAMENTO METODOLÓGICO	44
3.1 ESTUDO 1: O CONCEITO SKINNERIANO DE COMPORTAMENTO EFICAZ.....	44
3.2 ESTUDO 2: A PARTICIPAÇÃO DO CONTROLE AVERSIVO NA PROMOÇÃO DE REPERTÓRIO EFICAZ	47
4 RESULTADOS DO ESTUDO 1: O CONCEITO SKINNERIANO DE COMPORTAMENTO EFICAZ	50
4.1 POSSIBILIDADES OU CHANCES DE REFORÇO	52
4.2 POSSIBILIDADES OU CHANCES DE REFORÇO DEMONSTRADAS POR UMA CLASSE DE RESPOSTAS.....	53
4.3 POSSIBILIDADES OU CHANCES DE REFORÇO DEMONSTRADAS POR REPERTÓRIO COMPORTAMENTAL	55
4.4 O COMPORTAMENTO CULTURALMENTE EFICAZ	58
4.5 REPERTÓRIO EFICAZ E PLANEJAMENTO DE CONTINGÊNCIAS	62
5 RESULTADOS DO ESTUDO 2: A PARTICIPAÇÃO DO CONTROLE AVERSIVO NA PROMOÇÃO DE REPERTÓRIO EFICAZ.....	66
5.1 ALGUMAS ILUSTRAÇÕES DE COMPORTAMENTO EFICAZ SOB CONTROLE DE CONTINGÊNCIAS AVERSIVAS	67

5.2 CONTROLE AVERSIVO E COMPORTAMENTO MORAL	73
5.3 CONTROLE AVERSIVO E COMPORTAMENTO DE AUTOCONTROLE	80
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
REFERÊNCIAS.....	93
ANEXOS.....	99
ANEXO 1 – REFERÊNCIAS SELECIONADAS NA ETAPA 4 DO ESTUDO 1	100
ANEXO 2 – REFERÊNCIAS SELECIONADAS NA ETAPA 2 DO ESTUDO 2.....	103

1 INTRODUÇÃO

Na Análise do Comportamento, o controle aversivo tem sido definido como o controle do comportamento estabelecido por contingências de punição e de reforço negativo. Embora existam outras denominações empregadas para o estudo desse tipo de controle, todas se referem à análise desses dois tipos de contingências. Por exemplo, Sidman (1989/1995), um dos principais pesquisadores da área, examina os efeitos comportamentais das contingências de punição e de reforço negativo sob o título de “Coerção” (p.51). Milenson (1967/1975a), em uma descrição operacional dessas contingências, emprega a terminologia “Contingências Aversivas” (p.383). Por outro lado, Catânia (1991/1999, p. 108) e Skinner (1972/1975f, p. 91) preferem a denominação “Controle Aversivo”, a qual também será adotada nesta pesquisa, uma vez que se trata da denominação mais utilizada, quando estudado o controle comportamental estabelecido pelas contingências de punição e de reforço negativo.

Historicamente, analistas do comportamento têm se dedicado ao estudo do controle aversivo, enfocando, principalmente, os problemas comportamentais que este tipo de controle tende a produzir (Catânia, 1991/1999; Hüzinker, 1997; Queiroz, 2004; Sidman, 1989/1995; Skinner, 1972/1975f, 1971/1977b, 1953/2000l). Dessas investigações derivam-se os argumentos aplicados na interdição ao uso de procedimentos fundamentados no controle aversivo, especialmente, quando são empregados em contextos de práticas sociais, como educação e psicoterapia, por exemplo.

De acordo com Sidman (1989/1995) e com Skinner (1972/1975f; 1971/1977b; 1953/2000l), os efeitos comportamentais produzidos pelo controle aversivo dificultam a aprendizagem de comportamentos apropriados ou eficazes e, por esta razão, há necessidade de evitá-lo, substituindo os procedimentos fundamentados nas contingências de punição e de reforço negativo, por estratégias pautadas em contingências de reforço positivo e de extinção.

Contudo, apesar de estudos demonstrarem que o controle aversivo produz efeitos indesejáveis à aprendizagem de comportamentos eficazes e que favorece a ocorrência de problemas comportamentais, autores, que criticam esta postura tradicional, defendem que os resultados desses estudos não tratam inteiramente dos possíveis efeitos produzidos pelas contingências de punição e de reforço negativo e que, por isso, não dão conta de demonstrar as possibilidades da participação do controle aversivo na promoção de comportamentos

apropriados (Hineline, 1984; Mallot, 2004; Martinez, 2005; Michael, 1975; Perone, 2003; Todorov, 2001).

Hineline (1984) e Michael (1975) consideram que os efeitos do controle aversivo, normalmente avaliados como indesejáveis à aprendizagem de comportamentos eficazes, em circunstâncias particulares de estimulação aversiva, podem favorecer a promoção desses comportamentos. Com isso, a argumentação, que interdita estratégias de intervenção pautadas no controle aversivo, necessita maiores investigações e revisões.

Além disso, Todorov (2001) afirma que alguns dos efeitos indesejáveis atribuídos, principalmente, à contingência de punição podem ser observados em ocasiões onde esta contingência não ocorre, como, por exemplo, nos primeiros estágios da extinção e em situações de privação. Balsan & Bondy (1983) e Perone (2003) complementam enfatizando que, muitas vezes, os efeitos indesejáveis também podem ser verificados em procedimentos recomendados como substitutos daqueles fundamentados no controle aversivo. Para Perone (2003), a longo prazo, efeitos produzidos por contingências de reforço positivo, também podem produzir *déficits* comportamentais como, por exemplo, baixa resistência à frustração e uma variedade limitada de respostas para solucionar problemas.

Baseando-se nesses críticos, supõe-se que nem todo efeito indesejável à aprendizagem de comportamentos apropriados ou eficazes seja produzido, exclusivamente, pelas contingências que definem o controle aversivo do comportamento. Considera-se, ainda, que os efeitos produzidos pelo controle aversivo nem sempre sejam indesejáveis à promoção de comportamentos eficazes e favorecedores de *déficits* comportamentais.

Atualmente, o conhecimento mais difundido na área de controle aversivo que orienta a aplicação da Análise do Comportamento em diversos contextos sociais, sustenta-se essencialmente por trabalhos que evidenciam os efeitos comportamentais das contingências de punição e de reforço negativo que implicam prejuízos à aprendizagem de comportamentos apropriados (Catânia, 1991/1999; Hüzinker, 1997; Queiroz, 2004; Sidman, 1989/1995; Skinner, 1972/1975f, 1971/1977b, 1953/2000l). Por outro lado, existem alguns estudiosos que criticam os limites deste posicionamento. Apesar de as críticas ainda serem incipientes nesta área de estudo e pouco divulgadas, elas são de extrema importância para ressaltar que o estudo do controle aversivo do comportamento requer aprofundamento teórico e empírico. (Hineline, 1984; Mallot, 2004; Martinez, 2005; Michael, 1975; Perone, 2003; Todorov, 2001).

Questionamentos acerca de possíveis subprodutos desejáveis do controle aversivo não são novos na Análise do Comportamento. Em 1975, Michael já apresentava

relevantes indagações sobre posturas indiscriminadas de interdição ao controle aversivo, principalmente nas intervenções realizadas em contextos sociais. Esse autor esclareceu alguns aspectos históricos sobre o estudo desse tipo de controle que favoreceram e, ainda, favorecem um enfoque demasiado nos problemas comportamentais promovidos pelas contingências de punição e de reforço negativo, em detrimento de uma possível participação favorecedora do processo de modelagem de comportamentos úteis e apropriados.

Baseando-se em Michael (1975), pode-se verificar que, historicamente, a análise do controle aversivo tem se pautado em argumentos parciais e, por vezes, equivocados. Em algumas críticas, observa-se que os argumentos que orientam a interdição de estratégias comportamentais, fundamentadas nas contingências de punição e de reforço negativo, não diferenciam os efeitos comportamentais produzidos por esses dois tipos de contingências, fato que favorece uma interdição indiscriminada de qualquer possibilidade de controle aversivo. Além disso, destaca, ainda, que os estudos sobre o controle aversivo necessitam de maiores investigações sobre seus efeitos comportamentais, uma vez que, em determinadas condições ambientais, eles podem favorecer a apresentação de comportamentos apropriados, ao invés de apenas prejudicá-los.

Na presente pesquisa, considera-se que os estudos, que se contrapõem ao enfático e tradicional debate acerca dos prejuízos do controle aversivo, desenvolveram-se de forma incipiente nas últimas décadas, contribuindo diretamente para que o controle aversivo se consolidasse como sinônimo de resultados indesejáveis para a aprendizagem comportamental. O posicionamento avesso à aplicação de técnicas baseadas no controle aversivo, apresentado por Sidman (1989/1995) e por Skinner (1972/1975f; 1971/1977b; 1953/2000j; 1953/2000l), principais críticos do controle aversivo, parece delimitar significativamente que é impossível a participação de contingências de punição e de reforço negativo no processo de estabelecimento e de manutenção de comportamentos apropriados, quando muito, essa participação é considerada um mal necessário, ou seja, ainda entendida como indesejável.

Sidman (1989/1995) afirma, de forma sistemática, que contingências de punição devem ser, sempre que possível, evitadas ou eliminadas de qualquer intervenção realizada em contextos sociais. Considera que os problemas de maior repercussão, nas sociedades contemporâneas, decorrem de subprodutos desse tipo de contingência. Também enfatiza que os comportamentos estabelecidos e mantidos por contingências de reforço negativo apresentam-se ineficazes, pelo fato de ocorrerem em função da estimulação produzida por contingências de punição, a qual geralmente é intensa e provoca fortes reações

emocionais capazes de paralisar ou mesmo eliminar o organismo que se comporta. Como dito, segundo este autor, desse processo resultam os principais problemas sociais enfrentados atualmente, como: *déficits* educacionais, agressividade, contravenção, apatia, estados de ansiedade e medos, entre outros.

Nesta pesquisa, há o reconhecimento de que o enfoque de Sidman (1989/1995) representou um avanço significativo nas análises de sérios problemas comportamentais, decorrentes do uso sistemático do controle aversivo. Mas, por outro lado, verifica-se que a ênfase do autor também produziu um conhecimento restrito acerca dos efeitos comportamentais do controle aversivo, pelo fato de considerar que possíveis efeitos indesejáveis são necessariamente produtos exclusivos do controle aversivo e de não pontuar em suas análises, com maior clareza, condições particulares de intensidade, frequência e apresentação da estimulação aversiva, que favorecem a ocorrência desses efeitos indesejáveis.

De acordo com os pressupostos do Behaviorismo Radical, os princípios comportamentais não possuem valores intrínsecos e, portanto, seus efeitos não devem ser compreendidos como absolutos (desejável ou indesejável) (Skinner, 1974). A análise não deve focar apenas o tipo de controle, mas ‘como’ ele está sendo aplicado quando são observados efeitos desejáveis ou indesejáveis à aprendizagem de comportamentos eficazes.

As considerações de Skinner (1972/1975; 1971/1977; 1989; 1953/2000) sobre as contingências de reforço negativo e de punição são menos enfáticas em relação as de Sidman (1989/1995), pelo fato do autor não prescindir totalmente do emprego de procedimentos fundamentados nessas contingências. Porém, os momentos nos quais Skinner apresenta algum tipo de indicação para o uso desses procedimentos inviabilizam parcialmente possíveis avanços na área da pesquisa aplicada.

Skinner (1972/1975g; 1989/1991c) considera que a aplicação de procedimentos fundamentados em contingências aversivas justifica-se, principalmente, quando o comportamento (foco de intervenção) apresentar risco elevado à integridade física do indivíduo. Além disso, devem ser aplicados se não houver qualquer outra alternativa disponível, sendo que seus subprodutos indesejáveis parecem ser inevitáveis. Cabe ressaltar, ainda, que as condições ambientais propostas por Skinner (1948/1975; 1971/1977b), para que os subprodutos indesejáveis do controle aversivo não ocorram, estão muito aquém da realidade dos contextos sociais, onde analistas do comportamento atuam, uma vez que o autor discute essa possibilidade em uma estrutura social utópica (como em sua obra *Walden Two* de 1948). Nessa estrutura, a necessidade de controle aversivo é praticamente irrisória, pelo fato da organização social ser amplamente planejada para que as adversidades ocorram em

condições ideais de intensidade e de frequência da estimulação ambiental, de modo que sejam funcionais no controle do comportamento.

Nesse sentido, considera-se que tanto as análises de Sidman bem como as considerações de Skinner, apesar de extremamente relevantes, parecem terminar com as possibilidades de continuar com as análises sobre os efeitos comportamentais do controle aversivo. Primeiro, por apresentarem uma postura definitiva em relação à participação de contingências de punição e de reforço negativo, na aprendizagem de comportamentos eficazes, ou seja, consideram que tal participação, necessariamente, produz efeitos indesejáveis. Em segundo lugar, pela postura de Skinner, ao argumentar que uma possível participação desejável requer condições ambientais dificilmente encontradas nas estruturas sociais contemporâneas. Por outro lado, para alguns autores as posturas desses principais críticos do controle aversivo não foram concebidas como regras e sim como fontes de questionamentos sobre o conhecimento vigente na área, contribuindo para que a pesquisa sobre o controle aversivo não fosse dada como encerrada.

Complementando as indagações levantadas por Michael (1975), Hineline (1984) afirma que as análises sobre os efeitos indesejáveis do controle aversivo baseiam-se, principalmente, em descrições operacionais das contingências de punição e de reforço negativo, as quais não permitem uma análise pormenorizada da ocorrência de subprodutos do controle aversivo, pelo fato de enfocarem o efeito sobre a probabilidade do comportamento e não os subprodutos. Para Martinez (2005), um estudo detalhado, acerca dos subprodutos do controle aversivo, apresenta-se imprescindível, pois permite que posturas de interdição e de recomendabilidade de estratégias aversivas, em contextos de práticas sociais, sejam melhor fundamentadas.

Todorov (2001) também destaca a necessidade de se aprofundar as investigações sobre os efeitos comportamentais do controle aversivo, ressaltando que as análises sobre as contingências de punição (alvo das críticas mais enfáticas sobre o controle aversivo), muitas vezes, apenas reafirmam que efeitos indesejáveis são produzidos pelas contingências de punição e, ainda, consideram que tais efeitos são produzidos exclusivamente por essas contingências. Diante desse cenário, Todorov (2001) esclarece que os efeitos indesejáveis à aprendizagem de comportamentos apropriados podem ser produzidos por outras operações, as quais não envolvem necessariamente o controle aversivo e, ainda, enfatiza que os efeitos da punição requerem maiores investigações.

Ainda complementando, Perone (2003) frisa que contingências indicadas e adotadas como alternativas à punição também podem produzir efeitos indesejáveis, como, por

exemplo, os efeitos produzidos pelas contingências de reforço positivo a longo prazo. Para o autor, além de maiores estudos sobre as contingências que constituem o controle aversivo do comportamento, há também a necessidade de investigações dos efeitos comportamentais produzidos por contingências indicadas e adotadas como alternativas ao controle aversivo por, supostamente, não apresentarem os subprodutos indesejáveis. Este é o caso das contingências de reforço positivo e de extinção.

Hünziker (2006) e Mallot (2004) também contribuem com o desenvolvimento de estudos sobre o controle aversivo, ressaltando que os efeitos comportamentais das contingências de punição e de reforço negativo nem sempre são indesejáveis. Segundo Hünziker (2006), a análise da participação de contingências aversivas deve ser aprofundada no estudo de variabilidade comportamental, hipotetizando-se que essas contingências também produzam variabilidade, aumentando as chances de induzir comportamentos novos e relevantes para o indivíduo e para o grupo. Para Mallot (2004), subprodutos como fortes reações emocionais podem favorecer a aprendizagem de comportamentos socialmente importantes, como o comportamento moral, que favorece a vida em grupo.

Neste contexto de debates, o presente estudo investiga a possibilidade de participação do controle aversivo na promoção de comportamentos eficazes, ou seja, hipotetiza-se que contingências de punição e de reforço negativo possam produzir efeitos desejáveis à aprendizagem desses comportamentos. Cabe considerar que tratar desse assunto configura-se uma tarefa delicada e arriscada, pois pode parecer ao leitor que se pretende recuperar ou defender práticas sociais aversivas que têm sido historicamente combatidas. Mas, ao contrário, o que se pretende é esclarecer os variados efeitos comportamentais do controle aversivo, para que analistas do comportamento, responsáveis por intervenções comportamentais em situação natural, possam distinguir na complexidade de seus efeitos tanto aqueles indesejáveis quanto os desejáveis para a promoção de comportamento humano eficaz.

Assim, espera-se que o estudo de possíveis efeitos comportamentais desejáveis do controle aversivo possa contribuir com a compreensão de quais condições presentes nas contingências de reforço negativo e de punição devem ser realmente alvo de interdição, bem como, de quais possam ser relevantes para a aprendizagem de comportamento eficaz. Espera-se, também, que os resultados apresentados neste estudo possam contribuir, em última instância, com a promoção do bem estar de indivíduos submetidos a intervenções comportamentais, em diferentes contextos sociais.

Acredita-se que pesquisas, que ampliem o âmbito de análise de efeitos comportamentais do controle aversivo, contribuam para que posturas de interdição ou de recomendabilidade de estratégias, pautadas no controle aversivo, sejam fundamentadas em argumentos mais críticos e menos dogmáticos, principalmente, quando relacionadas a contextos sociais de atuação de analistas do comportamento, como educação e psicoterapia.

Skinner (1989/1991c) afirma que “a aceitação excessivamente rápida de práticas aversivas bloqueia o progresso rumo a direções mais promissoras” (p.111), no sentido de que a aceitação de práticas aversivas no controle do comportamento humano dificultava os estudos sobre procedimentos alternativos, como aqueles fundamentados no controle positivo, considerados como mais efetivos. Além disso, essa aceitação também dificultava a completa eliminação do uso de estratégias aversivas em contextos sociais. Nesta pesquisa, considera-se que “a aceitação excessivamente rápida de que práticas aversivas produzam apenas efeitos indesejáveis pode bloquear o progresso rumo a direções mais promissoras”, no sentido de fortalecer condutas de interdição ao controle aversivo, pautadas em argumentos parciais sobre os efeitos produzidos pelas contingências que o constituem, dificultando estudos mais aprofundados sobre os resultados que contingências aversivas podem apresentar no controle do comportamento.

A partir dessas considerações, esta pesquisa investigou a participação do controle aversivo na aprendizagem de comportamentos eficazes. Para subsidiar esta investigação, inicialmente será apresentada uma breve revisão de literatura sobre as análises de maior debate e divulgação acerca do controle aversivo do comportamento, organizada da seguinte forma: primeiro, serão apresentadas as definições operacionais das contingências de punição e de reforço negativo, as quais caracterizam o controle aversivo do comportamento. Posteriormente, serão descritos os principais efeitos comportamentais ou subprodutos do controle aversivo. Encerrando essa revisão, serão realizados alguns questionamentos acerca do atual debate sobre os efeitos indesejáveis do controle aversivo.

A fim de orientar a análise de possíveis efeitos desejáveis do controle aversivo e, também, de elucidar em que sentido avalia-se os efeitos do controle aversivo, como desejáveis ou indesejáveis para a aprendizagem comportamental, realizou-se uma análise do conceito skinneriano que subjaz ao uso da expressão comportamento eficaz. Fundamentando-se em critérios levantados nesta análise, foi indicada a possibilidade de se verificar a participação do controle aversivo na promoção de vários exemplos de comportamento eficaz. Além disso, foi realizada uma análise pormenorizada de dois comportamentos eficazes: comportamento moral e comportamento de autocontrole. A

descrição das condições ambientais que, favorecem o desenvolvimento e a manutenção desses comportamentos, demonstra como a participação de contingências de punição e de reforço negativo pode ser favorável à aprendizagem de comportamentos relevantes, para o indivíduo e também para a vida em grupo, ou seja, como efeitos produzidos pelo controle aversivo podem ser desejáveis.

Com isso, espera-se que a investigação, empreendida neste estudo, de cunho teórico-conceitual, possa ampliar o âmbito de análise sobre a participação de contingências de punição e de reforço negativo na aprendizagem de comportamentos importantes. Espera-se, também, contribuir para que posturas de interdição e de recomendabilidade de intervenção comportamental, pautadas no controle aversivo, possam ser fundamentadas em argumentos mais criteriosos e menos dogmáticos.

2 CONTROLE AVERSIVO DO COMPORTAMENTO

Este capítulo tem por objetivo demonstrar como o conhecimento da área de controle aversivo está fundamentalmente estruturado. Para tanto, foram organizados quatro tópicos a serem apresentados:

1. Controle aversivo: contingências de reforço negativo e de punição - apresentação das definições operacionais das contingências que constituem o conceito de controle aversivo.
2. Subprodutos das contingências de punição e de reforço negativo - descrição dos principais subprodutos das contingências que definem o controle aversivo, sem considerar suas possíveis implicações para a aprendizagem de comportamento eficaz.
3. Alguns subprodutos indesejáveis das contingências de punição e de reforço negativo - apresentação dos subprodutos indesejáveis de maior debate entre analistas do comportamento que são adotados como argumentos para interditar procedimentos pautados no controle aversivo, principalmente, se empregados no campo da análise comportamental aplicada.
4. Questionamentos acerca dos efeitos indesejáveis do controle aversivo - apresentação de algumas condições para a análise de efeitos do controle aversivo que possivelmente favoreçam a aprendizagem de comportamentos eficazes. Além da apresentação de alguns argumentos que instigam a investigação do sentido da expressão “comportamento eficaz”.

2.1 CONTROLE AVERSIVO: CONTINGÊNCIAS DE REFORÇO NEGATIVO E DE PUNIÇÃO

De acordo com Skinner (1953/2000l), na análise operante do comportamento, os eventos ambientais são analisados a partir da descrição de interações do organismo com o ambiente e são definidos, principalmente, em termos do fortalecimento ou do enfraquecimento do comportamento. Segundo Skinner (1953/2000e), um organismo age sobre o ambiente que o cerca modificando-o; parte dessas modificações ambientais retroagem ao organismo afetando a probabilidade do comportamento, que as produziu, voltar a ocorrer, podendo assim fortalecê-lo ou enfraquecê-lo. As modificações ambientais, que afetam a probabilidade do comportamento ocorrer, consistem nas conseqüências do comportamento do

organismo. Na asserção selecionada, o autor descreve essa relação entre o organismo e o ambiente.

Muitas vezes estamos mais interessados, entretanto, no comportamento que produz algum efeito no mundo ao redor. Este comportamento origina a maioria dos problemas práticos nos assuntos humanos e é também de um interesse teórico especial por suas características singulares. As conseqüências do comportamento podem retroagir sobre o organismo. Quando isto acontece, podem alterar a probabilidade de o comportamento ocorrer novamente (Skinner, 1953/2000e, pp. 64-65, grifos nossos).

Dessa forma, fortalecer ou enfraquecer o comportamento são efeitos determinados pelas conseqüências ambientais que foram produzidas pelo comportamento no passado, as quais afetaram a probabilidade do comportamento ocorrer em situações posteriores e similares às anteriores. Assim, as conseqüências do comportamento são compreendidas pela função que apresentam nas interações do organismo com o ambiente, ou seja, pelo efeito que produzem na probabilidade de ocorrência do comportamento.

O aumento na probabilidade do comportamento voltar a ocorrer é caracterizado como o efeito fortalecedor, enquanto enfraquecer refere-se à diminuição na probabilidade de ocorrência do comportamento. Skinner (1953/2000i) explica a contingência de reforço negativo, descrevendo o efeito fortalecedor (reforçador) que as conseqüências produzidas pelo comportamento podem determinar. Por outro lado, contingências de punição consistem na descrição do efeito de reduzir ou de suprimir a probabilidade de ocorrência do comportamento. Portanto, o conceito de controle aversivo refere-se a contingências que produzem efeitos comportamentais distintos: fortalecimento do comportamento nas contingências de reforço negativo e enfraquecimento nas contingências de punição¹.

¹ Na definição de contingência são descritos três termos principais: eventos ambientais que antecedem a ocorrência do comportamento, denominados estímulos discriminativos (S^D); comportamento (respostas de uma mesma classe - R) e eventos ambientais que seguem a ocorrência do comportamento, denominados conseqüências ou estímulos reforçadores (S^R). Estímulos discriminativos e estímulos reforçadores afetam a probabilidade do comportamento ocorrer, podendo aumentá-la ou reduzi-la. Estímulos discriminativos referem-se à ocasião na qual o comportamento (se emitido) pode apresentar maior ou menor probabilidade de ser reforçado. No entanto, a função dos estímulos discriminativos depende, primeiramente, do efeito produzido pelas conseqüências do comportamento, sendo determinada pelo condicionamento de estímulos neutros aos estímulos reforçadores (Skinner, 1953/2000i). Assim, o aumento e a redução na probabilidade do comportamento ocorrer, em última instância, são determinados pelas conseqüências do comportamento, isto é, o efeito produzido pelas conseqüências sobre a probabilidade do comportamento orienta a definição das contingências. Nesse sentido, pelo fato desta seção objetivar a apresentação das definições operacionais de Controle Aversivo, serão enfocados principalmente os efeitos produzidos pelas conseqüências do comportamento (S^R).

CONTINGÊNCIAS DE REFORÇO NEGATIVO: As contingências, que podem tornar a ocorrência do comportamento mais provável, podem ser de dois tipos: contingências de reforço positivo e de reforço negativo. Apesar de a contingência de reforço positivo não compor o conceito de controle aversivo, sua descrição favorece a explicação de contingências de reforço negativo e também de punição. Assim, será apresentada uma breve descrição da contingência de reforço positivo e, em seguida, será demonstrado como as contingências de reforço negativo e de punição ocorrem.

Quando um dado comportamento é seguido por determinadas conseqüências e, posteriormente, observa-se um aumento na freqüência do comportamento, infere-se que as conseqüências produzidas pelo comportamento aumentaram a probabilidade de sua ocorrência, fortalecendo-o. Essas conseqüências são definidas como reforçadoras e podem ser positivas, quando a conseqüência reforçadora do comportamento consistir na apresentação (acréscimo) de estímulos, ou negativas, quando o aumento na freqüência do comportamento foi determinado pela remoção de estímulos. Essa distinção entre as conseqüências reforçadoras é explicada por Skinner (1953/2000i) na seguinte colocação:

Os eventos que se verifica serem reforçadores são de dois tipos. Alguns reforços consistem na apresentação de estímulos, no acréscimo de alguma coisa, por exemplo, alimento, água, ou contato sexual – à situação. Estes são denominados reforçadores positivos. Outros consistem na remoção de alguma coisa – por exemplo, de muito barulho, de uma luz muito brilhosa, de calor ou frio extremo ou de um choque elétrico – da situação. Estes se denominam reforçadores negativos. Em ambos os casos o efeito do reforço é o mesmo: a probabilidade da resposta será aumentada (p. 81, grifos originais).

Nos estudos de laboratório, o comportamento do rato de pressão à barra ilustra como as contingências reforçadoras estão descritas experimentalmente (Baron, 1991; Catânia, 1991/1999; Maestri & Carvalho Neto, 2004; Millenson, 1967/1975a; Sidman, 1989/1995). Por exemplo, o rato ao pressionar a barra produz uma mudança em seu ambiente – a liberação de uma pelota de alimento. Em uma situação similar à anterior, o animal volta a pressionar a barra e ocorre a liberação de outra pelota de alimento. Posteriormente, o rato pressiona a barra novamente e alimenta-se de uma nova pelota de alimento. Neste exemplo, observa-se a seguinte modificação comportamental: a freqüência do comportamento do rato de pressionar a barra elevou-se. Provavelmente, a conseqüência “liberação do alimento”, que seguiu o comportamento do animal de pressionar a barra, funcionou como um reforçador

positivo. Este comportamento acrescentou algo à situação experimental – a pelota de alimento, supostamente aumentou a probabilidade do rato voltar a pressionar a barra em função da liberação do alimento, ocorrida anteriormente. Nesse exemplo, tem-se a descrição da contingência de reforço positivo, na qual o comportamento torna-se mais provável quando seguido pela apresentação de estímulos.

De acordo com Millenson (1967/1975a), na contingência de reforço negativo, há a necessidade de um pouco mais do que observação casual para se detectar que “sob certas circunstâncias apropriadas, a remoção de certos eventos ambientais exerce efeitos comportamentais poderosos” (p. 383). Para ilustrar, o autor cita um experimento realizado por Dinsmoor e Winograd em 1958, no qual ratos aprenderam a pressionar uma barra quando este era o único comportamento que desligava choques elétricos, liberados através das grades do piso do compartimento experimental. O comportamento do animal de pressionar a barra produzia uma mudança em seu ambiente – o término do choque. Posteriormente, em uma situação similar, o rato voltou a pressionar a barra e novamente o choque foi encerrado. O comportamento de pressionar a barra se repetiu na presença do choque, terminando-o mais uma vez. Neste experimento, a modificação comportamental observada também demonstra aumento na frequência do comportamento de pressão à barra. Porém, a consequência que seguiu o comportamento do animal de pressionar a barra, ao invés de acrescentar algo à situação, removeu. Nesse caso, tratou-se da remoção (término) do choque. Desta situação, infere-se que a consequência do comportamento, provavelmente, funcionou como um reforçador negativo, uma vez que o comportamento de pressionar a barra removeu algo da situação experimental – o choque, que possivelmente aumentou a probabilidade do rato voltar a pressionar a barra. Este fato ocorre em função da remoção do choque, ocorrida no passado.

Dos resultados obtidos por Dinsmoor e Winograd em 1958, Millenson (1967/1975a) ressalta que à medida que a intensidade do choque aumentava, a frequência do comportamento do rato de pressão à barra também aumentava em uma proporção direta. Segundo o autor, este dado indica que a remoção do choque controlava funcionalmente o comportamento do animal, reforçando-o negativamente.

Baseando-se em Millenson (1967/1975a) e em Skinner (1953/2000j) seria um equívoco supor que, no segundo exemplo, o comportamento do rato de pressão à barra foi reforçado positivamente por produzir “alívio” do choque, uma vez que o que realmente se observa e prevalece é uma mudança da situação anterior para a posterior após a ocorrência do comportamento de pressão à barra. Antes havia a presença do choque e depois seu término. Assim, em termos operacionais, são as mudanças no ambiente que indicam as funções que

determinados eventos ambientais podem assumir na interação do organismo com o ambiente, como atestado pelos referidos autores:

As respostas podem ser fortalecidas ou pela produção de reforçadores positivos ou pela terminação de reforçadores negativos. A última variante é que a resposta conduz o organismo de uma situação aversiva, para uma diferente, menos aversiva (Millenson, 1967/1975a, p.385).

Atenuamos um ruído colocando os dedos nos ouvidos, afastando-nos da fonte de emissão, cerrando portas e janelas intervenientes, eliminando a fonte, e assim por diante. Semelhantemente, fugimos de uma luz brilhante fechando os olhos, voltando a cabeça, ou desligando a luz. Não podemos dizer que essas respostas são positivamente reforçadas com o “alívio” do ruído, da luz, etc., pois o que é eficaz é a mudança de uma situação para outra, e isto é a redução de uma condição que prevalecia antes do reforço (Skinner, 1953/2000j, p. 188).

Para complementar a explicação sobre a contingência de reforço negativo, é relevante apontar que reforçadores negativos também são chamados de estímulos aversivos. Segundo Martinez (1995) e Millenson (1967/1975a), o termo aversivo é adotado referindo-se à função que esses eventos ambientais apresentam na relação com o comportamento.

O reforçadores negativos incluem os eventos que, no linguajar comum, são chamamos de “irritantes”, “desconfortáveis”, “dolorosos”, “desagradáveis”, “nocivos” e assim por diante. A maioria desses termos envolve um domínio de referência não comportamental que, provavelmente, não será adequado para uma análise funcional. Como um sinônimo para reforçador negativo, o termo “aversivo” é mais neutro que qualquer um desses adjetivos e tem a vantagem de sugerir a noção apropriada de “evitar”, “mover-se para longe” ou “fugir de” uma situação (Millenson, 1967/1975a, p. 383-384).

Assim, define-se aversivo ao evento cuja remoção ou prevenção é contingente à manutenção de um comportamento (o caso do reforço negativo) ou se a sua apresentação é contingente à redução na probabilidade de um comportamento ou à sua supressão temporária (no caso da punição Tipo 1) (Martinez, 2005, p.11).

Portanto, na contingência de reforço negativo, a expressão “estímulos aversivos” indica a possibilidade de comportamentos serem reforçados, quando seguidos pela remoção desses estímulos. Esses comportamentos podem ser definidos como comportamentos de fuga ou como comportamentos de esquiva.

De acordo com Baron (1991) e Catânia (1991/1999), o comportamento de fuga é o exemplo mais simples de reforço negativo, uma vez que se trata de comportamento do organismo reforçado pela remoção de estímulos aversivos, geralmente incondicionados. O comportamento é reforçado pela remoção de estímulos aversivos presentes na situação, portanto, comportamento de fuga refere-se ao comportamento que reduz, remove ou termina com uma fonte de estimulação aversiva, a qual poderia afetar diretamente o organismo, se não eliminada ou pelo menos diminuída. Como observado no exemplo do comportamento do rato de pressão à barra que terminava o choque, a estimulação choque se não terminada pelo pressionar a barra poderia afetar diretamente o organismo do rato. Assim, fugir implica a remoção de estímulos aversivos presentes na situação, os quais normalmente são incondicionados.

O comportamento de esquiva refere-se ao comportamento reforçado pela remoção de estímulos já condicionados à estimulação aversiva. Neste caso, o estímulo aversivo removido altera o ambiente, de modo que não ocorre a estimulação aversiva incondicionada. Assim, no comportamento de esquiva, a estimulação reduzida ou terminada por um dado comportamento impede a ocorrência da estimulação aversiva, que poderia afetar diretamente o organismo. Isto é, o rato executa um comportamento que no passado impediu a ocorrência da estimulação que poderia afetá-lo diretamente. Catânia (1991/1999) explica as diferenças entre os comportamentos de fuga e de esquiva da seguinte forma:

Os procedimentos de fuga são os exemplos mais simples de reforço negativo: a resposta de um organismo suspende um estímulo aversivo. Os procedimentos de fuga diferem dos procedimentos de esquiva, nos quais uma resposta evita ou atrasa um estímulo aversivo. Essa terminologia é consistente com o uso cotidiano: fugimos de circunstâncias aversivas presentes, mas nos esquivamos de circunstâncias potencialmente aversivas que ainda não ocorreram. Por exemplo, podemos sair de uma festa para fugir de uma companhia que já está ali ou para nos esquivarmos de alguém que estaria para chegar mais tarde (p. 117, grifos originais).

Para mais uma ilustração, imagine um compartimento experimental, cujo piso apresenta dois níveis de altura, um mais alto e outro mais baixo. A barra da caixa experimental localiza-se no piso baixo. Quando o rato está no piso baixo, ocorre um choque, o qual é terminado pela pressão à barra. Em situação posterior, quando ocorre o choque, o animal pressiona a barra novamente e o choque termina. Neste ponto, quando ocorre o choque, o comportamento de pressionar a barra pode ser inferido como um comportamento de

fuga, uma vez que o choque refere-se a um estímulo aversivo incondicionado, cuja remoção supostamente aumentou a probabilidade do comportamento de pressionar a barra.

Nessa situação, quando ocorre o choque, possivelmente outros estímulos presentes podem ser condicionados, como o piso baixo do compartimento experimental, por exemplo. Neste caso, o estímulo “piso baixo” pode funcionar como um estímulo aversivo condicionado. Assim, qualquer comportamento do rato, que remova as condições para ocorrência do contato com o estímulo aversivo condicionado “piso baixo”, pode ser reforçado negativamente. Por exemplo, o animal ao tocar apenas o piso alto do compartimento experimental não produz choque, não ocorrendo a resposta de pressionar a barra. Em situações posteriores, observa-se que, quando há dois níveis de piso, o animal toca apenas o piso alto do compartimento, inferindo-se que se trata de um comportamento de esquiva, fortalecido pela remoção do estímulo aversivo condicionado “piso baixo”.

Observa-se que o estímulo aversivo condicionado funciona também como estímulo discriminativo para o comportamento de pressão à barra, ou seja, o estímulo condicionado piso baixo é a ocasião para a ocorrência do comportamento de pressão à barra, o qual é fortalecido pela remoção do choque. Assim, o estímulo condicionado “piso baixo” pode exercer duas funções: estímulo discriminativo para o comportamento de fuga (pressionar a barra) e reforçador negativo para o comportamento de esquiva (tocar o piso alto). O comportamento de esquiva (tocar o piso alto) ocorre quando há o estímulo aversivo condicionado piso baixo, portanto, ao saltar do baixo para o alto, mesmo sem o choque estar ligado, o animal muda a situação que favorece a ocorrência da resposta de pressionar a barra. O comportamento de esquiva refere-se a um comportamento que está sob controle de estímulos discriminativos, como explicado por Skinner (1953/2000j):

Um objeto que se aproxima rapidamente precede o contato doloroso. O chiado do foguete precede o estouro dos fogos de artifício. O som da broca do dentista precede a estimulação dolorosa do dente. O intervalo entre os dois estímulos pode definitivamente ser fixo, ou pode variar enormemente. Em qualquer caso, o indivíduo vem a executar o comportamento que previne a ocorrência ou reduz a magnitude do segundo estímulo. Desvia-se do objeto, coloca os dedos nos ouvidos para diminuir o som da explosão e afasta a cabeça da broca. Por quê? Quando os estímulos ocorrem nessa ordem, o primeiro estímulo torna-se um reforçador negativo condicionado, e por isso qualquer ação que o reduza é reforçada através de condicionamento operante. Quando evitamos a estimulação dolorosa do dente, meramente escapamos do som da broca (p.193, grifos do autor).

Assim, contingência de reforço negativo pode produzir tanto comportamentos de fuga quanto de esquiva, os quais se diferenciam pelo fato deste último ser controlado por reforçadores negativos condicionados, também denominados estímulos aversivos condicionados. Para Millenson (1967/1975a), o que ocorre é sempre um comportamento de fuga, seja fuga do estímulo choque (estímulo aversivo incondicionado), seja da ocasião em que o choque é mais provável (estímulo aversivo condicionado). Para o autor, o comportamento de esquiva pode ser também denominado fuga secundária.

Resumindo, contingência de reforço negativo aumenta a probabilidade de ocorrência do comportamento quando este é seguido pela redução ou pelo término de estimulação aversiva, sendo que os comportamentos produzidos podem ser de fuga, quando controlados por estímulos aversivos incondicionados ou de esquiva (fuga secundária), quando os estímulos aversivos removidos são condicionados.

CONTINGÊNCIAS DE PUNIÇÃO: De acordo com Skinner (1953/2000i), a contingência de punição descreve a interação do organismo com o ambiente, na qual o comportamento do organismo sobre o ambiente produz modificações ambientais (estimulação), que reduzem a probabilidade do comportamento ocorrer em situações similares, podendo suprimir ou diminuir sua frequência, temporariamente. O enfraquecimento do comportamento pode se dar de duas maneiras: pela apresentação de estímulos aversivos (reforçadores negativos) e pela remoção de um reforçador positivo, como indicado nessa asserção:

A diferença entre os dois casos será mais clara quando considerarmos a apresentação de um reforço negativo ou a remoção de um positivo que são conseqüências que denominamos punição. (Skinner, 1953/2000i, p.81, grifos nossos)

Segundo Catânia (1991/1999), quando a frequência do comportamento é, temporariamente, diminuída pela apresentação de estímulos aversivos, define-se a contingência de punição como positiva, no sentido do comportamento ser seguido pelo acréscimo de algo à situação. Quando este efeito ocorre pela remoção de reforçadores positivos disponíveis, diz-se que a contingência de punição é negativa, pois ocorre a remoção ou a supressão de estímulos da situação.

Na contingência de punição negativa, ocorre a remoção de estímulos que apresentam função reforçadora. Por exemplo, uma criança guarda em uma caixa seus brinquedos preferidos. Alguns brinquedos foram presentes de datas especiais (aniversário,

Natal, etc.), outros a criança pode ter ganhado por bom comportamento (fazer a tarefa escolar, tomar remédio, etc). Supõe-se que os brinquedos apresentam função reforçadora, uma vez que é bem alta a frequência do comportamento da criança de brincar com os carrinhos, bolas e jogos preferidos. Um dia, os pais da criança percebem que ela está gritando muito em situações que o grito é desnecessário. Por exemplo, grita para ir à casa de um amiguinho, grita quando a mãe não o atende imediatamente, grita para pedir água. Diante disso, os pais estabelecem a seguinte contingência. Toda vez que a criança gritar para pedir algo, ela perderá um brinquedo da caixa, ou seja, o comportamento de gritar será conseqüenciado pela retirada de reforçador positivo (brinquedo preferido). Observa-se que, após algumas repetições, a criança deixa de gritar. Provavelmente, a retirada de brinquedos preferidos puniu o comportamento de gritar ao pedir algo. Assim, os pais aplicaram um procedimento fundamentado na contingência de punição negativa. Neste exemplo, é importante pontuar que os reforçadores positivos (brinquedos) estavam disponíveis para a criança por diferentes motivos, não relacionados com a resposta de fazer pedidos de maneira adequada. A relação entre essa resposta e o acesso aos brinquedos da caixa foi estabelecida pelos pais. Assim, a resposta de gritar (inadequada) passou a produzir a retirada desses reforçadores até então disponíveis para a criança.

Na contingência de punição positiva, ao invés da remoção de estímulos, é a apresentação de estímulos que pode resultar no enfraquecimento do comportamento. Exemplificando: o comportamento do rato de pressionar a barra é seguido por choque e, com isso, observa-se que a frequência do comportamento de pressão à barra diminui. Provavelmente, o choque funcione como um estímulo aversivo, uma vez que se verificou que, após sua apresentação ocorreu uma redução temporária na frequência do comportamento de pressão à barra.

Do exposto, pode-se verificar que o conceito de controle aversivo envolve dois tipos de contingências, as quais afetam de maneira distinta a probabilidade de ocorrência do comportamento:

- a. Contingência de reforço negativo aumenta a probabilidade do comportamento ocorrer pela remoção de reforçadores negativos. Essa contingência pode produzir dois tipos de comportamentos reforçados negativamente. Quando o comportamento for seguido pela remoção de reforçadores negativos incondicionados, denomina-se comportamento de fuga. Quando o comportamento for seguido pela remoção de reforçadores negativos condicionados, denomina-se comportamento de esquiva.

- b. Contingência de punição diminui a probabilidade de ocorrência do comportamento de duas formas: pela apresentação de estímulos aversivos (punição positiva) e, também, pela remoção de reforçadores positivos disponíveis (punição negativa).

Contudo, as definições operacionais das contingências apresentadas são insuficientes para se compreender a amplitude dos efeitos comportamentais do controle aversivo, pelo fato de permitirem apenas a análise dos efeitos produzidos sobre a probabilidade de ocorrência do comportamento. Segundo Hineline (1984), nas discussões acerca do controle aversivo, além dos efeitos produzidos sobre a probabilidade do comportamento, os subprodutos das contingências de reforço negativo e de punição são amplamente debatidos. Isto parece verdadeiro, especialmente quando a recomendabilidade de procedimentos fundamentados nessas duas contingências torna-se o foco das discussões (Hineline, 1984; Martinez, 2005; Michael, 1975; Perone, 2003; Sidman, 1989/1995; Skinner, 1972/1975f, 1971/1977b, 1953/2000j, 1953/2000l; Todorov, 2001). Assim, para ampliar a análise do controle aversivo, serão apresentados alguns subprodutos das contingências de punição e de reforço negativo que, apesar de não serem descritos nas definições operacionais, são de suma importância para se compreender os efeitos deste tipo de controle do comportamento.

2.2 SUBPRODUTOS DAS CONTINGÊNCIAS DE PUNIÇÃO E DE REFORÇO NEGATIVO

As reações emocionais e o processo de condicionamento de estímulos neutros consistem nos efeitos comportamentais indiretos da estimulação aversiva mais debatidos entre analistas do comportamento. Apesar de serem denominados “indiretos”, “subprodutos” ou “colaterais”² (Sidman, 1989/1995; Skinner, 1953/2000i), eles assumem um

² Sidman (1989/1999) esclarece o sentido da expressão “efeito colateral” salientando que o termo colateral, “... freqüentemente, refere-se a conseqüências não-pretendidas e supostamente pouco importantes ou improváveis de drogas, mas como todos sabemos, os efeitos colaterais de uma droga, geralmente, são sua característica mais importante. Os efeitos colaterais da punição, também, longe de serem secundários, freqüentemente, têm significação comportamental consideravelmente maior que os esperados efeitos principais” (p. 94, grifos originais). Para Skinner (2000l), o efeito sobre a ocorrência do comportamento refere-se ao “primeiro efeito da punição”, o condicionamento de estímulos neutros à estimulação aversiva refere-se ao segundo e os comportamentos negativamente reforçados implicam o terceiro efeito da punição. Com isso, o efeito sobre a probabilidade é salientado como o efeito principal do controle aversivo. No caso da contingência de punição, o efeito principal implica diminuir ou suprimir a probabilidade do comportamento ocorrer e na contingência de reforço negativo, o efeito é aumentá-la. No entanto, no estudo dos efeitos do controle aversivo, o foco de análise

papel central na análise do controle aversivo, principalmente por sustentarem argumentos para a interdição ou para a recomendabilidade de procedimentos de intervenção comportamental, fundamentados nesse tipo de controle (Hineline, 1984; Martinez, 2005; Michael, 1975; Perone, 2003; Todorov, 2001).

Cabe considerar que, normalmente, subprodutos do controle aversivo são entendidos como indesejáveis por autores como Baron (1991), Catânia (1991/1999), Queiroz (2004) Sidman (1989/1995) e Skinner (1953/2000l) entre tantos outros. Entendê-los como indesejáveis tornou-se tão comum que freqüentemente o termo “subproduto” parece ser usado como sinônimo de “indesejável”. Reações emocionais e condicionamento de estímulos neutros não são efeitos exclusivos do controle aversivo, mas, quando produzidos por ele, são amplamente compreendidos como indesejáveis. Por esse motivo, nesta pesquisa, procura-se demonstrar que parte das análises sobre os subprodutos do controle aversivo, provavelmente, apresenta-se enviesada. Assim, antes de considerá-los indesejáveis há a necessidade de analisá-los de forma imparcial, para que posteriormente sejam debatidas as variáveis que podem ou não favorecer a ocorrência indesejável desses subprodutos para a aprendizagem de comportamento eficaz.

REAÇÕES EMOCIONAIS: De acordo com Skinner (1953/2000l), na contingência de punição, quando um organismo apresenta uma resposta seguida por estimulação (consequência), cujo efeito suprima ou reduza temporariamente a probabilidade de ocorrência do comportamento, ele normalmente, também, pode reagir à estimulação de maneira respondente, ou seja, pode apresentar reações emocionais que interferem na ocorrência do comportamento, cessando-o.

Millenson (1967/1975b) afirma que a estimulação aversiva é uma condição capaz de evocar reações emocionais concomitantes ao efeito sobre a probabilidade do comportamento ocorrer. Dessa forma, comportamentos punidos tendem a ser acompanhados por reações emocionais incompatíveis com o comportamento em curso e, por isso, o comportamento cessa temporariamente, como ilustrado por Skinner (1953/2000l): “Quando fazemos uma criança parar de rir na igreja beliscando-a severamente, o beliscão elicia respondentes que são incompatíveis com o riso e poderosos o suficiente para suprimi-lo” (pp. 202-203, grifos nossos).

são seus efeitos colaterais, os secundários. Ou seja, prioriza-se para análise o condicionamento de estímulos neutros à estimulação aversiva e os comportamentos negativamente reforçados em relação ao efeito na probabilidade. Para este autor, efeitos colaterais do controle aversivo, por serem prejudiciais, exigem maior atenção do que seus efeitos principais.

Na contingência de punição negativa, apesar de não ocorrer estimulação aversiva, Skinner (1953/2000j) elucida que a remoção de reforçadores positivos produz um efeito equivalente ao efeito da apresentação de estímulos aversivos (punição positiva) e, dessa maneira, a remoção de reforçadores positivos também pode ser acompanhada por reações emocionais incompatíveis com o comportamento punido.

Millenson (1967/1975a) afirma que nas contingências de punição, possivelmente, ocorra uma sobreposição de efeitos produzidos por processo operante e por processo respondente. A redução na frequência do comportamento refere-se ao efeito operante e o aumento das reações emocionais é o efeito respondente (eliciação de reações emocionais). Assim, a estimulação, que segue o comportamento nas contingências de punição, pode funcionar como consequência operante, ao afetar a probabilidade do comportamento e como estímulo eliciador, pelo fato de evocar respostas emocionais incompatíveis com a ocorrência do comportamento.

A sobreposição dos efeitos operantes e respondentes também pode ser analisada nas contingências de reforço negativo. A remoção de estimulação aversiva condicionada ou incondicionada (comportamento de esquiva e de fuga, respectivamente) também pode ser acompanhada pelo aumento das reações emocionais, antes da remoção dos estímulos aversivos e pela redução dessas reações, após a remoção desses estímulos (Millenson, 1967/1975a).

Em uma situação experimental, por exemplo, o período que antecede a resposta de pressão à barra e o término do choque pode ser acompanhado por fortes reações emocionais (o animal pode se morder, defecar, etc); após a ocorrência da resposta de pressão à barra, o choque é encerrado e as reações emocionais diminuem. No comportamento de fuga, as reações emocionais fortes são evocadas inicialmente pelo contato com a estimulação aversiva incondicionada e, no comportamento de esquiva, elas são eliciadas pela estimulação condicionada. Ou seja, os estímulos discriminativos para a possibilidade de ocorrer punição também podem evocar fortes reações emocionais (Millenson, 1967/1975a).

De acordo com Millenson (1967/1975b) e com Skinner (1953/2000j), o término ou a suspensão da estimulação aversiva diminui a intensidade das reações emocionais, mas esse efeito, normalmente, provoca interpretações equivocadas acerca do processo de reforçamento. Essa diminuição, na maioria das vezes, é descrita como “sensação de alívio”, a qual erroneamente pode ter sua função inferida como sendo de reforçador positivo, como apontado anteriormente. Segundo os autores, a “sensação de alívio” acompanha a mudança ocorrida na situação ambiental (presença e retirada de estímulos), mas

não determina, diretamente, o aumento na probabilidade do comportamento voltar a ocorrer, em situações similares, uma vez que esta “sensação de alívio” também é produto da mudança ocorrida na situação ambiental, não consistindo em uma condição mantenedora do comportamento que termina o choque. Portanto, o comportamento é reforçado negativamente pela remoção de estimulação aversiva condicionada ou incondicionada. Além disso, concomitante ao efeito sobre a probabilidade de ocorrência do comportamento, pode haver redução nas fortes reações emocionais eliciadas antes da remoção da estimulação aversiva.

Da análise das reações emocionais das contingências de punição e de reforço negativo, destaca-se principalmente a sobreposição de efeitos comportamentais determinados por dois processos: operante e respondente, os quais também são observados no próximo subproduto ou efeito dessas contingências.

CONDICIONAMENTO DE ESTÍMULOS NEUTROS À ESTIMULAÇÃO AVERSIVA. Segundo Baum (1994/1999b), estímulos neutros referem-se aos estímulos que não exercem controle sobre o comportamento, ou seja, não implicam mudanças na probabilidade do comportamento ocorrer. No entanto, se estímulos neutros forem emparelhados a estímulos que funcionalmente controlam o comportamento, então eles, possivelmente, deixam de ser neutros e passam a exercer controle comportamental. Quando esse processo ocorre, os estímulos são definidos como estímulos condicionados. Assim, estímulos neutros se emparelhados à estimulação aversiva podem passar a funcionar como estímulos aversivos condicionados, aumentando a frequência do comportamento, quando removidos (no reforço negativo) e reduzindo-a, se apresentados (na punição).

Sidman (1989/1995) enfatiza que o condicionamento de estímulos neutros à estimulação aversiva amplia de maneira significativa o controle aversivo do comportamento. Na situação em que ocorre a punição, estímulos neutros podem ser facilmente condicionados à estimulação aversiva. Assim, a função de enfraquecer um comportamento pode ser exercida por estímulos aversivos condicionados, os quais anteriormente não afetavam a probabilidade de ocorrência desse comportamento e que após o condicionamento, além de cessar ou reduzir as chances do comportamento voltar a ocorrer, também passam a gerar reações emocionais. Dito em outras palavras, a apresentação de estímulos aversivos condicionados pode tornar a ocorrência futura do comportamento menos provável, concomitante à possibilidade de reações emocionais serem eliciadas.

Esse mesmo processo também pode ser observado na situação em que o comportamento foi punido pela remoção de reforçadores positivos (punição negativa). Skinner (1953/2000i) esclarece que qualquer estímulo que preceda sistematicamente a retirada de um reforçador positivo pode funcionar como um reforçador negativo condicionado (estímulo aversivo condicionado). Então, estímulos neutros, quando condicionados à remoção de reforçadores positivos disponíveis, passam a funcionar como estímulos aversivos condicionados, uma vez que a apresentação desses estímulos pode reduzir a frequência do comportamento e, provavelmente, também eliciar reações emocionais. Dessa forma, para as duas contingências de punição, após o processo de condicionamento de estímulos neutros na situação em que tiver ocorrido punição (positiva ou negativa), a probabilidade do comportamento passa a diminuir apenas pela apresentação de estímulos aversivos condicionados. Ou seja, o comportamento passa a ser enfraquecido quando for seguido pela apresentação de estímulos aversivos condicionados.

Além dos estímulos presentes na situação que ocorre punição (negativa ou positiva), Skinner (1953/2000i) salienta que estímulos, produzidos pelo próprio comportamento punido, podem ser condicionados aos efeitos das contingências de punição (reduzir a probabilidade e eliciar reações emocionais). As respostas emocionais do organismo podem produzir estímulos que possivelmente estejam sujeitos ao condicionamento por pareamento com a estimulação aversiva incondicionada. Caso isto ocorra, a estimulação corporal pode passar a funcionar como estímulos aversivos condicionados. O autor ilustra esse processo com os seguintes exemplos:

Vimos um caso paralelo com adultos, no uso de drogas que induzem náusea ou outras condições aversivas como consequência da ingestão de bebidas alcoólicas. Como resultado, mais tarde o beber gera estímulos condicionados aversivos, os quais evocam respostas incompatíveis com o beber mais. Como efeito da severa punição do comportamento sexual, os primeiros estágios desse comportamento geram estímulos condicionados que dão origem às respostas emocionais que interferem na consumação do comportamento (Skinner, 1953/2000i, p. 204).

Pode-se facilmente elaborar um exemplo de laboratório. Se se condiciona um rato a pressionar a barra, reforçando-o com alimento e então se pune o animal com um pequeno choque elétrico assim que ele pressionar a barra, seu comportamento ao aproximar-se e tocar a barra será modificado. Os primeiros estágios na seqüência geram estímulos condicionados emocionais que alteram o comportamento previamente estabelecido (Skinner, 1953/2000j, p. 189).

Skinner (1953/20001) explica, ainda, que pelo fato das variáveis responsáveis pelas reações emocionais serem geradas, em parte, pelo próprio comportamento do organismo, não há nenhum comportamento de fuga apropriado disponível e, dessa maneira, o comportamento tem maiores possibilidades de ser punido (deixa de ocorrer, ou seja, paralisa-se o responder). Nos exemplos descritos, os comportamentos punidos referem-se ao beber, ao comportamento sexual e ao pressionar a barra.

Com isso, além do condicionamento de estímulos neutros, presentes na situação em que ocorre a punição, o próprio comportamento punido pode tornar-se fonte de estimulação aversiva condicionada, como atesta Skinner (1953/20001): “Se uma dada resposta for seguida por um estímulo aversivo, qualquer estimulação que acompanhe a resposta, originando-se do próprio comportamento ou de circunstâncias concomitantes, será condicionada” (p. 206).

Segundo Skinner (1953/20001), quando um dado comportamento é punido, qualquer comportamento do indivíduo que evite ou termine a ocorrência de punição tem maiores chances de ser reforçado negativamente. Desta forma, se a apresentação de estímulos aversivos condicionados pode tornar a ocorrência do comportamento menos provável, então qualquer comportamento que remova esse tipo de estimulação pode ter maiores chances de ser fortalecido. Em outras palavras, qualquer comportamento que altere a situação e previna a ocorrência de uma resposta punida anteriormente, tem provavelmente maiores possibilidades de ocorrer em ocasiões futuras e similares.

Na contingência de reforço negativo, são os comportamentos de esquiva que podem adiar ou terminar com a estimulação aversiva condicionada. Segundo Sidman (1989/1995) e Skinner (1953/20001), qualquer estímulo neutro presente na situação em que ocorre estimulação aversiva pode passar a funcionar como um estímulo discriminativo para a possibilidade de punição. Nesse sentido, comportamentos que removam estímulos discriminativos (estímulos aversivos condicionados) podem ser fortalecidos. Além disso, a remoção de estímulos aversivos condicionados também pode ser acompanhada pela elevação na intensidade das reações emocionais, antes da ocorrência do comportamento de esquiva e pela redução dessas reações, após sua ocorrência.

Sidman (1989/1995) e Skinner (1953/20001) frisam que quanto maior o número de estímulos condicionados à estimulação das contingências de punição, possivelmente, maior também pode ser o período em que o indivíduo, cotidianamente, pode permanecer emitindo comportamentos de esquiva. Assim, o processo de condicionamento de estímulos neutros à estimulação aversiva possibilita que um número cada vez maior de

estímulos passe a controlar o comportamento de maneira aversiva, punindo-o ou reforçando-o negativamente, ou seja, o indivíduo pode tornar-se sensível a estímulos que antes não afetavam a ocorrência de seus comportamentos.

Por outro lado, pode-se considerar que nos casos em que o emparelhamento de estímulos neutros com a estimulação aversiva não se repita sistematicamente, seja provável que se estabeleça um processo de extinção, uma vez que o comportamento deixa de ser seguido por estimulação aversiva, ou seja, estímulos aversivos condicionados se não pareados, eventualmente, com a estimulação aversiva incondicionada podem deixar de controlar o comportamento aversivamente. O processo de extinção favorece a dessensibilização do organismo ao estímulo aversivo condicionado, neste caso, o organismo gradualmente deixa de responder à estimulação aversiva.

As reações emocionais e o processo de condicionamento são os subprodutos das contingências de punição e de reforço negativo mais analisados nos estudos sobre o controle aversivo, principalmente, em relação aos problemas que podem promover na aprendizagem comportamental. Contudo, quando esses subprodutos apresentam-se indesejáveis à aprendizagem comportamental, normalmente, há variáveis particulares das contingências de punição e de reforço negativo, que devem ser consideradas. Essas variáveis são especialmente importantes nos debates sobre a interdição e a recomendabilidade de estratégias de intervenção, pautadas nesses dois tipos de contingências, quando aplicadas em contextos de práticas sociais. Por isso, no próximo tópico, serão descritas maneiras pelas quais subprodutos do controle aversivo podem interferir de maneira indesejável na aprendizagem de comportamentos eficazes. Além disso, procura-se esclarecer, também, possíveis variáveis dessas duas contingências que supostamente favoreçam a ocorrência de problemas comportamentais.

2.3 ALGUNS SUBPRODUTOS INDESEJÁVEIS DAS CONTINGÊNCIAS DE PUNIÇÃO E DE REFORÇO NEGATIVO

Os subprodutos indesejáveis de maior debate na área do controle aversivo e que orientam a interdição de procedimentos fundamentados neste tipo de controle, referem-se principalmente a reações emocionais perturbadoras, a padrões de fuga-esquiva e a dificuldades do indivíduo em apresentar comportamentos alternativos (reforçados

positivamente). Mas, antes de analisá-los, faz-se necessário considerar algumas variáveis das contingências de punição e de reforço negativo que podem favorecer a ocorrência de subprodutos indesejáveis à aprendizagem de comportamentos eficazes.

Normalmente, observa-se que, nas descrições dos efeitos comportamentais indesejáveis, variáveis particulares da estimulação aversiva são enfatizadas pelos autores, destacando-se a intensidade da estimulação aversiva, a duração e a frequência de contato do indivíduo com tal estimulação, além de salientarem também a forma como ocorre a apresentação da estimulação aversiva (Banaco, 2004; Carvalho Neto, Rico, Tobias, Gouveia e Angerani, 2005; Hünziker, 1997; Sidman, 1989/1995; Skinner, 1953/2000l; Todorov, 2001).

Sidman (1989/1995) e Skinner (1953/2000l) descrevem subprodutos indesejáveis do controle aversivo, indicando que a forte intensidade da estimulação aversiva e a elevada frequência de contato do indivíduo com tal estimulação são condições que favorecem a ocorrência desses subprodutos. De maneira geral, em suas análises, apesar de não haver distinção quanto aos efeitos de cada uma dessas condições, pode-se observar um destaque maior à intensidade da estimulação aversiva, porém sem exclusão da frequência de contato do indivíduo com essa estimulação. Ambas as condições são referidas de maneira conjunta e indicadas por Skinner (1953/2000l; 1953/2000m) como estimulação aversiva severa ou punição severa.

Quando o comportamento foi severamente punido, seja por uma agência controladora seja pelo ambiente físico, o indivíduo pode vir a dar respostas discriminativas deficientes ou inexatas (Skinner, 1953/2000m, p. 398, grifos nossos).

Fortes predisposições emocionais são também vividas pelos primeiros passos de um comportamento severamente punido. Elas são o principal ingrediente daquilo que chamamos de culpa, vergonha ou sentimento de pecado. (Skinner, 1953/2000l, p. 204, grifos nossos).

A indicação de Sidman (1989/1995) sobre a intensidade da estimulação aversiva pode ser observada nesta colocação:

Suponhamos, por exemplo, que nosso sujeito recebesse choques mais fortes. Com punição mais e mais forte descobriríamos que o animal pára de pressionar a barra por períodos cada vez mais longos. A intensidade do choque demonstra ter um efeito poderoso. (p. 88, grifos nossos).

Banaco (2004); Carvalho Neto et al. (2005) e Hünziker (1997) complementam as análises sobre a intensidade e a frequência da estimulação aversiva ao destacarem que a maneira como a apresentação dessa estimulação ocorre, também, é de suma importância para a análise dos subprodutos indesejáveis. Segundo esses autores, quando a apresentação da estimulação aversiva (de elevada intensidade) ocorre de maneira incontrolável pelo indivíduo, possivelmente, nestas circunstâncias, maiores são as chances do indivíduo ir deixando de responder ao meio ambiente, podendo apresentar-se paralisado (passivo) por um período prolongado de tempo. A incontrolabilidade da estimulação aversiva é analisada da seguinte forma:

A mera apresentação de um evento aversivo parece não ser condição suficiente para induzir a ocorrência das respostas emocionais. A natureza, a intensidade e, no presente estudo, a forma como esse evento é apresentado parecem ser relevantes. Os dados sustentariam que a aversividade, entendida como a frequência de respostas emocionais geradas por um estímulo aversivo, seria maior em uma condição incontrolável (não contingente) do que na situação controlável (contingente). (Carvalho Neto et al, 2005, p.406, grifos nossos).

A incontrolabilidade refere-se à ineficácia de qualquer resposta do organismo em prevenir ou terminar com a ocorrência da punição e está relacionada diretamente com uma história individual de aprendizagem desfavorável à apresentação de comportamentos alternativos e a condições ambientais atuais que não favoreçam a apresentação desses comportamentos.

Verifica-se que a estimulação aversiva severa é compreendida a partir de três condições: elevada intensidade da estimulação; alta frequência de contato do indivíduo com a estimulação e incontrolabilidade das situações onde ocorre o contato do indivíduo com a estimulação aversiva. Assim, neste estudo, a definição de Skinner (1953/2000l; 1953/2000m) sobre estimulação aversiva severa é complementada, ao se considerar, na análise, a apresentação da estimulação aversiva incontrolável pelo indivíduo.

De acordo com Millenson (1967/1975b), as reações emocionais produzidas por contingências de punição e de reforço negativo tendem a ser perturbadoras, quando a intensidade da estimulação aversiva é elevada. Para Skinner (1953/2000l), reações emocionais intensas estão diretamente relacionadas à intensidade e à frequência da estimulação que a produz, em outras palavras, quanto mais intensa e frequente for a estimulação aversiva, mais perturbadoras podem ser as reações emocionais, inclusive em comportamentos reforçados

negativamente. Além disso, Carvalho Neto et al. (2005) enfatiza que a estimulação aversiva, quando apresentada de maneira incontrolável, possivelmente, eleva o número de ocorrências de fortes reações emocionais, caracterizando-as como perturbadoras³.

Geralmente, reações emocionais são consideradas perturbadoras e indesejáveis por envolverem um alto custo de resposta para o organismo. Lipp (2004), ao estudar o estresse crônico, afirma que um organismo mobilizado por reações emocionais perturbadoras apresenta um custo de resposta significativamente maior ao reagir às adversidades que vivencia, quando comparado ao de um outro organismo que responde de maneira semelhante ao meio ambiente, porém sem a presença de reações emocionais perturbadoras.

Complementando, Banaco (2004) lembra que, além do elevado custo de resposta, reações emocionais são perturbadoras e indesejáveis por interferirem na apresentação de comportamentos apropriados, ou seja, reações emocionais intensas podem desarticular comportamentos em curso, os quais ocorreriam normalmente sem a interferência de efeitos respondentes. Para Skinner (1953/20001), reações emocionais perturbadoras podem interferir tanto na apresentação de comportamentos reforçados pela remoção da estimulação aversiva (comportamentos negativamente reforçados), bem como na emissão de comportamentos que não estejam relacionados com a estimulação aversiva (comportamentos positivamente reforçados), fato que dificulta a aprendizagem de novos comportamentos, aumentando a possibilidade de serem observados *déficits* comportamentais, uma vez que se restringe a variedade de comportamentos passíveis de serem apresentados.

Sobre os comportamentos negativamente reforçados, Skinner (1953/20001) afirma que qualquer comportamento, que reduza ou termine com a estimulação aversiva pode ser imediatamente fortalecido. Mas, salienta que a remoção da estimulação aversiva severa, pela apresentação de comportamentos de fuga ou de esquiva, não impede que reações emocionais perturbadoras sejam produzidas.

Mesmo que a estimulação assim gerada seja bem-sucedida na prevenção de uma ocorrência completa da punição, também são evocados reflexos característicos de medo, ansiedade e outras emoções. (Skinner, 1953/20001, p. 208, grifos acrescentados)

³ Em experimentos com ratos, as reações emocionais são definidas pelo aumento na frequência de comportamentos de urinar e de defecar, quando a estimulação aversiva é apresentada de maneira não contingente (incontrolável) (Carvalho Neto et al., 2005).

Além disso, para Skinner (1953/2000l), nem sempre a remoção de estimulação aversiva é um indício de comportamentos apropriados para o indivíduo ou para seu grupo, uma vez que muitos comportamentos reforçados negativamente podem não ser úteis nas situações em que não ocorra estimulação aversiva severa. Assim, um dado comportamento (mesmo que inadequado para outras ocasiões) pode ser fortalecido se remover ou reduzir uma fonte particular de estimulação aversiva. Segundo Skinner (1972/1975a), nem sempre o comportamento que elimina a estimulação aversiva favorece outras áreas de interação do indivíduo, podendo prejudicá-lo em outros momentos ou mesmo prejudicar o grupo do qual o indivíduo faça parte.

Então, o efeito mais importante da punição é o estabelecimento de condições aversivas que são evitadas por qualquer comportamento de “fazer alguma outra coisa”. É importante por razões tanto práticas quanto teóricas – especificar esse comportamento. Não é suficiente dizer que o que é reforçado é simplesmente o oposto. Algumas vezes é meramente “não fazer nada” sob a forma de permanecer ativamente imóvel. Outras vezes é um comportamento apropriado a outras variáveis concomitantes que não são, entretanto, suficientes para explicar o nível de probabilidade de comportamentos sem supor que o indivíduo também está agindo “para estar seguro de evitar complicações” (Skinner, 1953/2000l, p. 206, grifos nossos).

Segundo Michael (1975), comportamentos negativamente reforçados podem indicar que o indivíduo simplesmente remove a estimulação aversiva severa por não fazer nada, por permanecer ativamente imóvel. Sidman (1989/1995) considera que o “não fazer nada” indica que o controle aversivo não favorece a aprendizagem de comportamentos produtivos ou úteis para o indivíduo, em ocasiões que não ocorra estimulação aversiva. Assim, comportamentos de fuga e de esquiva, em muitos casos, não são avaliados como comportamentos produtivos. Michael (1975) denomina estes comportamentos de esquiva passiva, uma vez que a estimulação aversiva é removida pelo fato do indivíduo permanecer “ativamente imóvel”, referindo-se ao estado de apatia que o indivíduo pode apresentar diante dessa estimulação.

Para Skinner (1953/2000j), esse tipo de comportamento apresenta maiores possibilidades de ocorrer quando estímulos aversivos condicionados são produzidos pelo próprio comportamento punido, por estarem relacionados a efeitos respondentes, produzidos pela estimulação aversiva severa. Esse autor elucida que, nas condições em que os estímulos aversivos condicionados são produzidos pelo próprio comportamento punido, dificilmente a estimulação aversiva é eliminada por outro comportamento, a não ser com o parar de se

comportar (ou ir parando), ou seja, a solução resume-se em não apresentar o comportamento que produz respostas emocionais que geram a estimulação aversiva condicionada. Nesta situação, “não fazer nada” apresenta-se como o comportamento mais apropriado para a eliminação da fonte de estimulação aversiva severa.

No entanto, subprodutos do controle aversivo ainda podem ser indesejáveis, mesmo nas condições em que as respostas, as quais removem a estimulação aversiva, sejam diferentes daquelas que caracterizam a esquiva passiva. Segundo Sidman (1989/1995), quando a remoção da fonte de estimulação aversiva é bem-sucedida, o controle do comportamento, estabelecido por estimulação aversiva severa, gera padrões comportamentais de fuga-esquiva estáveis, difíceis de serem alterados enquanto houver qualquer sinalização daquela estimulação.

Para Sidman (1989/1995), padrões de fuga-esquiva são difíceis de serem alterados, pelo fato de o condicionamento de estímulos neutros à estimulação aversiva ampliar a possibilidade do indivíduo entrar em contato com tal estimulação, dificultando que o indivíduo se comporte em função de outras variáveis ambientais, por exemplo, reforçadores positivos. Para este autor, comportamentos de fuga-esquiva generalizados limitam as possibilidades do indivíduo aprender diferentes formas de interação, restringindo a aprendizagem nas condições estabelecidas pelo controle aversivo. Isso tende a ocorrer, principalmente, quando o próprio comportamento punido ou reforçado negativamente passa a gerar estimulação aversiva. Com isso, uma vez estabelecido, nessas circunstâncias, o controle aversivo é difícil de ser enfraquecido.

Do exposto, pode-se verificar que, sob estimulação aversiva severa, qualquer sinal ambiental que indicar a possibilidade de punição pode controlar o comportamento do organismo, mantendo-o em um constante “estado de alerta”. Isso quer dizer que a simples ameaça de punição controlaria o comportamento do organismo aversivamente e, com isso, o custo das respostas para manter afastada tal possibilidade tenderia a ser alto, pois reações emocionais perturbadoras ainda seriam produzidas. Em virtude disso, o organismo que se comporta, predominantemente, em função da eliminação ou da evitação de estimulação aversiva, com o tempo, pode deixar de responder não só a esse tipo de estimulação, mas também a outras fontes de estimulação, como as estabelecidas por contingências de reforço positivo e de extinção (Sidman, 1989/1995). Assim, comportamentos reforçados negativamente podem se tornar ineficazes, quando são acompanhados constantemente por reações emocionais perturbadoras. Em outras palavras, um dado comportamento, que normalmente alteraria o ambiente, adiando ou eliminando a fonte de

estimulação aversiva severa, pode não ocorrer ou apenas eliminá-la parcialmente. Fortes reações emocionais indicam que o custo para apresentação de um comportamento é alto para o organismo, por isso, com o tempo, este comportamento pode deixar de ocorrer, aumentando as chances de ocorrer punição.

Sobre isso, Queiroz (2004) afirma que o controle da estimulação aversiva severa é potente sobre o comportamento reforçado negativamente e a presença de qualquer sinal de estimulação aversiva mantém o comportamento que a evita, dificultando a aprendizagem de comportamentos apropriados para outras situações. Assim, qualquer possibilidade do indivíduo aprender outros comportamentos, que não estejam diretamente relacionados à evitação da punição severa, estará comprometida. Complementando, Skinner (1953/2000l) destaca que o fato de comportamentos serem sistematicamente punidos ou reforçados negativamente pode interferir na ocorrência de outros comportamentos, cujas ocorrências seriam apropriadas. Por exemplo, ao punir o comportamento sexual, no sentido de consumação da relação sexual, outros comportamentos envolvidos na situação de ato sexual também podem sofrer os efeitos da apresentação da estimulação aversiva, como os comportamentos de beijar ou de acariciar o(a) parceiro(a). Assim, beijar ou acariciar também podem deixar de ocorrer ou, ainda, podem passar a eliciar reações emocionais perturbadoras. Ou seja, comportamentos úteis e apropriados possivelmente tornam-se menos prováveis.

Banaco (2004) e Hünziker (1997) salientam que, como um dos agravamentos dos subprodutos indesejáveis do controle aversivo, tem-se uma alta probabilidade de se observar um estado de desamparo apreendido, o qual se caracteriza por um estado de abatimento do organismo, em relação à estimulação ambiental em geral. Banaco (2004) afirma que a contínua presença de sinalização de que a punição é possível e sem qualquer previsão de quando isto ocorrerá, pode levar o organismo a parar de responder a diferentes situações, além de torná-lo incapaz de aprender novas respostas.

A partir dessas considerações, os resultados do controle aversivo tendem a ser indesejáveis pelo fato de produzirem reações emocionais perturbadoras, que interferem tanto na ocorrência de comportamentos de fuga e de esquiva, que possivelmente eliminariam a fonte de estimulação aversiva severa, bem como dificultam a aprendizagem de comportamentos relacionados com outras fontes de estimulação (não-aversivas). Além disso, o condicionamento de estímulos neutros à estimulação aversiva contribui para que uma parcela cada vez maior do ambiente controle aversivamente o comportamento, principalmente por fortalecer padrões de fuga-esquiva. Desse processo, pode ser observada uma redução gradual do responder do indivíduo ao ambiente até produzir um estado prolongado de

paralisação, reduzindo significativamente a possibilidade do indivíduo entrar em contato com possíveis reforçadores positivos.

Portanto, a dimensão dos problemas comportamentais, ocasionados por contingências de punição e de reforço negativo, pode ser analisada em relação às possibilidades do indivíduo produzir comportamentos alternativos ao comportamento punido: quanto menor for a possibilidade do indivíduo produzir comportamentos de fuga ou de esquiva bem sucedidos maior será o prejuízo e quanto menor for a possibilidade do indivíduo apresentar comportamentos, que não estejam relacionados com a evitação da estimulação aversiva (comportamentos positivamente reforçados), maior também pode ser o prejuízo (Sidman, 1989/1995; Skinner, 1953/2000).

Finalmente, além das condições já descritas, que definem a estimulação aversiva severa, na análise dos resultados indesejáveis do controle aversivo, também devem ser consideradas mais duas condições. A primeira delas é a história de aprendizagem do indivíduo desfavorável à apresentação de comportamentos concorrentes e a segunda refere-se a condições ambientais atuais, que não favoreçam a apresentação desses comportamentos. Pautando-se nas considerações apresentadas, na próxima seção serão levantados alguns questionamentos sobre os efeitos indesejáveis do controle aversivo.

2.4 QUESTIONAMENTOS ACERCA DOS EFEITOS INDESEJÁVEIS DO CONTROLE AVERSIVO

A partir das considerações sobre os subprodutos indesejáveis das contingências de punição e de reforço negativo, verificou-se que as reações emocionais e o processo de condicionamento de estímulos neutros à estimulação aversiva podem participar efetivamente de problemas comportamentais, por exemplo, desamparo aprendido, padrões de fuga-esquiva fortemente estabelecidos, reações emocionais perturbadoras, entre outros. Diante desses efeitos, procedimentos fundamentados nesses dois tipos de contingências são amplamente criticados e evitados por analistas do comportamento, quando empregados em intervenções comportamentais. No entanto, os problemas descritos são observados em circunstâncias particulares da estimulação aversiva, envolvida nas contingências de punição e de reforço negativo, além da história comportamental do indivíduo e das condições ambientais atuais desfavoráveis à apresentação de comportamentos que eliminem as fontes de estimulação aversiva e que produzam reforçadores positivos.

Conforme descrito anteriormente, diversos autores analisam que nas condições em que a intensidade da estimulação aversiva e a frequência de contato com o indivíduo são elevadas e, também, quando a apresentação da estimulação aversiva se dá de forma incontrolável, existe maior probabilidade de se observar o estabelecimento dos problemas mencionados. Assim, questiona-se: em circunstâncias de menor intensidade e frequência e de apresentação controlável da estimulação aversiva, distintas da estimulação aversiva severa, subprodutos indesejáveis dessas contingências não ocorreriam? Além disso, se forem acrescentadas a essas circunstâncias, maiores possibilidades do indivíduo emitir comportamentos alternativos (história comportamental e condições ambientais atuais favoráveis à apresentação desses comportamentos), então, *déficits* comportamentais teriam menor probabilidade de ocorrer? E, por fim, parece pertinente perguntar também: o controle aversivo poderia produzir subprodutos desejáveis à aprendizagem de comportamentos eficazes? Em que condições de estimulação aversiva isso poderia ocorrer?

Continuando os questionamentos sobre os subprodutos do controle aversivo, Perone (2003) e Todorov (2001) afirmam que os efeitos das contingências, em ambiente natural, ocorrem de maneira relacionada, sendo difícil analisar um dado comportamento de forma segmentada, sem relacioná-lo aos efeitos de outros comportamentos (do mesmo indivíduo ou de outros indivíduos). Assim, os efeitos das contingências de punição e de reforço negativo também devem ser analisados em correlação aos efeitos de outras contingências, considerando-se o processo de modelagem do comportamento como um todo. Com isso, indaga-se: há possíveis benefícios das contingências de punição e de reforço negativo quando analisadas em seu efeito conjunto com outras contingências?

Cabe considerar ainda que, para Skinner (1953/2000j), parte dos eventos que atualmente funcionam como reforçadores negativos são derivados de processos relacionados à sobrevivência da espécie, por exemplo, condições ambientais que conferem dano à integridade física do organismo (fogo, calor ou frio intenso, ruído, etc). Segundo Skinner (1984), respostas que evitaram prejuízos ao organismo foram selecionadas e, possivelmente, favoreceram o surgimento da suscetibilidade do organismo a este tipo de estimulação e ao reforço pela remoção da estimulação danosa. Assim, Skinner (1953/2000j, p.188) esclarece que “é difícil observar o efeito do reforço negativo isoladamente” da contingência de punição, resultando na provável evolução de respostas mais complexas, as quais possivelmente favoreceram o surgimento do comportamento operante, tanto negativamente fortalecido quanto punido.

Skinner (1984) frisa que, pelo fato da seleção natural ter preparado o organismo para responder a um ambiente muito semelhante àquele em que o comportamento fora selecionado, algumas das condições ambientais, que afetaram o responder do organismo em contingências filogenéticas, possivelmente, passaram a afetar o comportamento operante do organismo, no processo de evolução do comportamento. Normalmente, quando a apresentação dessas condições resulta no enfraquecimento do comportamento e quando a sua remoção o fortalece, elas são denominadas de estímulos aversivos naturais ou de reforçadores negativos naturais.

Pautando-se na análise dos processos evolutivos do comportamento, pode-se afirmar que contingências de punição e de reforço negativo fazem parte do ambiente natural com o qual o indivíduo interage, portanto, participaram do processo de seleção filogenética e ontogenética de comportamentos relevantes principalmente daqueles relacionados à integridade física do organismo. Nesse sentido, Perone (2003) analisa que, nas contingências de punição e de reforço negativo, possivelmente, seus efeitos comportamentais devem apresentar função mais adaptativa do que desadaptativa, tanto em relação a aspectos filogenéticos (como por exemplo, a integridade do organismo) quanto ontogenéticos (comportamentos relevantes para o indivíduo). Além disso, por constituírem parte do ambiente natural do indivíduo (seja este físico ou construído socialmente), alguma exposição ao controle aversivo deve ser inevitável. Por esse motivo, a ocorrência de seus efeitos comportamentais pode se apresentar inexorável em determinadas ocasiões. Assim, algum contato com as contingências aversivas pode ser necessário para que o indivíduo aprenda a lidar com as situações que envolvam estimulação aversiva. A partir desses apontamentos e apesar das sérias considerações acerca dos subprodutos indesejáveis dessas contingências e, ainda, sabendo-se que seus efeitos não podem ser totalmente excluídos do contexto natural, questiona-se: podemos prescindir totalmente de seus efeitos em intervenções comportamentais, considerando-se que tais efeitos possam ser desejáveis à aprendizagem de comportamento eficaz?

Para buscar esclarecimentos sobre os questionamentos mencionados, deve-se elucidar, primeiramente, em que sentido os efeitos comportamentais do controle aversivo podem ser analisados como indesejáveis ou desejáveis. Quando são abordados os resultados indesejáveis dos subprodutos das contingências de punição e de reforço negativo, faz-se necessário investigar: se o termo “indesejável” é empregado para indicar comportamentos que prejudicam o indivíduo a longo prazo ou a curto prazo, por exemplo; se são comportamentos que interferem na aprendizagem de outros comportamentos socialmente aceitáveis; se os

problemas promovidos pelo controle aversivo afetam principalmente a convivência em grupo, ou mesmo, se este tipo de avaliação adota como critérios efeitos prazerosos e desconfortáveis, descritos pelo próprio indivíduo. Enfim, quando se debate os subprodutos indesejáveis à aprendizagem de comportamento eficaz, pergunta-se: quais critérios se aplicam para se interditar ou se recomendar procedimentos fundamentados nas contingências de punição e de reforço negativo, quando aplicados em contextos de práticas sociais? Ou, em uma discussão sobre subprodutos desejáveis e indesejáveis, trata-se apenas de uma análise hedonista, na qual defende-se o que é prazeroso e eliminam-se os eventos considerados desconfortáveis para o indivíduo?

Afinal, se ao condenar ou ao defender o controle aversivo são salientados os efeitos comportamentais que podem prejudicar a aprendizagem de comportamentos eficazes, então, cabe investigar o sentido que está sendo considerado quando se aborda comportamentos com os adjetivos “eficaz” ou “apropriados”.

Com base nas indagações apresentadas, investigou-se nesta pesquisa se contingências de punição e de reforço negativo podem participar da promoção de comportamentos eficazes e, se o fazem, de que maneira isto pode ocorrer. Para conduzir essa investigação, foi necessário estudar previamente o sentido que a expressão “comportamento eficaz” apresenta para a Análise do Comportamento. Assim, esta pesquisa constituiu-se de dois estudos: um para esclarecer o sentido de “comportamento eficaz” e outro para avaliar se o controle aversivo pode participar da promoção de comportamentos eficazes.

3 DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Para a análise dos efeitos comportamentais do controle aversivo, foram elaborados dois estudos. O primeiro descreve critérios para análise do conceito skinneriano de comportamento eficaz. O segundo analisa possíveis resultados desejáveis do controle aversivo, conforme alguns critérios levantados, entre eles, os que definem o conceito skinneriano de comportamento eficaz. As próximas seções descrevem cada um dos dois estudos.

3.1 ESTUDO 1: O CONCEITO SKINNERIANO DE COMPORTAMENTO EFICAZ

Esta pesquisa foi iniciada tendo como um de seus objetivos esclarecer quais os possíveis critérios adotados ao se considerar como indesejável ou desejável um dado efeito comportamental, especificamente quando se trata de efeitos do controle aversivo. Para tanto, foram selecionados os principais autores que criticavam severamente a aplicação de procedimentos fundamentados neste tipo de controle - Skinner e Sidman.

Em 1989, Sidman apresentou seus principais argumentos contra o controle aversivo em seu livro *Coerção e suas implicações*. No exame desse livro, constatou-se que os argumentos adotados pelo autor eram validados com base no modelo operante da Análise do Comportamento e nos pressupostos do Behaviorismo Radical, ou seja, os textos skinnerianos subsidiavam a análise dos critérios aplicados por Sidman contra o controle aversivo. Assim, optou-se por analisar esses critérios diretamente nos textos skinnerianos.

Pautando-se na análise dos efeitos indesejáveis do controle aversivo, verificou-se que as principais críticas de Skinner ao controle aversivo eram localizadas nas discussões que tratavam de soluções para problemas comportamentais. Observou-se que isso ocorria quando o autor interpretava esses problemas, pautando-se no Behaviorismo Radical e, também, quando apresentava propostas para solucioná-los. Em ambos os contextos, Skinner se referia ao comportamento por adjetivos, fato que não permitia identificar claramente os argumentos empregados contra o controle aversivo. Com isso, hipotetizou-se que entender o sentido com que o autor supostamente empregava tais adjetivos poderia favorecer também a

compreensão do sentido com o qual os efeitos do controle aversivo podem ser considerados indesejáveis.

Dentre os adjetivos empregados (desadaptativo, adaptativo, inapropriado, ineficaz, apropriado, produtivo, útil e eficaz), observou-se que a expressão comportamento eficaz era adotada freqüentemente por Skinner. Assim, devido aos motivos acima descritos e ao extenso uso com que a expressão é empregada, ela foi adotada para a realização do Estudo 1. Neste estudo, procurou-se examinar o conceito skinneriano de comportamento eficaz para empregá-lo nesta pesquisa. Com isso, o Estudo 1 consiste no exame dos textos skinnerianos para identificar e descrever alguns dos critérios, com os quais o autor conceitua comportamento eficaz. Trata-se, portanto, de exame intratexto de um único autor – B. F. Skinner, conduzido conforme a seqüência abaixo.

ETAPA 1: SELEÇÃO INICIAL DE TEXTOS – Pelo fato de a maioria das críticas skinnerianas contra o controle aversivo estarem localizadas nas análises que envolvem a apresentação de solução para problemas comportamentais, nesta etapa foram selecionados textos skinnerianos relacionados a propostas de desenvolvimento e de aplicação de tecnologias do comportamento, sendo eles:

Skinner, B. F. (1969). *Contingencies of reinforcement: a theoretical analysis*. New York: Appleton-Century-Crofts (Originalmente publicado em 1966)

Skinner, B. F. (1975). *Tecnologia do ensino* (R. Azzi, Trad.). São Paulo: E.P.U e Edusp. (Originalmente publicado em 1972)

Skinner, B. F. (1977). *O mito da liberdade* (L. Goulart & M. L. F. Goulart, Trads.). Rio de Janeiro: Bloch. (Originalmente publicado em 1971)

Skinner, B. F. (1991). *Questões recentes na análise do comportamento* (A L. Neri, Trad.). São Paulo: Papyrus. (Originalmente publicado em 1989)

Skinner, B. F. (2000). *Ciência e comportamento humano* (J. C. Todorov & R. Azzi, Trads.). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1953)

ETAPA 2: SELEÇÃO DE TRECHOS DOS TEXTOS PARA ANÁLISE – Todos os textos selecionados na Etapa 1 foram lidos integralmente. Após as leituras foram listados e copiados os trechos, nos quais o autor adjetivava o comportamento positivamente e negativamente, por exemplo, comportamento útil e comportamento desadaptativo, respectivamente. Posteriormente, esses trechos, quando lidos em português, foram comparados com a versão original para identificar possíveis erros de tradução desses adjetivos.

ETAPA 3: ANÁLISE COMPARATIVA – A comparação dos trechos selecionados permitiu a identificação de adjetivos empregados como sinônimos e verificar os termos empregados com maior frequência pelo autor. Verificou-se que o autor adotava um número maior de adjetivos positivos do que negativos. Assim optou-se por uma expressão positiva - “comportamento eficaz”, uma vez que o termo “eficaz” para o autor sintetizava os demais adjetivos positivos e poderia indicar critérios para os comportamentos de interesse nesta pesquisa – comportamentos considerados desejáveis. Nesta etapa, também foram identificados e descritos os tipos de análises skinnerianas, nas quais as expressões eram adotadas freqüentemente.

ETAPA 4: SELEÇÃO DE TEXTOS PARA FUNDAMENTAR A ANÁLISE – Após a identificação dos temas das análises skinnerianas, nas quais era empregada a expressão comportamento eficaz, decidiu-se selecionar outros textos do autor para melhor entender os pressupostos que orientavam o emprego dessa expressão naquele determinado tipo de análise, ou seja, a partir da descrição dos tipos de análises realizadas pelo autor, foram levantados outros textos para auxiliar uma melhor compreensão dessas análises. Por exemplo, se a expressão “comportamento eficaz” era empregada quando Skinner explicava contingências de seleção, então textos que tratavam de contingências de seleção foram analisados para complementar o entendimento do sentido em que a expressão era adotada. Assim, outros textos foram complementando a análise do conceito de comportamento eficaz. Esses textos encontram-se listados no Anexo 1.

ETAPA 5: LEVANTAMENTO E DESCRIÇÃO DE CRITÉRIOS PARA SUBSIDIAR A ANÁLISE DO CONCEITO SKINNERIANO DE COMPORTAMENTO EFICAZ – A partir de uma análise pormenorizada de aspectos conceituais, envolvidos em cada uso da expressão comportamento eficaz, foi realizada uma análise comparativa dos trechos selecionados. Nesta análise, procurou-se identificar diferentes critérios que orientavam o uso skinneriano dessa expressão. Com a

descrição desses critérios foi possível chegar ao resultado final deste estudo: uma aproximação ou uma interpretação do conceito skinneriano de comportamento eficaz, apresentada no Capítulo 3.

3.2 ESTUDO 2: A PARTICIPAÇÃO DO CONTROLE AVERSIVO NA PROMOÇÃO DE REPERTÓRIO EFICAZ

Neste estudo adotou-se os critérios descritos no Estudo 1 (sobre comportamento eficaz) para identificar possíveis efeitos comportamentais desejáveis do controle aversivo. Foram examinados textos de diferentes autores que se referiam a possíveis efeitos desejáveis do controle aversivo e que atendessem aos critérios previamente descritos no capítulo sobre repertório eficaz. Nas análises desenvolvidas neste estudo, adotou-se como critério a coerência dos argumentos utilizados pelos autores com o modelo operante da Análise do Comportamento e com fundamentos do Behaviorismo Radical. O estudo foi conduzido conforme as seguintes etapas:

ETAPA 1: LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO – Foram levantados textos de fundamentos teóricos e de aplicação da Análise do Comportamento, que tratam de aspectos relacionados ao conceito e à aplicação de controle aversivo, como, por exemplo: definição de controle aversivo, discussão de seus subprodutos emocionais, críticas sobre a aplicação de procedimentos planejados, entre outros. O levantamento bibliográfico foi realizado por meio de palavras-chave e o período selecionado foi a partir de 1980. As palavras-chave para a pesquisa foram: controle aversivo; análise do comportamento; contingência de punição; contingência de reforço negativo; *déficits* comportamentais; benefícios; prejuízos; efeitos indesejáveis e efeitos desejáveis. Foram encontrados textos nas seguintes bases de dados: Bibliotecas-PR, Bibliotecas-SP, Lilacs, PsycINFO, Pubmed, Scielo e WOS.

Com o objetivo de levantar projetos ou grupos de pesquisa relacionados ao tema controle aversivo, o levantamento foi complementado por pesquisas em *home page* de universidades com programas de pós-graduação em Análise Experimental do Comportamento e Análise do Comportamento Aplicada (Psicologia Clínica, da Saúde, da Educação e Educação Especial) e que realizassem trabalhos pautados nos fundamentos filosóficos do Behaviorismo Radical. Foram pesquisadas *home page* das seguintes universidades: USP-SP;

USP-Ribeirão Preto; UNESP; UFSCar; UFPR; UFPA; PUC-SP; PUC-Campinas e Unb. Além disso, realizou-se pesquisa no diretório de pesquisadores do CNPq, para localizar grupos de pesquisas relacionadas ao tema controle aversivo.

ETAPA 2: SELEÇÃO DE TEXTOS – Foram lidos um total de 36 resumos dos textos levantados. A partir dessa leitura preliminar, foram selecionados os textos que tratavam da descrição das contingências de punição e de reforço negativo; dos seus efeitos comportamentais, incluindo subprodutos desejáveis e indesejáveis; de críticas ao controle aversivo e de questionamentos sobre seus efeitos comportamentais. Parte dos textos selecionados nesta busca já havia sido empregada na elaboração do Capítulo 1 desta pesquisa (os quais, na sua maioria, consistiam nos textos de autores clássicos de análise experimental do comportamento). Com esses critérios foram selecionados um total de 15 textos (listados no Anexo 2), os quais constituíram a base para o desenvolvimento deste estudo.

ETAPA 3: EXAME DOS TEXTOS – Os textos que abordavam efeitos comportamentais; críticas ao controle aversivo e questionamentos sobre o tema, foram relidos e analisados de acordo com os critérios definidos na análise de comportamento eficaz. Foram definidos os comportamentos (tipo de comportamento) e efeitos comportamentais (por exemplo: reações emocionais), produzidos pelas contingências de punição e de reforço negativo de acordo com os critérios previamente estabelecidos (critérios referentes a comportamento eficaz, descritos no Capítulo 3), e outros definidos no próprio decorrer da análise de possíveis efeitos desejáveis, demonstrados no Capítulo 4.

ETAPA 4: SELEÇÃO DE TEXTOS PARA FUNDAMENTAR A ANÁLISE – Conforme realizado no Estudo 1, foram selecionados textos, que não tratavam diretamente do tema controle aversivo, mas que auxiliavam a análise de aspectos abordados pelos textos que discutiam diretamente o controle aversivo, por exemplo:

- Textos que abordavam a importância de determinados comportamentos tais como autocontrole, comportamento verbal, entre outros, e que ao analisarem o estabelecimento e a manutenção desses comportamentos, descreviam a participação de diferentes contingências de reforço incluindo a participação de contingências aversivas.
- Textos que explicavam variáveis experimentais, como, por exemplo: frequência de exposição a determinados estímulos; efeitos de diferentes esquemas de reforçamento;

duração da estimulação; natureza da estimulação, entre outros. Foram selecionados textos, que embora não discutissem diretamente o controle aversivo do comportamento, auxiliavam na compreensão da função aversiva, exercida por determinadas variáveis ambientais.

Desta forma, textos que não tratavam diretamente da análise do controle aversivo do comportamento foram levantados, no sentido de complementar o estudo de possíveis efeitos desejáveis de contingências aversivas na aprendizagem de comportamentos eficaz. Esses textos complementaram o conjunto de autores consultados para o desenvolvimento do Estudo 2.

ETAPA 5: ANÁLISE DOS EFEITOS DESEJÁVEIS DO CONTROLE AVERSIVO – O exame dos textos selecionados permitiu: (a) a descrição de possíveis efeitos comportamentais desejáveis do controle aversivo, juntamente com a descrição de alguns contextos específicos, nos quais tendem a ocorrer; (b) a especificação da estimulação aversiva que favorece, nos casos descritos, a ocorrência de comportamentos eficazes e (c) a análise dos argumentos empregados pelos autores, que sustentam que efeitos comportamentais do controle aversivo podem favorecer a aprendizagem de comportamentos eficazes. O estudo desses aspectos resultou na elaboração de análises de alguns exemplos de comportamento eficaz, as quais estão descritas no Capítulo 4.

4 RESULTADOS DO ESTUDO 1: O CONCEITO SKINNERIANO DE COMPORTAMENTO EFICAZ

Skinner, ao tratar de certos temas em suas análises comportamentais, refere-se ao comportamento humano por meio de adjetivos, como: útil, produtivo, eficiente ou eficaz. Pelo fato de serem amplamente citados, esses termos acabam por constituir expressões freqüentes em suas análises, por exemplo: comportamento eficaz, comportamento útil, comportamento apropriado e comportamento produtivo. Essas expressões são adotadas em pertinentes considerações do autor acerca do comportamento humano, tais como nas descrições dos efeitos de contingências de reforço (Skinner, 1972/1975a; 1966/1969b; 1971/1977c; 1989/1991c) e nas discussões sobre tecnologia do comportamento (Skinner, 1972/1975b; 1972/1975e; 1966/1969a; 1971/1977d). Com isso, o emprego desses termos é acompanhado por pressupostos que orientam tanto a compreensão teórica do comportamento humano, na visão da Análise do Comportamento, bem como a possibilidade de aplicação dos princípios comportamentais.

Entretanto, o sentido dado por Skinner a essas expressões, na maioria das vezes, não é evidenciado de maneira sistemática e explícita em suas análises comportamentais. Mas, há alguns aspectos discutidos pelo autor, ao longo de suas interpretações, que podem auxiliar na compreensão e na sistematização dos conceitos com os quais ele emprega tais adjetivos. É objetivo deste capítulo examinar os critérios com os quais termos como: eficaz ou eficiente, útil, produtivo e apropriado, são empregados no sistema teórico de Skinner. A partir desse exame, pretende-se analisar o sentido de comportamento eficaz (ou eficiente, ou útil, ou produtivo, ou apropriado) nos textos skinnerianos.

Segundo Skinner (1966/1969a), a palavra “eficaz” sintetiza as demais qualificações, como pode ser observado na seguinte afirmação:

Um aspecto importante é que contingências efetivas precisam ser programadas – isto é, elas são efetivas apenas quando a pessoa passou por uma série de contingências intermediárias. Os indivíduos que alcançam contingências terminais serão produtivos, úteis, criativos e felizes – em uma palavra, eficazes ao máximo. (p.40, grifos nossos).

Neste capítulo, será adotada apenas a expressão “comportamento eficaz”, visando evitar repetições desnecessárias e contradições de termos ao se examinar o sentido em

que diversos adjetivos são utilizados por Skinner. Para a análise do sentido skinneriano de comportamento eficaz, serão considerados os seguintes aspectos conceituais:

1. possibilidades ou chances de reforço: refere-se ao efeito produzido pelo comportamento no ambiente, o qual torna a ocorrência do comportamento mais provável;
2. classe de respostas: será analisado o efeito ambiental produzido diretamente pelo conjunto de respostas, que constituem uma dada classe;
3. repertório comportamental: será examinado o efeito ambiental produzido pelas diferentes classes de respostas, que compreendem o repertório de comportamentos de uma pessoa;
4. comportamento culturalmente eficaz: serão abordadas as implicações que as conseqüências reforçadoras podem apresentar para o indivíduo e para a sobrevivência de práticas culturais relevantes;
5. repertório eficaz e planejamento de contingências: serão descritos alguns argumentos que Skinner adota para enfatizar a necessidade de planejamento de contingências, visando a aprendizagem de repertório eficaz.

Ao final da análise desses aspectos conceituais serão elencados alguns critérios que podem facilitar a compreensão do conceito skinneriano de comportamento eficaz.

A princípio, comportamento eficaz pode ser entendido como um conjunto de respostas que torna o indivíduo mais apto a lidar com as adversidades produzidas em suas interações com o ambiente, como explicado por Skinner (1972/1975b):

Deparando com uma situação para a qual não há comportamento eficiente disponível (na qual não podemos emitir uma resposta que seja provavelmente reforçada), comportamo-nos de outras maneiras que tornam possível o comportamento eficiente (melhoramos nossas chances de reforço) (p.114).

Com base nas palavras do autor, comportamento eficaz se refere ao comportamento provavelmente reforçado (“*resposta que seja provavelmente reforçada*” p. 114), para o qual torna-se importante também a ocorrência de outros comportamentos, os quais promovam condições ambientais, que aumentem a probabilidade de ocorrência de reforço (“*comportamo-nos de outras maneiras que tornam possível o comportamento eficiente*” p. 114). Com isso, comportamento eficaz alude tanto ao comportamento diretamente reforçado, bem como a outros comportamentos que contribuíssem para que aquele

fosse reforçado. Portanto, a possibilidade de ocorrer reforço está diretamente implicada na compreensão do conceito de comportamento humano eficaz, sendo ela o primeiro critério a ser analisado.

4.1 POSSIBILIDADES OU CHANCES DE REFORÇO

As possibilidades ou as chances de reforço referem-se às conseqüências de um dado comportamento, as quais aumentam a probabilidade de ocorrência deste comportamento, ou seja, que o reforçam, que o fortalecem. Se as modificações ambientais produzidas pelo comportamento afetarem diretamente sua probabilidade de ocorrência, então estas modificações funcionaram como conseqüências reforçadoras para este comportamento, uma vez que entraram em relação funcional com o comportamento, fortalecendo-o. Assim, as modificações ambientais constituem conseqüências que podem fortalecer o comportamento.

Como analisado na revisão teórica de controle aversivo, considera-se que as conseqüências reforçadoras podem ocorrer de duas formas: apresentação de estímulos (reforçamento positivo) e remoção de estímulos (reforçamento negativo). Portanto, dizer que um dado comportamento é eficaz implica considerar que se trata de um comportamento estabelecido e mantido por conseqüências reforçadoras.

Por outro lado, nem todas as modificações ambientais, promovidas por um dado comportamento, acabam apenas por conseqüenciá-lo, afetando sua probabilidade de ocorrência. Observa-se que certas modificações também podem participar do processo de fortalecimento de um outro comportamento, por exemplo, ao estabelecer a ocasião para que as conseqüências de outro comportamento funcionem como reforçadoras, considerando os comportamentos de um mesmo indivíduo. Neste caso, conseqüências reforçadoras são produzidas, também, de maneira indireta pelas modificações ambientais promovidas por comportamentos, os quais antecedem o comportamento que pode ser reforçado.

Para esclarecer as duas maneiras (direta e indireta) que favorecem as possibilidades ou chances de reforço, é preciso introduzir, na discussão, os conceitos de classe de respostas e de repertório comportamental. De acordo com Skinner (1972/1975c; 1953/2000b), possibilidades ou chances de ocorrer reforço podem ser examinadas de duas maneiras: (1) uma, que as enfoca como efeitos produzidos por uma classe de respostas e (2) outra, que as analisa como resultados do repertório comportamental, referindo-se ao

funcionamento do indivíduo como um todo. Ambas auxiliam a compreensão conceitual de comportamento eficaz e são condizentes com o modelo operante de análise do comportamento.

4.2 POSSIBILIDADES OU CHANCES DE REFORÇO DEMONSTRADAS POR UMA CLASSE DE RESPOSTAS

De acordo com Millenson (1967/1975c), o comportamento operante, como objeto de estudo, implica algumas dificuldades técnicas para a ciência que se propõe a estudá-lo. Isto ocorre pela própria natureza do objeto de estudo, uma vez que o comportamento não apresenta dimensões espaciais, não sendo passível de ser apreendido (imobilizado), como outros objetos, tais como, o corpo humano, ondas elétricas, entre outros. Essa peculiaridade do comportamento pode ser atestada por Skinner (1953/2000a), que ressalta a dificuldade de estudo imposta pela própria natureza do comportamento, na seguinte explanação:

O comportamento é uma matéria difícil, não por ser inacessível, mas porque é extremamente complexo. Desde que é um processo, e não uma coisa, não pode ser facilmente imobilizado para observação. É mutável, fluido e evanescente e, por esta razão, faz grandes exigências técnicas da engenhosidade e energia do cientista. Contudo, não há nada essencialmente insolúvel nos problemas que surgem deste fato (p. 16)

Por ser um processo contínuo, para ser examinado o comportamento é descrito em unidades menores denominadas respostas, o que facilita a análise do efeito do ambiente sobre ele. Assim, o comportamento se refere à ocorrência de determinadas respostas do organismo que se dão em interação com o ambiente, ao longo de um dado período de tempo. Essas respostas modificam o ambiente, produzindo um efeito comum e, possivelmente, parte delas passam a ficar sob controle deste efeito ambiental, fato que permite observar a reprodução do comportamento. As respostas controladas por um mesmo efeito são analisadas conjuntamente, constituindo, assim, uma classe de respostas. Portanto, é o efeito no ambiente produzido por essas respostas que permite a definição de quais respostas constituem uma certa classe, em outras palavras, as respostas são analisadas de forma conjunta pelo seu

efeito comum no ambiente, ou seja, pela sua função. A partir desse exame, o comportamento pode ser analisado como uma classe de respostas (Millenson, 1967/1975c).

O comportamento do rato de pressão à barra, por exemplo, é constituído por várias respostas até que o efeito de liberar o alimento ocorra. Como ilustração, pode-se imaginar a seguinte seqüência de atos do rato no laboratório: aproximar-se da barra, levantar a cabeça, levantar a pata direita, encostar a pata na barra e pressioná-la para baixo. Todos esses movimentos provocaram a liberação do alimento. Se em circunstâncias similares, o rato voltar a pressionar a barra, então se supõe que a conseqüência - alimento, fortaleceu este comportamento, ou seja, aumentou a probabilidade do comportamento ocorrer. No entanto, uma análise pormenorizada sugere que os atos envolvidos na primeira pressão à barra não são iguais à ocorrência subsequente. Por exemplo, a pressão à barra poderia ter ocorrido sem que o rato tivesse levantado a cabeça, com o corpo em outra posição e utilizando a pata esquerda. Mas, o que define o comportamento do rato, de pressionar a barra, não são as propriedades físicas dos atos, mas o efeito provocado – liberação do alimento.

Segundo Baum (1994/1999a) e Millenson (1967/1975c), este fato indica que o comportamento repetido nunca é igual à primeira ocorrência, ou seja, o efeito do ambiente retroage ao organismo, afetando algumas respostas que constituíram aquele comportamento. Pelo fato de o comportamento ser um processo, o que é reproduzido são instâncias do comportamento, ou melhor, parte das respostas de uma classe e não a sua totalidade, uma vez que podem ser observadas diferenças topográficas nas respostas reproduzidas. Assim, o comportamento operante refere-se a uma “classe de respostas que produzem o mesmo efeito sobre o ambiente” (Baum, 1994/1999a, p.95, grifo nosso).

As conseqüências produzidas por uma classe de respostas podem tanto fortalecer quanto enfraquecer um dado comportamento. Elas são descritas como reforçadoras se parte das respostas, de uma mesma classe, continuar a ocorrer. Supõe-se, então, que a conseqüência produzida anteriormente aumentou a freqüência do comportamento atual, logo o efeito ambiental fortaleceu a classe de respostas.

Nessa análise, as possibilidades ou as chances de reforço indicam o efeito no ambiente diretamente promovido por uma dada classe de respostas. Portanto, comportamento eficaz pode ser considerado como o conjunto de respostas (constitutivas de uma classe) que produz conseqüências, as quais funcionam como reforçadores em um dado ambiente, aumentando a probabilidade de ocorrência dessa classe de respostas. Com isso, nessa primeira análise sobre as possibilidades ou as chances de ocorrer reforço, o

comportamento eficaz refere-se, simplesmente, à classe de respostas que produz conseqüências reforçadoras.

Como especificado anteriormente, o comportamento pode ter sua probabilidade maximizada em decorrência de condições ambientais produzidas por outras classes de respostas e, neste caso, os reforçadores são promovidos de maneira indireta por outros comportamentos de um mesmo indivíduo (outras classes de resposta). Neste ponto, a compreensão de repertório comportamental auxilia no entendimento da expressão comportamento eficaz.

4.3 POSSIBILIDADES OU CHANCES DE REFORÇO DEMONSTRADAS POR REPERTÓRIO COMPORTAMENTAL

Sob o enfoque de repertório comportamental, as chances de reforço são estudadas como efeitos ambientais, produzidos por diferentes classes de respostas de uma mesma pessoa, ou seja, as possibilidades de ocorrer reforço resultam do repertório de comportamentos de um indivíduo. Diante disso, o estudo das chances de reforço não se limita à análise do efeito direto de uma classe de respostas - produzir reforçadores. Mas, enfoca a produção de alterações ambientais, promovidas por diferentes classes de respostas do mesmo indivíduo, que provavelmente aumentem a probabilidade de conseqüências reforçadoras ocorrerem. Assim, as conseqüências, produzidas diretamente por uma classe específica de respostas, equivalem aos efeitos ambientais não só desta classe, mas também àqueles determinados por outras partes (classes) do repertório de comportamentos do indivíduo. A partir disso, as chances de reforço são examinadas, também, como resultado do funcionamento do repertório do indivíduo.

Segundo Skinner (1974), repertório comportamental alude a diferentes comportamentos resultantes de uma história de interações, que o indivíduo estabeleceu com as diferentes instâncias de seu ambiente, ao longo de toda sua vida. O repertório de comportamentos de um indivíduo é resultado de um longo processo de condicionamento, operante e respondente, promovido pelo arranjo de condições ambientais, constituído por diferentes contingências de reforço.

Os textos skinnerianos sugerem que, nesse processo, a ação do ambiente sobre o estabelecimento e a manutenção de diferentes comportamentos é muito variada. Com

isso, as conseqüências de alguns desses arranjos passaram a exercer maior controle sobre o comportamento do indivíduo, selecionando determinados comportamentos. Ao passo que vão ocorrendo os processos de condicionamento, diferentes comportamentos são fortalecidos, alguns são enfraquecidos ou extintos, muitos são mantidos em esquemas intermitentes e outros em esquemas contínuos de reforço, de forma que o controle do comportamento, determinado por diferentes contingências de reforço, vai se fazendo novo constantemente, uma vez que as condições ambientais são alteradas continuamente (Skinner, 1966/1969a; 1966/1969b; 1989/1991d; 1974; 1953/2000b). Desse modo, o repertório é denominado eficaz quando, nas possibilidades do indivíduo alterar o seu ambiente, são promovidas predominantemente condições ambientais que potencializam a probabilidade de ocorrer reforço, favorecendo a ocorrência de um maior número de comportamentos reforçados, do que enfraquecidos ou extintos.

A partir das considerações expostas, para a compreensão do sentido de repertório eficaz, a produção de reforçadores prevalece como uma condição imprescindível, porém, não somente como o efeito de uma classe de respostas (produzir reforçadores). Possibilidades ou chances de reforços dependem do arranjo e do rearranjo das conseqüências produzidas pela variabilidade comportamental que uma pessoa pode apresentar, ou seja, as chances de reforço são determinadas pela complementação ou pela competição das modificações ambientais que um indivíduo potencialmente pode produzir em suas interações com o ambiente. Assim, a diversidade de comportamentos, que constitui um repertório, tende a favorecer que este seja eficaz. Nesse sentido, produzir reforçadores depende de um processo contínuo de condicionamento respondente e operante, estabelecido ao longo de toda a vida de uma pessoa.

Sob o enfoque de repertório comportamental, verifica-se que o domínio de análise do sentido de comportamento eficaz é ampliado. Além do efeito direto, produzido por uma dada classe de respostas, são examinadas também as alterações ambientais que afetam indiretamente a probabilidade de respostas de uma dada classe voltarem a ocorrer, sendo estas alterações produzidas por outras classes de respostas do mesmo indivíduo. Portanto, até o momento, comportamento eficaz é entendido como o repertório de comportamentos de um indivíduo, que modifica o ambiente, ocasionando, predominantemente, condições ambientais que funcionam como reforçadores para os comportamentos do próprio indivíduo. Repertório de comportamentos refere-se ao segundo critério adotado nesta análise e, com isso, comportamento eficaz equivale a repertório eficaz.

Complementando o exame sobre o conceito skinneriano de repertório, é importante considerar que o processo de condicionamento que determina os comportamentos, que constituirão o repertório de um indivíduo, dá-se de maneira particular para cada pessoa, apesar da atuante determinação das contingências culturais. Sobre isso, o autor faz a seguinte consideração:

Ainda assim, o indivíduo é quando muito um ponto em que se reúnem muitas linhas de desenvolvimento, num único grupo. Sua individualidade é inquestionável. Cada célula em seu corpo é produto genético único, tão único como a clássica marca da individualidade, a impressão digital. E mesmo dentro da cultura mais uniforme, cada história pessoal é única. Nenhuma cultura intencional pode destruir este caráter ímpar, e como vimos, qualquer esforço neste sentido constitui um mau planejamento (Skinner, 1971/1977c, p. 164).

Assim, o repertório comportamental refere-se à história ontogenética de aprendizagem, ou seja, refere-se ao próprio indivíduo. Ao examinar as chances de reforço na perspectiva de repertório comportamental, o sentido de comportamento eficaz pode ser interpretado como repertório eficaz, conseqüentemente, implica um indivíduo eficaz. Pois, diz respeito aos comportamentos que uma pessoa apresenta, predominantemente, ao interagir com o ambiente, cujos efeitos ambientais resultantes fortalecem o comportamento, podendo ser produzidos não apenas pelo comportamento que é diretamente reforçado, mas também com a participação de outros comportamentos do mesmo indivíduo. Com isso, possivelmente, quando Skinner se refere ao comportamento com o adjetivo eficaz, ele deve, em geral, referir-se ao comportamento como um todo. Isto quer dizer que o autor deve considerar o quanto uma pessoa pode ser eficaz ao lidar com o mundo que a cerca.

Conclui-se que a análise das possibilidades ou das chances de reforço, realizada sob o enfoque de classes de respostas e de repertório comportamental, permite compreender que a expressão comportamento eficaz é empregada referindo-se, primeiramente, ao efeito que o comportamento produz no ambiente, sendo este efeito a produção de conseqüências reforçadoras e também expressa a visão skinneriana de homem, como o lugar onde os resultados de diferentes interações de um indivíduo com as diversas instâncias de seu ambiente se mesclam, determinando maneiras mais ou menos eficazes deste indivíduo lidar com seu ambiente.

Skinner (1989/1991d) afirma que grande parte dos comportamentos complexos, que constitui repertórios comportamentais em humanos, é determinada por

contingências sociais, denominadas cultura. Com isso, aspectos relacionados à vida do indivíduo em grupo também devem ser considerados para uma compreensão mais detalhada do sentido que comportamento eficaz apresenta nos escritos de Skinner. Para esclarecer a dimensão social implicada no sentido skinneriano de comportamento eficaz, a análise será deslocada do domínio do indivíduo para o domínio das práticas culturais.

4.4 O COMPORTAMENTO CULTURALMENTE EFICAZ

Sobre a participação das contingências sociais na determinação do repertório comportamental, o autor faz as seguintes considerações:

O comportamento também passou a ser parte do escopo de uma análise científica. É produto de três tipos de seleção, a primeira das quais, a seleção natural, é o campo da etologia. A segunda, o condicionamento operante, é o campo da análise comportamental. A terceira, a evolução das contingências sociais do comportamento, a qual chamamos de culturas, explica os amplos repertórios de comportamentos característicos da espécie humana (Skinner, 1989/1991d, p.44, grifos nossos).

Um organismo isolado num ambiente não-social não é capaz de adquirir um amplo repertório de comportamento através do condicionamento operante. A presença de outros organismos é importante (Skinner, 1989/1991d, p.45, grifos nossos).

No entanto, Skinner (1989/1991b) frisa que, ao serem debatidas as implicações de repertório comportamental, o foco de análise está voltado às conseqüências reforçadoras para os comportamentos do indivíduo. Dessa forma, o sentido de repertório eficaz pautado no exame das chances de reforço, promovidas pelo repertório do indivíduo, enfocaria prioritariamente as interações com o ambiente que resultassem em conseqüências reforçadoras para os comportamentos do indivíduo, não incluindo as implicações que essas conseqüências possam desencadear para o grupo social, do qual o indivíduo faz parte.

Skinner (1986) ressalta que contingências culturais selecionam comportamentos individuais, quando estes, de alguma maneira, contribuem com a sobrevivência das práticas do grupo, pois nem sempre os comportamentos selecionados produzem conseqüências reforçadoras para o indivíduo. Com isso, se o repertório

comportamental de cada indivíduo é, em parte, determinado por contingências culturais, então, um repertório eficaz não poderia se limitar ao controle exercido apenas pelo efeito reforçador para comportamentos do indivíduo. Isto por que, nem sempre, comportamentos que produzem reforçadores para o indivíduo são importantes para o seu grupo.

Segundo Skinner (1981), contingências de seleção ontogenética e cultural exercem controle ambiental distinto sobre o comportamento. No nível ontogenético, a seleção do comportamento, por meio do condicionamento operante, deve-se à suscetibilidade do organismo às conseqüências imediatas de seu comportamento. O efeito ambiental proporcionado por contingências ontogenéticas implica que as conseqüências, as quais seguem o comportamento, possam afetar sua probabilidade de ocorrência, aumentando-a ou reduzindo-a. Quando o efeito é o aumento da freqüência do comportamento, a conseqüência exerceu função reforçadora e, com isso, o comportamento foi selecionado.

No nível cultural, o que é selecionado também é o comportamento do indivíduo. Porém, é selecionado o comportamento do indivíduo cujas conseqüências afetam primeiramente o grupo, ao qual o indivíduo pertence e não o próprio comportamento do indivíduo. Para Skinner (1981), é o efeito sobre o grupo o responsável pela evolução da cultura e não os reforçadores para comportamentos individuais de seus membros. Por outro lado, conseqüências culturais não afetam de maneira imediata o comportamento do indivíduo, uma vez que sua ação é atrasada e este atraso pode ultrapassar o tempo de vida do indivíduo.

Assim, no estudo de contingências culturais pode-se considerar que a direção do reforço é invertida, ou seja, o efeito primeiro do comportamento deve ser para o grupo, ao qual o indivíduo pertence e não para o comportamento do indivíduo, como retratado por Skinner (1989/1991a) no seguinte exemplo:

Ao demonstrar que estamos contentes quando uma pessoa se une a nós, nós reforçamos a união. A direção do reforçamento é invertida. Não é o nosso comportamento, mas o comportamento daquele que amamos que é reforçado. O efeito primeiro é sobre o grupo. Ao demonstrar que sentimos prazer pelo que a outra pessoa fez, nós reforçamos o fazer, e assim fortalecemos o grupo (p.17)

Para que a inversão seja estabelecida, a conseqüência cultural deve suplantar o efeito imediato das conseqüências reforçadoras, ao qual o comportamento operante é suscetível. A sensibilidade às conseqüências imediatas interfere no controle que conseqüências postergadas possam exercer sobre o comportamento do indivíduo, uma vez que

o efeito primeiro deve ser para o grupo. Para tanto, o indivíduo não poderia estar susceptível às conseqüências imediatas de seu comportamento. Diante disso, Skinner (1989/1991a) apresenta algumas indagações pertinentes:

Podemos agir no sentido de agradar um amante, porque nosso próprio prazer é aumentado, mas por que deveríamos fazê-lo quando isso não ocorre? Podemos promover obras de Brahms ou ajudar a salvar Veneza, por que assim temos mais oportunidades de desfrutá-los, mas por que haveremos de fazê-lo se não pudermos aproveitar? (p.17)

Ao discutir algumas implicações das contingências de reforço, Skinner (1986) afirma que esse descompasso temporal, entre conseqüências reforçadoras (imediatas) e culturais (atrasadas) no controle do comportamento, pode tornar-se conflitante em duas direções: quando o comportamento reforçador para o indivíduo não favorece o grupo e quando um comportamento relevante para o grupo não é reforçador para o indivíduo.

Usar drogas, por exemplo, é conseqüenciado por sensações fisiológicas de prazer, que possivelmente funcionam como conseqüências reforçadoras imediatas para este comportamento, pois ele volta a ocorrer com freqüência. Para o grupo, pode ter um efeito desastroso, porque o usuário não participa das soluções dos problemas do grupo, podendo, ainda, comportar-se de maneira agressiva, além de ocasionar gastos de dinheiro público com uma possível recuperação. Desse modo, o comportamento de usar drogas não é um comportamento que auxilia o grupo a solucionar seus problemas, não compondo uma prática relevante para o grupo, porém é reforçador para o indivíduo, uma vez que se repete.

Em outros casos, os efeitos danosos das interações reforçadoras são tão retardados que possivelmente afetarão apenas comportamentos de indivíduos que viverão em gerações posteriores, como visto nas agressões realizadas à natureza. Por exemplo, quando não são empregados meios de reciclar parte dos materiais plásticos, utilizados no dia-a-dia com medidas simples, como a separação do lixo, exige-se que novos materiais sejam feitos e, com isso, mais uma parte (mesmo que pequena) de reservas de energia é utilizada (petróleo, por exemplo). A baixa freqüência do comportamento de separar o lixo pode poupar o tempo (efeito reforçador) de quem não o pratica, mas também não permite que a natureza reponha essas reservas em tempo hábil. Conseqüentemente, a escassez de energia poderá torna-se uma realidade para futuras gerações. Atualmente, já se observa tal conseqüência, por exemplo, com a necessidade de controle no consumo de água, pois sua escassez já afeta algumas regiões do mundo.

Além do conflito entre indivíduo e grupo, Skinner (1986) também frisa que a sensibilidade às conseqüências imediatas do comportamento pode prejudicar o próprio indivíduo. Exemplificando: o comportamento de comer compulsivamente, a longo prazo, pode gerar conseqüências que, possivelmente, funcionarão como punitivas, pelos prejuízos à pessoa (doenças, má aparência, etc).

Dessa maneira, se a análise de repertório eficaz for restrita ao nível ontogenético, comportamentos que produzam conseqüências reforçadoras, para o comportamento do próprio indivíduo, podem tornar-se ineficazes tanto para o próprio indivíduo, a longo prazo, quanto para seu grupo, bem como para indivíduos de futuras gerações. Dito de outra maneira, sua eficácia estaria confinada ao efeito reforçador a curto prazo, para o próprio indivíduo.

Entretanto, como indicado no início deste capítulo, Skinner entende que o comportamento eficaz deva ser produzido com a aplicação da tecnologia do comportamento. Isto pode ser revisto na seguinte citação: “Quando as contingências finais são programadas, o organismo pode chegar ao mesmo comportamento eficaz sem erros” (Skinner, 1972/1975b, p. 128, grifos nossos).

O principal legado do planejamento de contingências, sugerido por Skinner (1948/1975; 1972/1975e), apresenta a tentativa de elaborar e de aplicar uma tecnologia capaz de minimizar os efeitos de reforçadores imediatos do comportamento operante, com o objetivo de favorecer o controle do comportamento também por conseqüências atrasadas e, assim, contribuir com o fortalecimento de repertórios individuais que favoreçam a sobrevivência de práticas culturais desejáveis. Desta maneira, a tecnologia do comportamento tem por objetivo favorecer a ocorrência de comportamentos eficazes, ou seja, o interesse nesse tipo de comportamento favoreceu pensar em uma tecnologia comportamental. Com isso, o sentido de comportamento eficaz empregado por Skinner não poderia se limitar apenas aos efeitos reforçadores do comportamento para o próprio indivíduo. Isso fica mais claro quando o autor usa a expressão – comportamento eficaz - referindo-se a práticas importantes para o convívio em grupo, indicando que o comportamento eficaz produz efeitos para o grupo e não somente para o indivíduo, como ilustrado na próxima asserção:

À medida que uma cultura produz máximas, leis, gramáticas e ciência, seus membros acham mais fácil comportar-se eficientemente sem entrar em contato direto ou prolongado com as contingências de reforço assim formuladas (Skinner, 1966/1969b, p. 279, grifos nossos).

A partir dessas considerações sobre aspectos culturais, verifica-se que, para Skinner, um repertório comportamental pode ser entendido como eficaz, quando tende a contribuir com práticas pertinentes também para outros indivíduos. Portanto, repertório eficaz refere-se aos comportamentos de um indivíduo, que produzem tanto possibilidades de reforço para comportamentos do próprio indivíduo, bem como origina condições que aumentem as chances de sobrevivência de práticas culturais relevantes.

Nesta interpretação, de maneira geral, a noção de repertório eficaz não implica negligenciar conseqüências reforçadoras para o indivíduo a favor da sobrevivência de práticas culturais, mas sugere que contingências operantes devam ser planejadas para que também sejam produzidas condições que venham a contribuir com práticas culturais desejáveis. Portanto, de acordo com Skinner (1986), as contingências, que modelam e fortalecem o repertório do indivíduo, podem ser planejadas para que ocorram modificações ambientais que auxiliem no estabelecimento e na manutenção de práticas culturais. Nesse sentido, a sobrevivência de práticas culturais refere-se ao terceiro critério no estudo do sentido de comportamento eficaz.

A importância dada por Skinner ao comportamento eficaz é enfatizada em suas análises que tratam principalmente da necessidade de planejar contingências, ressaltando que a Análise do Comportamento deve ser aplicada com o objetivo de favorecer a aprendizagem de repertório eficaz. Na próxima seção, serão apresentados alguns argumentos empregados pelo autor na defesa do planejamento de contingências para favorecer a ocorrência de repertórios eficazes, ou seja, de pessoas hábeis a lidarem com as adversidades de suas interações com o meio ambiente e com os membros de seu grupo, bem como com as adversidades enfrentadas por seu grupo ou mesmo pelas futuras gerações.

4.5 REPERTÓRIO EFICAZ E PLANEJAMENTO DE CONTINGÊNCIAS

Planejar contingências, para que repertório eficaz seja aprendido, torna-se pertinente para que os danos atrasados de interações reforçadoras sejam amenizados ou mesmo extintos. Além disso, segundo Skinner (1971/1977b), tal planejamento é necessário porque a efetividade ou a eficácia de um repertório comportamental está diretamente relacionada à produção de condições ambientais que repertórios individuais possam viabilizar a favor do grupo e não apenas do indivíduo.

Skinner (1971/1977b; 1972/1975e) argumenta que repertório eficaz pode ser aprendido naturalmente, porém ressalta que os processos naturais não garantem sua ocorrência. Skinner (1981) complementa afirmando que o processo de seleção do comportamento pelas conseqüências não apresenta especificidade quanto ao tipo de comportamento que as conseqüências selecionam. Dito de outra forma, o processo de seleção do comportamento pelas conseqüências implica apenas na seleção de qualquer comportamento que é seguido por eventos reforçadores. Com isso, considera-se que tanto repertórios eficazes quanto ineficazes podem ser modelados ao longo da história de interação do indivíduo com o ambiente. Isto quer dizer que, naturalmente, podem ser selecionados, por um lado, comportamentos que favorecem a sobrevivência de práticas culturais e, por outro lado, comportamentos reforçadores apenas para o indivíduo. O autor lembra, ainda, que comportamentos sob controle reforçador (de origem ontogenética) podem, de alguma forma, favorecer a sobrevivência de práticas culturais. Segundo Skinner (1986), isto decorre das diferentes relações de controle do comportamento, estabelecidas por contingências ontogenéticas e culturais, mas que nem sempre seriam suficientes para a aprendizagem de repertório eficaz.

Skinner (1986) enfatiza que, pelo fato do organismo responder muito mais rápido às conseqüências imediatas do comportamento do que às conseqüências culturais (geralmente mais atrasadas), a ação natural dos processos de seleção do comportamento pode intensificar a aquisição de repertórios individuais, os quais não necessariamente favoreçam a sobrevivência de práticas culturais desejáveis. Portanto, repertórios culturalmente eficazes podem ser mais difíceis de serem modelados naturalmente.

Para complementar, Skinner (1989/1991a) ressalta que as principais conseqüências reforçadoras, relevantes para práticas culturais, são artificiais, o que demonstra a necessidade de se favorecer a ação reforçadora de algumas conseqüências operantes que, por sua vez, podem favorecer o comportamento culturalmente eficaz. Sobre isso o autor afirma:

As principais conseqüências reforçadoras do *ágape*⁴ são, de fato artificiais. Elas são inventadas por nossa cultura, sobretudo porque justamente o tipo de coisa que fazemos nessas circunstâncias ajuda a cultura a resolver seus problemas e a sobreviver (Skinner, 1989/1991a p.18)

⁴ Skinner (1989/1991b) explica que *ágape* refere-se a uma terminologia grega, empregada por ele, para a compreensão do efeito de contingências culturais.

Skinner (1989/1991a) elucida que práticas culturais devem tornar-se importantes para seus indivíduos, caso contrário não serão selecionadas. Somente as práticas culturais significativas para os membros do grupo apresentam maiores possibilidades de sobreviver. No entanto, Skinner (1986) enfatiza que em muitos casos, mesmo apresentando importância para o grupo, muitas práticas culturais desejáveis acabam sendo extintas. A imediatividade com que ocorrem conseqüências operantes pode interferir negativamente na manutenção das práticas culturais, ou seja, repertórios, que não favorecem práticas culturais, são fortalecidos em um período menor de tempo e podem competir com repertórios que seriam mais eficazes (fortaleceriam práticas culturais).

Skinner (1972/1975e) afirma que a possibilidade de alterarmos as contingências para produzir comportamento, favorece o desenvolvimento de tecnologia comportamental, a qual pode contribuir com a modelagem de repertório comportamental que produza conseqüências reforçadoras que sejam compatíveis com a manutenção de práticas culturais desejáveis.

A partir disso, Skinner (1972/1975e; 1971/1977b) argumenta que contingências naturais podem ser efetivas, mas operam de maneira lenta em relação aos avanços sociais e, neste percurso, acidentes indesejáveis acabam por interferir prejudicialmente na aprendizagem de repertório eficaz, devido ao efeito reforçador das conseqüências imediatas. O autor ressalta que, a longo prazo, esse efeito reforçador imediato pode favorecer a produção de conseqüências negativas tanto para o indivíduo quanto para práticas culturais. Nesse sentido, o planejamento científico do comportamento tende a evitar tais acidentes e visa maximizar as contingências que possam produzir repertórios eficazes.

O que é tecnologicamente útil no condicionamento operante é nosso crescente conhecimento da sutileza e complexidade das propriedades do comportamento, que podem ser delineadas até as características sutis e complexas das contingências de reforço que prevalecem no ambiente. (Skinner, 1972/1975a, p. 61)

Nenhum sistema garante comportamento apropriado. É necessário que programas adequados tornem eficazes as contingências (Skinner, 1972/1975a, p. 65).

Nesse cenário, Skinner (1948/1975) enfatiza a relevância do planejamento comportamental com o objetivo de programar contingências que possam produzir repertórios

eficazes. Para o autor, o planejamento de contingências está necessariamente implicado no entendimento de repertório eficaz.

Do exposto, pode-se verificar que nas análises skinnerianas, a expressão comportamento eficaz é empregada referindo-se ao efeito que o comportamento produz no ambiente, sendo este efeito a produção de conseqüências reforçadoras. No entanto, este efeito implica a ação de um indivíduo, que também se comporta em prol de seu grupo. Sendo isto, particularmente, possível com o auxílio tecnológico de uma ciência do comportamento. Assim, o sentido de comportamento eficaz, além de focar os efeitos promovidos pela interação do indivíduo com o ambiente e de indicar a visão de homem de Skinner, também sustenta a importância dada às contingências culturais, assim como aos objetivos pragmáticos da ciência do comportamento, propostos pelo autor ao longo de sua obra.

Portanto, ao inserir neste exame as implicações que a promoção de conseqüências reforçadoras podem proporcionar à sobrevivência de práticas culturais, o sentido de comportamento eficaz para Skinner pode ser interpretado como: repertório de comportamentos de um indivíduo, que produz tanto possibilidades de reforço para comportamentos do próprio indivíduo, bem como origina condições que aumentem as chances de sobrevivência de práticas culturais relevantes. Para tanto, o âmbito da presente análise se deu por meio de duas transposições principais: da análise de classes de respostas para o exame de repertório comportamental e da análise do domínio ontogenético para o cultural. A partir deste conceito de comportamento eficaz será conduzida a análise acerca de efeitos do controle aversivo do comportamento (contingências de punição e de reforço negativo) na determinação de comportamentos eficazes.

5 RESULTADOS DO ESTUDO 2: A PARTICIPAÇÃO DO CONTROLE AVERSIVO NA PROMOÇÃO DE REPERTÓRIO EFICAZ

Neste estudo investiga-se a hipótese de que contingências de punição e de reforço negativo participam do processo de estabelecimento e de manutenção de comportamentos importantes, que podem aumentar a probabilidade de um dado indivíduo lidar melhor com as adversidades de seu ambiente, além de contribuir com práticas culturais relevantes para o seu grupo. Nesse sentido, esses efeitos particulares, produzidos por contingências aversivas, podem ser entendidos como desejáveis, uma vez que favorecem a promoção de repertório eficaz.

Para demonstrar a possibilidade de ocorrência de efeitos desejáveis do controle aversivo este capítulo, primeiramente, apresentará, de forma geral, alguns comportamentos considerados eficazes, com base nos critérios descritos no capítulo anterior. Na descrição desses comportamentos será apenas indicado como o controle aversivo pode participar de sua aprendizagem. Posteriormente, para demonstrar de maneira pormenorizada, como contingências de punição e de reforço negativo podem modelar comportamento eficaz, será apresentada uma análise mais detalhada da participação do controle aversivo na aprendizagem de dois comportamentos específicos: o comportamento moral e o comportamento de autocontrole.

Um primeiro aspecto a ser pontuado na análise de efeitos desejáveis do controle aversivo, é que a estimulação aversiva, envolvida nas contingências de punição e de reforço negativo, aqui consideradas, diferencia-se da estimulação considerada severa, já caracterizada no Capítulo 1. Para Skinner (1948/1975), o planejamento de contingências de punição e de reforço negativo deve garantir que a intensidade da estimulação aversiva não seja excessivamente elevada e que o contato com tal estimulação também não seja excessivamente freqüente. Para o autor, é possível que essas condições garantam que a estimulação aversiva seja compatível com a capacidade do indivíduo de enfrentá-la. Além disso, nesta pesquisa, considera-se que a apresentação sinalizada da estimulação aversiva (previsibilidade) e as chances do indivíduo em apresentar comportamentos que combatam tal estimulação (controlabilidade), provavelmente, também contribuam para que a estimulação aversiva seja compatível com a capacidade do indivíduo de enfrentá-la. Não se pode esquecer,

entretanto, que esses parâmetros são gerais, no sentido de serem relativos para cada indivíduo em função de sua história particular de aprendizagem.

É verdade que, em geral, com relação ao comportamento humano, é difícil mensurar como a estimulação aversiva pode ser considerada compatível. Para tanto, considera-se que o indivíduo não deve ficar paralisado diante de uma dada adversidade e sim, que ele deve conseguir, de alguma maneira, minimizar ou adiar o contato com a fonte de estimulação aversiva, enfim, que ele deve permanecer ativo. Assim, o próprio modo como o indivíduo se comporta frente às contingências aversivas pode indicar a severidade relativa da estimulação envolvida.

Para a análise dos efeitos desejáveis, entende-se que a estimulação aversiva envolvida deva favorecer a apresentação de comportamentos concorrentes, ou seja, que a partir da história de aprendizagem do indivíduo e das condições ambientais atuais, esses comportamentos possam ocorrer. Isto indica que a estimulação aversiva, com a qual o indivíduo se defronta, pode ser considerada compatível pelo fato dele continuar a agir sobre seu ambiente, alterando as variáveis que controlam seu comportamento.

Segundo Hineline (1984) e Perone (2003), a ocorrência de efeitos desejáveis do controle aversivo deve ser analisada ao longo do processo de aprendizagem e em relação aos efeitos produzidos por outras contingências, uma vez que, a noção de repertório comportamental nos remete ao processo de aprendizagem como um todo e não apenas a uma situação ou a um comportamento em específico. Portanto, cabe examinar como se dá essa ocorrência, perguntando-se: em que medida os efeitos do controle aversivo podem favorecer a aprendizagem de repertório eficaz? As próximas seções deste capítulo constituem uma tentativa de responder essa questão.

5.1 ALGUMAS ILUSTRAÇÕES DE COMPORTAMENTO EFICAZ SOB CONTROLE DE CONTINGÊNCIAS AVERSIVAS

Esta seção apresenta, a título de ilustração, alguns comportamentos entendidos como eficazes, descritos apenas de modo geral. Entende-se que todos os exemplos aqui descritos constituem, por um lado, comportamento eficaz conforme os critérios descritos no Capítulo 3 e, por outro lado, envolvem, de alguma forma, o controle de contingências aversivas.

COMPORTAMENTO DE ESQUIVA ATIVA - De acordo com Mallot (2004), há dois tipos de comportamentos de esquiva que podem ser apresentados quando existe estimulação aversiva atuando: esquiva passiva e esquiva ativa. Na esquiva passiva, a remoção da estimulação aversiva condicionada ocorre pelo fato do indivíduo permanecer imobilizado, ou seja, o indivíduo permanece “ativamente imóvel” e a estimulação aversiva deixa de ocorrer. Normalmente, isso ocorre quando a estimulação aversiva é severa. Por outro lado, quando o indivíduo comporta-se ativamente, apresenta diferentes respostas que podem remover a estimulação aversiva condicionada. Neste caso, considera-se que tal estimulação aversiva é compatível com a capacidade do indivíduo de enfrentá-la. Pelo fato da estimulação aversiva condicionada ser compatível, sugere-se que, se ocorrer reações emocionais, elas possivelmente sejam toleráveis e passageiras. Com isso, o custo de resposta para o organismo não seria elevado.

Comportamento de esquiva ativa implica que o indivíduo se mantenha em suficiente mobilização, interagindo com diferentes contextos, garantindo uma variedade de respostas. Skinner (1966/1969b) considera que a variedade de respostas, que um dado indivíduo apresenta diante de uma situação aversiva, favorece diretamente o processo de resolução de problemas. Parece, então, que a diversidade de respostas apresentadas para remover estimulação aversiva condicionada (ou não) aumenta as chances do indivíduo ser bem-sucedido diante de adversidades. Mallot (2004) afirma que isso aumenta as possibilidades de relações comportamentais, positivamente reforçadoras, serem estabelecidas, o que pode manter o indivíduo ativo em relação ao seu ambiente.

Muitos autores, entre eles Mallot (2004), Michael (1975) e Todorov (2001), sugerem que a diversidade de contato com a estimulação aversiva compatível pode produzir variabilidade de comportamentos, fato que poderia ser aplicado na análise de comportamento criativo. Para Hünziker (2006), comportamentos de esquiva, que produzem variedade de respostas, levantam questionamentos sobre a participação do controle aversivo na promoção de comportamentos criativos.

Será que contingências aversivas também podem aumentar a probabilidade de comportamentos variáveis (e criativos)? Nas artes, no esporte, na ciência, na resolução de problemas, enfim, em todas as atividades onde variar ou repetir podem ser comportamentos funcionais, podemos identificar que contingências aversivas estão presentes. Por exemplo, para um piloto de avião, variar os procedimentos de comando da aeronave, fora dos limites impostos pelos manuais de voo, pode ter consequências fatais, contudo, em determinadas circunstâncias de voo, é possível que um certo grau de variabilidade seja necessário para que o piloto enfrente situações inusitadas, evitando acidentes. Esse comportamento discriminativo, de variar ou repetir de acordo com as contingências aversivas fazem parte do cotidiano, controlando maior ou menor variabilidade do comportamento (p.163).

Além dessas considerações acerca do comportamento de esquiva ativa (produzido por contingência de reforço negativo), considera-se também que o processo de esquiva ativa tende a favorecer a aprendizagem de repertório eficaz, uma vez que participa, ainda, de diversos comportamentos relevantes, tais como: comportamento de enfrentamento e de resolução de problemas, como apresentado nas próximas descrições.

COMPORTAMENTO DE ENFRENTAMENTO - Para Lipp (2006), o comportamento de esquiva é extremamente adaptativo, porém para ele ocorrer se faz necessário um mínimo de contato com estimulação aversiva. Lipp (2006) afirma que comportamentos de esquiva favorecem a aprendizagem de comportamentos de enfrentamento imprescindíveis no dia-a-dia das sociedades modernas. Hayes (1987) e Kohlenberg & Tsai (2001) defendem que a exposição do indivíduo a certas contingências aversivas é necessária, para que o indivíduo aprenda a enfrentar situações variadas da vida diária, nas quais a estimulação aversiva é inexorável. Para esses autores, os efeitos do controle aversivo não podem ser totalmente prescindidos, uma vez que a aprendizagem de comportamentos de enfrentamento depende, necessariamente, de um mínimo de contato com a estimulação aversiva.

COMPORTAMENTO VERBAL - Skinner (1957), ao descrever o comportamento verbal, discute que a aquisição de repertório verbal eficaz depende, necessariamente, de práticas especiais públicas da comunidade verbal. Nessas práticas, o controle de estímulos é fortemente estabelecido nas relações comportamentais, o que permite a produção de respostas verbais específicas. O autor explica que a aquisição do comportamento verbal dá-se por estratégias da comunidade verbal fundadas, em geral, no reforço diferencial e na punição.

Respostas verbais reforçadas diferencialmente não são determinadas por controle aversivo. Nesse caso, as respostas verbais úteis, para a comunidade verbal, são fortalecidas por reforço positivo e as inapropriadas, extintas (não reforçadas). Assim, as respostas verbais apropriadas produzem conseqüências que aumentam a sua probabilidade de ocorrência (respostas de mesma classe) e as inapropriadas não são conseqüenciadas. Por outro lado, Skinner (1957) afirma que o controle discriminativo, produzido pela comunidade verbal, é complementado por contingências de punição, ou seja, respostas inapropriadas não extintas são punidas com freqüência pela comunidade verbal.

Gongora (2003) ressalta que, por mais simples que seja a comunidade verbal, o controle discriminativo estabelecido por ela é exigente. Sobre isso, Skinner (1957) afirma que contingências punitivas atuam de forma pertinente na aquisição do comportamento verbal eficaz. Nessa discussão, o autor não faz menção à intensidade da estimulação aversiva, o que leva a se supor que seja pouco intensa e que, nesse caso, reações emocionais perturbadoras não participam do processo de aquisição do comportamento verbal eficaz. Parece, ainda, que o efeito imediato das contingências de punição, possivelmente, garanta de forma mais ágil a aprendizagem de comportamento verbal eficaz, os quais, uma vez estabelecidos, passam a ser positivamente reforçados. No entanto, é importante pontuar que isso não implica que reações emocionais perturbadoras não possam ocorrer, se a estimulação aversiva for severa, as reações podem ser perturbadoras. Porém, sugere-se que na maioria das situações, tais reações devam ser toleráveis pelo organismo.

Com base nos critérios de repertório eficaz, considera-se que o comportamento verbal é eficaz por tender a favorecer um número cada vez maior de relações reforçadoras entre o indivíduo e seu ambiente social, principalmente pelo fato de reduzir significativamente as chances de punições. Além disso, o comportamento verbal constitui uma prática cultural, que favorece o bem estar de toda a comunidade verbal.

COMPORTAMENTO ENCOBERTO - Práticas punitivas públicas da comunidade verbal, também são apresentadas como contingências pertinentes para a ocorrência encoberta de comportamentos (Skinner, 1957; Tourinho, 1997). A ocorrência encoberta de um comportamento está, com muita freqüência, sob o controle de contingências de reforço negativo. O modo encoberto de apresentação do comportamento impossibilita a conseqüenciação aversiva pela comunidade verbal para respostas inapropriadas do indivíduo. Dessa maneira, a manutenção de parte das ocorrências do comportamento de uma pessoa no nível encoberto é supostamente mantida, entre outras formas, pelo reforçamento negativo,

como indicado por Gongora (2003) na análise das variáveis que favorecem a ocorrência encoberta do comportamento.

Um bom e freqüente motivo para o comportamento permanecer encoberto são as contingências punitivas em vigor. Quanto mais intensa a punição mais o comportamento punido tende a recolher-se para a forma encoberta. ... Mas, o ponto importante neste caso é poder experimentar e errar, sem ter que assumir as conseqüências; ao tornar o comportamento aberto, assume-se as conseqüências. Por isso, o comportamento encoberto pode vir acompanhado da sensação de liberdade (p.76).

Comportamentos encobertos minimizam as chances do indivíduo entrar em contato com estimulação aversiva severa e, além disso, permitem que os indivíduos planejem ações públicas, aumentando as chances destas serem efetivas, pois favorecem a autocorreção (comportamentos precorrentes).

Segundo Gongora (2003), a ocorrência encoberta do comportamento verbal permite ao indivíduo encontrar ou testar soluções e respostas, de forma rápida, para diferentes tipos de problemas, porque este comportamento não exige um apoio ambiental constante, ou seja, não está sujeito às barreiras sociais que interrompem, normalmente, o curso de comportamentos que ocorrem abertamente. Para Skinner (1972/1975d), comportamentos verbais encobertos podem ser interpretados como comportamentos precorrentes ou preliminares no processo de solução de problemas. Tais comportamentos, em uma cadeia comportamental, possibilitam que o comportamento subsequente, de ocorrência aberta, seja mais efetivo, tanto para o indivíduo (diminui as chances de punição) quanto para o grupo, uma vez que aumenta a probabilidade de problemas do seu grupo também serem solucionados de maneira mais eficaz.

Pode-se, então, supor que além de atender aos critérios de comportamento eficaz, as ocorrências de comportamento encoberto ainda podem favorecer o repertório eficaz, facilitando a solução de problemas para o indivíduo e para o seu grupo.

RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS – Para Skinner (1966/1969b; 1953/2000d), um indivíduo apresenta um problema quando está motivado (seja por privação ou pela presença de estimulação aversiva) para responder de determinada maneira, mas em função das variáveis ambientais com que se defronta, seu responder está impossibilitado. Gongora (2003) afirma que a resolução de problema incluiria muitas respostas que deveriam ser emitidas para

produzirem a condição necessária para a emissão da resposta final, a qual solucionaria o problema. Desse modo, o comportamento de resolver problemas implica que o indivíduo manipule seu ambiente de modo a produzir as condições necessárias para a apresentação da resposta final. Portanto, o contato com a situação problema pode ser interpretado como um contato com estimulação aversiva e as respostas de manipular o ambiente podem consistir em respostas de esquiva, pois eliminam a fonte de estimulação aversiva. Essa interpretação do comportamento de solucionar problemas, como um processo de esquiva, parece pertinente, uma vez que as respostas que alteram o ambiente, “removem” os obstáculos que impossibilitam a ocorrência da resposta final.

Cabe enfatizar, porém, que este contato não pode paralisar o indivíduo, uma vez que dessa forma o problema não pode ser solucionado; deve haver a apresentação de respostas para que pelo menos uma delas remova a estimulação aversiva, a saber, a situação problema. De acordo com Skinner (1972/1975d), comportamentos de esquiva podem garantir uma variedade de respostas, que tende a favorecer a solução de problemas.

COMPORTAMENTO DE SEGUIR REGRAS - Segundo Baum (1994/1999c), “dizer que um comportamento é controlado por uma regra é dizer que está sob controle do estímulo regra, e que a regra é um certo tipo de estímulo discriminativo verbal” (p.155). Se o estímulo que controla o comportamento de seguir regra é um estímulo verbal, então este comportamento está sujeito aos efeitos ambientais produzidos pelo comportamento de outros, porque estímulos verbais são construídos socialmente.

Skinner (1966/1969b) ressalta que regras são efetivas no trato com o mundo, uma vez que sinalizam as possibilidades ou chances do comportamento ser reforçado ou punido, tanto em relação ao mundo físico quanto ao mundo social. A descrição a seguir ilustra como regras podem estar relacionadas com a eficácia do comportamento.

A regra deve ter sido descoberta por alguém particularmente sensível a seus efeitos sobre os outros, mas uma vez estabelecida, deve ter provado ser geralmente útil. ... Finalmente, ao formulá-las, os homens aprenderam a se comportarem mais eficientemente uns em relação aos outros – possivelmente sem exposição direta às contingências. (Skinner, 1966/1969b, p. 278, grifos nossos).

Para Skinner (1966/1969b), o comportamento de seguir regras deve ter-se tornado eficiente por restringir as possibilidades de contado do indivíduo com eventos danosos. Assim, se o comportamento de seguir regras é eficiente por não haver necessidade do indivíduo se expor às contingências (principalmente punitivas), pode-se entender que seguir regras implica um eficiente comportamento de esquiva, quando a contingência envolvida é aversiva. Desse modo, o comportamento de seguir regras pode ser reforçado negativamente.

O elenco de ilustrações, aqui apresentadas, pode ser ainda ampliado com os processos comportamentais explicados em Guilhardi (2001) e em Lerman & Vorndran (2002), os quais também apontam processos comportamentais que fundamentam a tese aqui defendida. Guilhardi (2001), ao analisar a aprendizagem de comportamento responsável, descreve que as reações emocionais desconfortáveis geradas pelo controle aversivo tendem a favorecer processos discriminativos. A sensibilidade ao efeito de seu comportamento para o comportamento de uma outra pessoa, auxilia o indivíduo a discriminar como suas ações afetam o meio social, no qual convive, tornando-se responsável por suas atitudes. Lerman & Vorndran (2002), por meio de uma revisão de literatura, apontam que os melhores resultados para modelar comportamentos apropriados em clientes, que apresentam necessidades especiais, foram encontrados na conjugação de procedimentos fundamentados no controle de contingências positivas com os de contingências aversivas.

Com as ilustrações apresentadas, procura-se indicar, de maneira bem geral, que o controle aversivo pode participar em diversos processos comportamentais que resultam em repertório eficaz. Nas próximas seções isso será demonstrado, em maiores detalhes, com a análise do comportamento moral e do comportamento de autocontrole.

5.2 CONTROLE AVERSIVO E COMPORTAMENTO MORAL

As discussões sobre moralidade, realizadas por Skinner (1971/1977; 1989/1991), expressam a preocupação do autor acerca do futuro das relações humanas. Em seus ensaios sobre o tema, Skinner (1989/1991) enfatiza que os indivíduos responsáveis pela formação de pessoas (tipos de repertório) - estejam eles na religião, no governo ou nas ciências, por exemplo - devem atentar-se para as conseqüências que essa formação apresenta, ou seja, devem indagar-se se as práticas resultantes dos repertórios individuais produzem

maiores benefícios ou prejuízos para a sociedade como um todo, tanto de maneira imediata quanto a longo prazo. Para o autor, as práticas de um dado grupo social devem favorecer não só o bem estar deste grupo, mas, principalmente, o de suas futuras gerações e, com isso, ele entende que a formação de pessoas implicaria modelar repertórios socialmente eficazes.

Com base nessas considerações, pode-se entender que a moralidade para Skinner, em última instância, implica a análise de como as práticas de um grupo podem contribuir para a sobrevivência de sua cultura. Assim, adotando a perspectiva skinneriana, compreende-se, nesta análise, que o comportamento moral atende aos critérios de comportamento eficaz, uma vez que, é definido como o comportamento de seguir regras sociais que favorecem o convívio em grupo. O comportamento moral apresenta-se como uma tentativa do grupo em ensinar seus membros a se comportarem em função do bem ou do valor do grupo (Mallot, 2004).

Cabe pontuar que, embora o comportamento moral seja analisado, nesta pesquisa, como relevante no processo de manutenção de práticas culturais importantes, são poucos os estudos encontrados que tratam desse tema no enfoque comportamental. Talvez, isso se deva à complexa e íntima relação que uma investigação, detalhada do comportamento moral, apresenta com a compreensão do posicionamento ético e político de Skinner, o qual exige uma análise bem estruturada sobre a concepção de moralidade e de ética no Behaviorismo Radical. Apesar da relevância de esclarecer esta concepção no estudo do comportamento moral, nesta seção não será desenvolvido um exame acerca dos aspectos éticos e políticos implicados na compreensão do comportamento moral, uma vez que, objetiva-se aqui apenas elucidar como o controle aversivo pode favorecer a aprendizagem deste comportamento.

Na análise do comportamento moral, um primeiro passo é elucidar a construção de valores na perspectiva skinneriana. Skinner (1971/1977d) afirma que qualquer ação moral é orientada por valores (bens) estabelecidos e mantidos, neste caso, por uma dada comunidade verbal. As regras sociais que descrevem como “algo deve ser” ou como “se deve agir” em uma determinada cultura representam seus valores, uma vez que, descrevem comportamentos socialmente aceitos e estimulados nesta cultura. Dittrich & Abib (2004) destacam que os valores devem ser analisados como elementos de uma prática cultural relevante, a partir das conseqüências que isso tem para a própria cultura que os desenvolveu, ou seja, a cultura deve favorecer a construção de valores que revertam, como conseqüência última, em sua própria sobrevivência. Para melhor explicitar a visão Behaviorista Radical de valor, pode-se recorrer à interpretação desenvolvida em Abib (2001) a respeito da posição

skinneriana sobre este tema. Nesta interpretação, ele elucida que valor pode ser entendido com base em duas características de processos operantes: (a) o efeito das conseqüências do comportamento e (b) o sentimento que acompanha esse efeito. Pautando-se nestas características, os indivíduos formulam juízos de valor ou atribuem valores às coisas.

Como descrito anteriormente no Capítulo 1, são dois os efeitos das conseqüências sobre a probabilidade do comportamento – fortalecedor e enfraquecedor. O comportamento pode ser fortalecido como produto de contingências de reforço positivo ou de reforço negativo. Abib (2001) afirma que, nessas contingências, as conseqüências fortalecedoras do comportamento são acompanhadas por sentimentos positivos e, por isso, valoradas como “boas”. O enfraquecimento do comportamento ocorre como produto das contingências de punição negativa, de punição positiva e de extinção. Conseqüências que enfraquecem o comportamento são acompanhadas por sentimentos negativos e, portanto, valoradas como “ruins” ou “más”.

Tendo em conta essas características que definem valor, verifica-se que contingências de reforço negativo participam da valoração do que é “bom”, uma vez que fortalecem o comportamento, enquanto produzem sentimentos positivos. Por outro lado, contingências de punição participam de valoração do que é “ruim”, pois enfraquecem o comportamento e favorecem sentimentos negativos. Abib (2001) indica a participação de ambas as contingências aversivas (reforço negativo e punição) na construção de valores morais. O controle aversivo participa da construção de regras sociais, que descrevem comportamentos com maior probabilidade de serem reforçados, bem como aqueles que apresentam alta probabilidade de serem enfraquecidos. Ele observa, também, que o controle aversivo gera reações emocionais que acompanham tanto o comportamento fortalecido - sentimentos positivos - como os comportamentos enfraquecidos - sentimentos negativos, como observado na seguinte asserção:

Logo, boa é a presença do reforçador positivo, ausência do reforçador negativo e a presença dos sentimentos positivos que os acompanham; e má é a ausência de reforçadores positivos, a presença de reforçadores negativos e a presença de sentimentos negativos que os acompanham (Abib, 2001, p.108)

Sentimentos positivos e negativos polarizariam as relações estabelecidas entre os indivíduos e, com isso, os auxiliariam a discriminar, na complexidade de suas interações sociais, comportamentos que são aceitos ou reprovados socialmente. Reações

emocionais desconfortáveis, como vergonha, culpa e medo, por exemplo, tidas como sentimentos negativos e, por isso, valoradas como ruins, podem sinalizar comportamentos socialmente reprovados.

Isto posto a respeito da construção de valor, pode-se analisar a participação de sentimentos produzidos por contingências aversivas na aprendizagem de comportamento moral. Mallot (2004) afirma que a relação entre comportamento e reações emocionais valoradas como negativas orienta tanto a discriminação do comportamento socialmente aceito (comportamento moral) quanto a discriminação do comportamento reprovado pelo grupo, uma vez que estabelece as condições ambientais apropriadas para a modelagem do comportamento discriminativo. Provavelmente, sentimentos negativos sinalizem possíveis conseqüências aversivas para comportamentos socialmente censuráveis.

A sensibilidade às conseqüências destes tipos de comportamentos contribui para que o indivíduo possa ser repreendido e evite repeti-los, enquanto que a insensibilidade às conseqüências dos comportamentos censuráveis contribui para a manutenção destes comportamentos. (Martinez, 2005, p.22)

Observa-se que, para o estabelecimento e a manutenção de comportamento moral, as reações emocionais produzidas pelo controle aversivo e valoradas como boas ou ruins têm participação de destaque. Normalmente, critica-se o controle aversivo pela produção de efeitos emocionais indesejáveis, como vergonha, culpa, medo e humilhação (Sidman, 1989/1995). No entanto, uma vez considerada a concomitância de freqüência e de intensidade adequadas da estimulação aversiva, presente nas interações sociais, Mallot (2004) afirma que a produção de subprodutos emocionais do controle aversivo, em algumas circunstâncias, pode ser não só relevante, mas também desejável para a aprendizagem de regras morais. Essas regras são importantes e necessárias para o convívio com o grupo e, portanto, eficazes.

Segundo Machado & Ingberman (2003) e Mallot (2004), sentimentos negativos, como vergonha e culpa apresentam função discriminativa importante na aprendizagem de comportamento moral. Sentir vergonha ou culpa relaciona-se a eventos ambientais que funcionam como punidores severos, para determinados comportamentos, sendo estes sentimentos produtos emocionais exclusivos de contingências aversivas.

Mallot (2004) ressalta que um indivíduo não deve experienciar, predominantemente, sentimentos de vergonha ou de culpa ao longo de sua história, pelo fato disso dificultar o processo de discriminação de quais comportamentos são socialmente aceitos

e quais não devem ocorrer, por não serem aprovados pelo grupo social. Assim, sentimentos de culpa e de vergonha não devem ser predominantes. O autor esclarece que, embora não devam ser predominantes, esses sentimentos podem funcionar como estímulos discriminativos para o comportamento de aceder à regra social, previamente estabelecida como apropriada para o convívio social. Comportamentos aceitos socialmente são reforçados negativamente, ao evitarem críticas de outras pessoas ou demais punições sociais. O autor defende que, se os indivíduos respondem a certas contingências com sentimentos de culpa e de vergonha, isto indica que eles são sensíveis às reprimendas sociais e tendem a se comportar de modo socialmente apropriado. Portanto, pode-se considerar que sentimentos negativos, como culpa, vergonha e medo são desejáveis em condições especiais da estimulação aversiva, uma vez que favorecem a discriminação do comportamento socialmente apropriado, contribuindo para a aprendizagem de comportamento moral.

Continuando, o autor afirma que a função discriminativa, desempenhada por sentimentos negativos, só apresenta efetividade se o indivíduo imprescindivelmente, também, discriminar as maneiras como as conseqüências de seu comportamento podem afetar o comportamento de seus iguais. Aceder à regra social exige que o indivíduo seja suscetível ao efeito (conseqüências) que seu comportamento pode produzir para o comportamento de outros indivíduos e não apenas ser sensível às conseqüências que afetam diretamente seu próprio comportamento.

Essa análise de Mallot fundamenta-se nos textos skinnerianos. Por exemplo, Skinner (1953/2000h) afirma que o indivíduo, ao participar de uma relação social, comporta-se em função de conseqüências diferentes, conseqüências do seu comportamento que podem afetar seu próprio comportamento; que afetam o comportamento de outro indivíduo ou mesmo que exercem controle tanto sobre o comportamento do indivíduo que as produziu quanto sobre o comportamento de outros indivíduos. Porém, a suscetibilidade às conseqüências que afetam seu próprio comportamento é bem mais eficaz do que estar sob controle do efeito sofrido por outro indivíduo. Entretanto, sendo o comportamento moral um comportamento social, a suscetibilidade ao efeito sofrido por um outro indivíduo deve estar estabelecida para que se modele o comportamento moral.

Para autores desenvolvimentistas como Kohlberg (1995) e La Taille (2001), os sentimentos de culpa e de vergonha são importantes para a aprendizagem moral. Apesar do enfoque de análise desses autores não se interessar essencialmente pelo estudo das contingências, suas investigações sobre a aprendizagem moral também apontam que sentimentos negativos são importantes para a aprendizagem de regras morais de uma dada

cultura. La Taille (2001) considera que “ser sensível” ao sofrimento de um outro é importante para a aprendizagem moral, reconhecer o prejuízo de uma outra pessoa vislumbrando que poderia ser seu próprio prejuízo, de forma geral, favorece ações benéficas aos membros de uma cultura. Entretanto, o que interessa pontuar aqui é que, mesmo sob outros enfoques, esses autores parecem indicar que sentimentos de culpa e de vergonha não podem ser prescindidos por favorecerem a sensibilidade dos indivíduos aos efeitos que suas ações podem provocar em outros indivíduos.

Retomando a discussão sobre valores, Dittrich & Abib (2004) lembram que as práticas culturais indicam os valores que um dado grupo apresenta e, em muitos casos, tais práticas contribuem para a sobrevivência do próprio grupo, além de favorecer a manutenção desses valores para suas futuras gerações. Neste contexto, o comportamento moral se refere à prática cultural, a qual tende a aumentar as possibilidades de sobrevivência da cultura que o estabeleceu e o mantém. Contudo, eles assinalam que, agir em coerência com os valores do grupo, muitas vezes, estabelece conflito com os interesses individuais de seus membros. Isto quer dizer que a relação entre diferentes conseqüências reforçadoras não se dá de maneira linear e, na maioria das vezes, estabelece conflito entre indivíduo e grupo, em função do controle exercido pelas conseqüências imediatas do comportamento do indivíduo.

Frente ao exposto até aqui, é possível analisar agora a relevância do comportamento moral como solução para os conflitos resultantes das contingências seletivas filogenéticas e ontogenéticas, por um lado, e culturais, por outro. Mallot (2004) afirma que se comportar moralmente exige restrições à apresentação de certos comportamentos individuais, fato que, na opinião do autor, exigiria um equilíbrio entre conseqüências imediatas positivas para comportamentos individuais e a não ocorrência de conseqüências negativas atrasadas para o grupo. Assim, o comportamento moral refere-se ao seguimento de regras sociais que descrevem quais comportamentos devem ser apresentados, pelo fato de a longo prazo não resultarem em danos para o grupo, mesmo que, para isto ocorrer, tais comportamentos não produzam conseqüências positivas imediatas para o próprio indivíduo. Para o autor, comportamento moral é controlado por contingências de reforço negativo, examinado como um comportamento de esquiva, uma vez que aceder às regras socialmente estabelecidas evita o contato com as represálias (punição social) sinalizadas pela regra. Mallot (2004) ressalta, que embora o comportamento moral favoreça o convívio social, não há negligência por completo dos interesses do indivíduo a favor dos valores sociais. Assim, agir em benefício do outro, em última instância, também garante benefício para o próprio indivíduo na convivência

com seus pares. Abib (2001) também se refere a essa possibilidade de equilíbrio, a qual ele denomina “altruísmo interessado”.

Skinner (1969/1975; 1971/1977; 1974/1995) defende que ao longo da evolução das espécies, filogeneticamente, os organismos foram preparados a responder ao alimento, à água, à presença de predadores, ou seja, a todos os sinais que favorecem a ocorrência de comportamentos favoráveis à sobrevivência da espécie, os quais são denominados, também, reforçadores primários, uma vez que exercem essa função. A partir da suscetibilidade dos organismos às conseqüências de seu comportamento, quaisquer eventos associados às conseqüências filogenéticas (favoráveis à sobrevivência da espécie) podem exercer função reforçadora sobre o comportamento, os quais são denominados reforçadores secundários ou condicionados. Em virtude dessa história, as conseqüências imediatas do comportamento tiveram maior valor de sobrevivência e, por isso, foram mais efetivas do que conseqüências atrasadas. Os indivíduos tornaram-se mais sensíveis às conseqüências imediatas (as quais normalmente são boas, pois representam um valor ou um bem para a sobrevivência do organismo) e esse tipo de controle imediato também se manteve na história de seleção dos comportamentos individuais, seleção ontogenética.

No entanto, o grupo exige que o indivíduo se comporte não em função das conseqüências imediatas de seu comportamento, mas que o seu comportamento fique sob controle de conseqüências que afetem o funcionamento do grupo. Mas, reconhece-se a dificuldade em estabelecer esse tipo de controle, uma vez que tais conseqüências, freqüentemente, além de negativas são atrasadas. Skinner (1989/1991) esclarece que, na tentativa de tornar os efeitos negativos e atrasados do comportamento, mais imediatos, o comportamento de não seguir regras sociais, as quais descreviam comportamentos facilitadores do convívio social, passou a ser sinalizado como valores negativos para o grupo. Assim, não aceder a regras sociais passou a ser um comportamento constantemente punido e acompanhado por sentimentos negativos. Nesse contexto, o comportamento moral, supostamente, se desenvolveu como uma tentativa de garantir o bem dos outros.

Skinner (1974; 1971/1977a; 1953/2000d) argumenta que a preocupação com o futuro das relações humanas deve, primeiramente, favorecer o desenvolvimento de estratégias comportamentais, que auxiliem na suplantação dos conflitos entre conseqüências atrasadas e imediatas para comportamentos do próprio indivíduo, para que isso, posteriormente, contribua para a dissolução do conflito entre os valores individuais e os valores do grupo. Com isso, espera-se que práticas culturais favoreçam, em última instância, os indivíduos das futuras gerações. Enfim, comportar-se moralmente implica que eu devo agir

sobre meu ambiente, também, para construir condições que favoreçam o bem estar de meus filhos, netos e netos dos meus filhos. Para tanto, Skinner (1974; 1971/1977a; 1953/2000d) enfatiza a importância que tem o ensino do comportamento de autocontrole na suplantação dos diferentes conflitos, estabelecidos entre indivíduo e grupo, em prol de uma sociedade mais justa. Assim, a próxima seção demonstra como os efeitos do controle aversivo podem ser desejáveis na aprendizagem de autocontrole, o qual é entendido pelo autor como uma estratégia para se garantir a ocorrência de comportamento moral.

Para concluir, a partir das considerações sobre a aprendizagem do comportamento moral, destacam-se três pertinentes aspectos da análise desenvolvida nesta seção. Em primeiro lugar, nesta análise, o comportamento moral atende aos critérios de comportamento relevante na constituição de repertório eficaz de uma pessoa. Em segundo lugar, pode-se pontuar que a participação de contingências aversivas na aprendizagem de comportamento moral possibilita amenizar o controle de conseqüências imediatas, que geram conflito entre o bem pessoal e o bem dos outros, ou seja, o indivíduo e a cultura. Finalmente, considera-se demonstrado que contingências aversivas participam da aprendizagem de comportamento moral, seja pela aplicação de medidas de censura de condutas prejudiciais dos indivíduos, de um dado grupo social, seja na formação de valores morais positivos. Observa-se, ainda, como parte relevante desta análise, que valores bons, são acompanhados por sentimentos positivos e que sentimentos positivos podem acompanhar comportamentos negativamente reforçados.

5.3 CONTROLE AVERSIVO E O COMPORTAMENTO DE AUTOCONTROLE

A análise do comportamento de autocontrole demonstra que contingências de punição e de reforço negativo são determinantes tanto para o seu estabelecimento quanto para a sua manutenção.

De acordo com Skinner (1953/2000d), contingências de punição são imprescindíveis para o surgimento de autocontrole, uma vez que se trata de um comportamento originado por situações de conflito, nas quais necessariamente há estimulação aversiva. O autor esclarece que, uma situação é denominada conflitante quando contingências, que produzem efeitos distintos sobre um dado comportamento, são igualmente fortes no seu controle. Assim, o conflito se refere à situação que apresenta tanto a possibilidade de ocorrer

o fortalecimento, bem como o enfraquecimento de uma dada resposta. O autocontrole é um comportamento produzido pela competição entre contingências de reforço (fortalecimento) e de punição (enfraquecimento).

No texto selecionado, Skinner (1953/2000d), por meio da descrição do comportamento de ingerir bebidas alcólicas, explica como a situação, que origina o comportamento de autocontrole, pode ser estabelecida:

Ingerir bebidas alcólicas, por exemplo, muitas vezes é seguido por uma condição de confiança inusitada, na qual se é mais bem-sucedido socialmente e pela qual se esquecem responsabilidades, ansiedades, e outros males. Como isso é positivamente reforçador, aumenta a probabilidade de que o beber aconteça em ocasiões futuras. Mas há outras conseqüências – a “ressaca” e os efeitos possivelmente desastrosos do comportamento excessivamente confiante ou irresponsável, os quais são reforçadores negativos e, quando contingente ao comportamento, representam uma forma de punição. (p. 252).

Com essa descrição, Skinner (1953/2000d) afirma que, no autocontrole, as diferentes contingências que estabelecem o conflito são determinadas por conseqüências ambientais distintas, produzidas por uma dada resposta. Para esclarecer, este autor complementa, ressaltando que um indivíduo precisa autocontrolar-se quando as conseqüências, produzidas por uma dada resposta, provocam conflito, ou seja, quando esta resposta pode produzir tanto conseqüências positivas quanto negativas.

Esse controle é estabelecido quando o indivíduo age no seu ambiente, alterando as variáveis ambientais das quais parte de seu próprio comportamento é função e, com isso, torna menos provável a ocorrência de respostas que geram conflito. Dessa forma, o autocontrole é um comportamento reforçado negativamente, uma vez que o comportamento de manipular variáveis ambientais é fortalecido pela remoção de estímulos, que consistem na ocasião que favorece a probabilidade de ocorrência da resposta, a qual produz conflito (remoção de estímulos aversivos condicionados). Na descrição apresentada, a manipulação de variáveis alterou o ambiente, de modo que a resposta de beber tornou-se menos provável de ocorrer. Continuando sua descrição sobre o comportamento de ingerir bebidas alcólicas, Skinner (1953/2000d) esclarece como a contingência de reforço negativo está implicada na determinação do autocontrole.

Contudo, um efeito mais importante é que o comportamento que enfraquece o comportamento de beber é automaticamente reforçado pela redução resultante da estimulação aversiva. Já discutimos o comportamento de simplesmente “fazer alguma outra coisa”, que é reforçado por que substitui o comportamento punível, mas há outras possibilidades. O organismo pode tornar a resposta punida menos provável alterando as variáveis das quais é função. Qualquer comportamento que consiga fazer isso será automaticamente reforçado. Denominamos de autocontrole estes comportamentos. (p. 253).

A partir dessas colocações, pode-se observar que o comportamento de autocontrole apresenta duas respostas relacionadas de maneira particular. Primeiramente, há uma resposta a ser controlada, ou seja, a resposta que pode produzir conseqüências positivas e negativas, ocasionando o conflito, e a resposta controladora que promove condições ambientais que funcionalmente podem reduzir a probabilidade da primeira ocorrer, controlando-a. Assim, a contingência de punição participa do processo de estabelecimento e de manutenção do autocontrole, pois constitui parte da situação de conflito, enquanto a contingência de reforço negativo participa da resposta controladora, uma vez que esta é fortalecida pela alteração das condições ambientais, que normalmente aumentariam a probabilidade de ocorrência da resposta que produz o conflito. Skinner (1953/2000d) descreve as respostas que envolvem comportamento de autocontrole da seguinte forma:

As conseqüências positivas e negativas geram duas respostas relacionadas uma à outra de modo especial: uma resposta - a controladora, afeta variáveis de maneira a mudar a probabilidade da outra, a controlada. A resposta controladora pode manipular qualquer das variáveis das quais a resposta controlada é função; portanto, há muitas formas de autocontrole (p. 253, grifos originais)

Entretanto, apesar da resposta controlada produzir duas conseqüências (positiva e negativa), a manutenção da resposta controladora por reforço negativo sugere que, na situação de conflito, as conseqüências negativas (a apresentação de reforçadores negativos ou a retirada de reforçadores positivos – contingências de punição) suplantam o possível controle que contingências de reforço positivo poderiam estabelecer - fato que favoreceria a ocorrência da resposta a ser controlada e não a sua evitação. Skinner (1953/2000d) não descreve claramente o conflito, que origina o comportamento de autocontrole, mas sua análise

sobre as técnicas de autocontrole elucida algumas particularidades das situações de conflito, fato que enfatiza o papel determinante das contingências de punição.

Um primeiro aspecto a ser destacado trata da diferença temporal com que conseqüências positivas e negativas afetam o comportamento que as produziram. Na descrição do comportamento de ingerir bebidas alcoólicas, por exemplo, o autor apresenta os reforçadores positivos como conseqüências próximas do comportamento de beber e estímulos aversivos, por exemplo, a apresentação dos efeitos da ressaca, como conseqüências atrasadas. Nesse sentido, o conflito se constitui pela imediatividade das conseqüências positivas e pelo atraso das conseqüências negativas.

Contudo, é sabido que, para uma conseqüência afetar a probabilidade de ocorrência futura do comportamento que a produziu, a produção desta conseqüência no passado deve ter sido contingente ao comportamento, caso contrário não se estabelece uma relação funcional entre comportamento e conseqüência. Portanto, esse descompasso entre as conseqüências positivas e negativas não estabelece, por si só, uma situação de conflito para que ocorra autocontrole, isto pelo fato das últimas conseqüências serem atrasadas. Assim, para que o conflito seja estabelecido, algum efeito negativo produzido pela contingência de punição deve ser contingente à resposta que produz ambas as conseqüências, uma vez que conseqüências remotas são ineficazes no controle do comportamento. Cabe, então, explicar como essa distância temporal é reduzida, culminando no conflito que demanda autocontrole.

Apesar do primeiro efeito, produzido pela ingestão de bebidas alcoólicas, ser reforçador (desinibição, relaxamento muscular), outras condições ambientais também produzidas por este comportamento, a longo prazo, podem produzir outras conseqüências que inibam ou enfraqueçam sua ocorrência, funcionando como punição (dor de cabeça, esquecimento, afastamento dos amigos, etc). As conseqüências negativas e atrasadas do comportamento de beber, se experienciadas, com o tempo têm seus efeitos aversivos condicionados a estímulos neutros, presentes na situação onde ocorre punição. Os efeitos aversivos, produzidos por contingências de punição (respostas emocionais, debilidade física, por exemplo) e já experienciados pela pessoa, que ingeriu a bebida, em uma ocasião semelhante podem ser produzidos por estímulos aversivos condicionados (o lugar, as pessoas ou pelo próprio comportamento de beber). Dessa forma, estímulos aversivos condicionados podem funcionar como estimulação aversiva suficiente para concorrer com o efeito reforçador e imediato também produzido pelo beber. Quando isso ocorre, a resposta de beber, ao mesmo tempo em que produz estimulação reforçadora, passa a produzir também a estimulação aversiva condicionada. Portanto, desse processo se estabelece o conflito necessário entre

conseqüências reforçadoras e punitivas para a apresentação do comportamento de autocontrole. Pode-se supor que o condicionamento de estímulos neutros à estimulação aversiva se faz fundamental, para que ocorra autocontrole, uma vez que são os estímulos aversivos condicionados que competem com a estimulação reforçadora, estabelecendo o conflito necessário.

Para que conseqüências negativas atrasadas tenham parte de seus efeitos condicionados ao comportamento que as produziram, a intensidade e a freqüência da estimulação aversiva devem ser, suficientemente, alta e constante. Isso é necessário para que os estímulos aversivos condicionados sejam suficientemente fortes para competir com as conseqüências reforçadoras imediatas. Em outras palavras, os estímulos que controlam a resposta a ser controlada devem estar condicionados à estimulação aversiva, produzida pelo comportamento. Caso contrário, os efeitos reforçadores seriam produzidos sem interferências de outras conseqüências, não ocorrendo o conflito que origina a necessidade de autocontrole. Assim, para que ocorra a produção do comportamento de autocontrole, os efeitos condicionados de contingências de punição são indispensáveis.

Competir com a imediaticidade das conseqüências produzidas por contingência de reforço positivo não é uma tarefa fácil para a natureza. Assim, uma grande parcela das contingências que promovem autocontrole são determinadas socialmente. Segundo Skinner (1953/2000c), o problema da ineficácia de conseqüências remotas tem sido contornado por contingências socialmente construídas. Para este autor, uma das maiores realizações de uma cultura tem sido conseqüenciar comportamentos importantes, para que eles sejam fortalecidos, o que dificilmente ocorreria sem intervenção do grupo social, uma vez que essas conseqüências reforçadoras são naturalmente produzidas de maneira remota. Especificamente no autocontrole, a cultura aproxima os efeitos remotos de contingências de punição e, isto, alude ao segundo aspecto a ser abordado sobre as particularidades do conflito que demanda autocontrole. O papel exercido pela cultura é frisado por Skinner (1953/2000f) nesta asserção:

O mundo inanimado poderá estabelecer certo grau de autocontrole – por exemplo, o indivíduo poderá não comer um alimento delicioso, mas indigesto – mas, grande parte do autocontrole é culturalmente determinada, particularmente pelas agências éticas, as religiosas e as governamentais (p. 460).

Pelo fato do conflito ser estabelecido por forte intensidade dos efeitos aversivos, bem como por contato assíduo com a estimulação aversiva das contingências de punição, nem sempre é possível e viável esperar que tal estimulação seja experienciada, para que seus efeitos sejam então condicionados à estimulação aversiva, produzida pelo comportamento que também produz reforçadores imediatos. Esse processo exige um contato, mesmo que intermitente com a contingência de punição, para que a resposta controladora seja fortalecida. Caso isso não ocorra, a resposta controladora gradativamente pode deixar de produzir as conseqüências que a mantêm (redução da estimulação aversiva) até que ocorra sua extinção, uma vez que a estimulação aversiva condicionada deixa de acontecer. Desta forma, para acelerar e garantir o estabelecimento do comportamento de autocontrole, a maior parte da estimulação aversiva, que concorre com reforçadores imediatos, é fornecida por contingências especiais arranjadas pelo grupo social. Como ilustra Skinner (1953/2000g):

Um mero levantamento das técnicas de autocontrole não explica por que o indivíduo as põe em funcionamento. Este defeito é bem aparente quando nos empenhamos em gerar autocontrole. É fácil dizer ao alcoólatra que pode evitar a bebida jogando fora os suprimentos de álcool; o principal problema está em fazê-lo agir assim. Tornamos este comportamento controlador mais provável arranjando contingências especiais de reforçamento. Punindo o beber – talvez meramente com “desaprovação” – arranjamos reforço automático do comportamento que controla o beber porque esse comportamento reduz a estimulação aversiva condicionada. Algumas dessas conseqüências adicionais são fornecidas pela natureza, mas em geral, são dispostas pela comunidade. Na verdade, é o que interessa no treino ético. Parece, portanto, que a sociedade é responsável pela maior parte do comportamento de autocontrole (p. 263-264).

Dessa maneira, a punição social suplementa as conseqüências naturalmente aversivas e remotas pelo fato de ocorrer condicionamento de estímulos, os quais funcionam como antecedentes ao comportamento a ser controlado. Com isso, o conflito com os reforçadores naturais e imediatos é intensificado, favorecendo a ocorrência de respostas controladoras. Portanto, os principais aspectos das situações de conflito, abordados por Skinner (1953/2000d) na análise das técnicas que o indivíduo utiliza para controlar seu ambiente, aludem para o desencontro temporal das conseqüências produzidas pela resposta a ser controlada (conseqüências reforçadores imediatas e punitivas atrasadas) e para o papel exercido pelas contingências dispostas socialmente, as quais estabelecem o conflito para a ocorrência de autocontrole, pelo fato de conseqüenciar o comportamento pela apresentação contingente da estimulação, produzida por contingências de punição social.

Skinner (1974; 1971/1977b) afirma que o comportamento de autocontrole é indiscutivelmente um produto cultural, uma vez que o conflito entre conseqüências reforçadoras e punitivas é promovido significativamente por contingências dispostas pelo grupo. Por isso, hipotetiza-se que, mesmo pelo fato de a estimulação aversiva ser de elevada intensidade e freqüência, as reações emocionais desencadeadas sejam socialmente aceitas. Segundo Skinner (1971/1977b), o grupo social arranja tais contingências, principalmente porque o autocontrole é antes de tudo importante para a vida em grupo e, por isso, suas raízes são localizadas em contingências de punição socialmente construídas, aceitando possíveis reações emocionais perturbadoras em prol do grupo.

Até o momento, a participação de contingências de punição na aprendizagem de autocontrole foi analisada, enfocando possíveis prejuízos sofridos pelo indivíduo. Nesta análise, o comportamento a ser controlado produz conseqüências aversivas atrasadas para o indivíduo e, por isso, os efeitos aversivos de contingências de punição promovidas pelo grupo acabam conseqüenciando este comportamento, tornando-o menos provável de ocorrer. Assim, autocontrolar-se é fortalecido pela remoção de estímulos aversivos condicionados, os quais funcionariam como estímulos discriminativos para a resposta que produz conflito. Com a manipulação de variáveis ambientais, o comportamento que produz estimulação aversiva condicionada e reforçadora positiva imediata tem menor probabilidade de ocorrer.

Ao considerar a origem social do autocontrole, Skinner (1971/1977b) acrescenta novos elementos de análise do conflito que demanda autocontrole, bem como peculiaridades à participação de contingências de punição no estabelecimento e resolução do conflito. O autocontrole pode ser produzido, ainda, quando o comportamento a ser controlado produz conflito entre o indivíduo e o grupo. Neste caso as conseqüências aversivas são para o grupo e as conseqüências positivas para o comportamento do indivíduo. Assim, o conflito é estabelecido quando o comportamento individual resulta em desvantagem para o grupo e vantagem para o indivíduo. Quando isso ocorre, o grupo arranja contingências ambientais, para que o comportamento do indivíduo seja punido, quando este se comporta de maneira que resulte em conseqüências aversivas para o grupo.

Quando o conflito está localizado no nível do indivíduo, o problema é dispor condições ambientais, as quais favoreçam que conseqüências negativas (naturalmente remotas) tornem-se contingentes ao comportamento, para que ele seja controlado por um outro comportamento (autocontrole), uma vez que, a longo prazo, produz maiores prejuízos ao indivíduo. Assim, o comportamento é mantido pelas conseqüências que afetam o

comportamento do próprio indivíduo. Portanto, contingências de punição socialmente produzidas participam da situação de conflito, desencadeando a redução da probabilidade de ocorrência de respostas que, a longo prazo, produzem conseqüências aversivas para o indivíduo.

Por outro lado, quando o comportamento do indivíduo resulta em conseqüências aversivas, que afetam comportamentos de indivíduos do grupo, o problema é maior. Pois, além de contornar a questão da imediaticidade de reforçadores e de atraso de conseqüências aversivas para o comportamento do indivíduo há, ainda, a necessidade de arranjar conseqüências aversivas próximas, que permitam que o indivíduo seja sensível ao prejuízo produzido por ele, mas que afeta comportamentos de outros indivíduos e não o seu próprio comportamento. Assim, neste tipo de conflito, as contingências de punição, além de produzir conseqüências aversivas, que normalmente são naturalmente remotas, também devem promover condições ambientais, que tornem o indivíduo sensível aos efeitos produzidos por ele e que afetam o comportamento de outros indivíduos. A partir disso, espera-se que comportamentos individuais, que geram conseqüências aversivas para o grupo, possam ser controlados pelo próprio indivíduo que os emitiu.

Skinner (1971/1977b) frisa a relevância do comportamento de autocontrole ao relatar como se deu o desenvolvimento das situações, as quais atualmente se apresentam como conflitantes para o indivíduo e para o grupo.

O valor de sobrevivência (de certas predisposições genéticas) muda conforme as condições se alteram. Por exemplo, uma forte susceptibilidade a reforçamento por certos tipos de alimentos, contato sexual e dano agressivo já foram extremamente importantes. Quando uma pessoa gastava grande parte do dia procurando por comida, era importante que rapidamente aprendesse onde encontrá-la ou como pegá-la, mas com o advento da agricultura, da lavoura animal e de modos de estocar comidas, a vantagem foi perdida e, agora, a capacidade de ser reforçado por comida leva ao comer excessivo e à doença. Quando a escassez absoluta e a peste freqüentemente dizimavam a população, era importante que os homens pudessem procriar a cada oportunidade, mas com a melhoria das condições de higiene pública, medicina e agricultura, a susceptibilidade a reforçamento sexual significa, agora, superpopulação. No tempo em que uma pessoa tinha que se defender contra predadores, incluindo outras pessoas, era importante que qualquer sinal de danos ao predador devesse reforçar o comportamento que tivesse tal efeito, mas com a evolução da sociedade organizada, a susceptibilidade a este tipo de reforçamento tem se tornado menos importante e pode agora interferir com relações sociais mais úteis. Uma das funções da cultura é corrigir estas disposições inatas por meio do delineamento de técnicas de autocontrole, as quais moderam o efeito reforçador (pp. 167-168).

Segundo Skinner (1953/2000h), contingências de punição podem produzir condições ambientais que possivelmente favoreçam a ocorrência de comportamento altruísta. Isso pode ser proporcionado pelo fato de o indivíduo ser parte do ambiente controlador, assim, ele é sensível às conseqüências produzidas pelo controle que pode exercer sobre os outros, ou seja, em determinadas situações o indivíduo sofre os efeitos aversivos das contingências de punição por ter seu comportamento punido e, em outras, atua como agente punidor. Assim, contingências de punição produzem efeitos aversivos para aquele que tem o comportamento punido e reforçadores para o comportamento de quem pune, podendo ser o mesmo indivíduo que promove ambas as situações. Dessa forma, o comportamento de autocontrole pode ser entendido como eficaz pelo fato de, provavelmente, produzir condições ambientais que favoreçam a vida em comunidade e também por diminuir as chances do indivíduo entrar em contato com estimulação aversiva atrasada. Neste caso, contingências de punição apresentam-se extremamente relevantes, como explica Skinner (1953/2000h):

A punição é a principal variável responsável pelo comportamento de autocontrole, o qual, como vimos, também reduz o reforço primário. Em resumo, o efeito do controle do grupo entra em conflito com o forte comportamento primariamente reforçado do indivíduo. Restringiu-se o comportamento egoísta e o altruísmo é encorajado. Mas o indivíduo lucra com esses procedimentos porque é parte do grupo controlador com respeito a cada outro indivíduo. Pode estar sujeito ao controle, mas se empenha em procedimentos semelhantes no controle do comportamento dos outros. Esse sistema pode alcançar um “estado estável” no qual as vantagens e desvantagens do indivíduo chegam a um ponto de equilíbrio. Nesse estado, um controle razoável sobre o comportamento egoísta fica contrabalançado pelas vantagens que obtêm como membro do grupo que controla o mesmo comportamento egoísta de outros (p. 357).

Portanto, autocontrole pode ser compreendido como um comportamento que favorece repertório eficaz, uma vez que previne efeitos indesejáveis para o grupo, possivelmente, contribuindo com a sobrevivência de práticas culturais. Além disso, também pode produzir mudanças ambientais que impedem a ocorrência de comportamentos que geram estimulação aversiva apenas para o próprio indivíduo, ou seja, aumenta as chances de reforço para comportamento do próprio indivíduo (reforço negativo).

Na presente análise, verificou-se que os efeitos comportamentais do controle aversivo (como reações emocionais e processo de condicionamento) participam da aprendizagem de autocontrole, o comportamento considerado eficaz, principalmente, pelas conseqüências que produz para o grupo. Mas, não é essa a aprendizagem de autocontrole

defendida por Skinner. Segundo Nico (2001), Skinner critica veementemente os efeitos comportamentais produzidos pelas contingências de punição e de reforço negativo, mesmo quando o comportamento produzido possa ser considerado eficaz. Contudo, em sua utopia - *Walden Two* (1948/1975) - verifica-se que as contingências planejadas para o ensino de autocontrole ainda produzem um comportamento de esquiva, o qual é controlado pela remoção de estimulação aversiva. O processo é o mesmo do analisado anteriormente, tem-se uma resposta a ser controlada e outra que controla. A diferença reside no tipo de estimulação aversiva envolvida.

Conforme afirma Skinner (1948/1975), a estimulação aversiva deve ser compatível com a capacidade do indivíduo em enfrentá-la. Se a estimulação for apresentada gradualmente, sem frequência e intensidade elevadas e, ainda, se o indivíduo apresentar comportamentos de enfrentamento (controlabilidade) e se a apresentação dessa estimulação for sinalizada (previsibilidade), os efeitos comportamentais são mobilizadores e não paralisantes. Neste caso, possivelmente, os subprodutos do controle aversivo poderiam ser considerados desejáveis. Portanto, supõe-se que mesmo em uma sociedade planejada e, por isso, “isenta” de adversidades (se isto fosse possível e não apenas utopia), os efeitos comportamentais do controle aversivo não seriam de todo prescindíveis na aprendizagem de comportamento eficaz, como no caso do autocontrole.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os primeiros questionamentos que motivaram a realização dessa pesquisa resultaram de duas afirmações constantes, apresentadas por autores que pesquisavam estratégias de intervenção comportamental em diferentes contextos. Inicialmente, observou-se que a maioria dos textos descrevia e recomendava estratégias fundamentadas em contingências de extinção e de reforço positivo como alternativas para substituir o uso do controle aversivo, especialmente, quando a intervenção era direcionada às áreas de educação e de psicoterapia. Em segundo lugar, nas análises sobre os processos de estabelecimento e de manutenção de padrões comportamentais socialmente inapropriados, geralmente, as contingências de punição e de reforço negativo eram adotadas como explicação. Em síntese, verificou-se que procedimentos, pautados no controle aversivo, eram veementemente interditados enquanto que estratégias positivas eram constantemente recomendadas para as intervenções comportamentais.

Essas afirmações estimularam o interesse por estudar de maneira mais detalhada como o conhecimento da área de controle aversivo se apresenta atualmente, o que permitiria o exame dos principais argumentos que subsidiam as críticas ao controle aversivo. No entanto, o interesse maior foi o de investigar a possibilidade do controle aversivo favorecer a modelagem de comportamentos importantes, os quais pudessem aumentar as chances das pessoas se comportarem com maior independência e maior competência em suas interações. Considerando-se que isso pudesse contribuir para que as pessoas, de um modo geral, apresentassem posturas mais ativas em relação ao seu ambiente (social ou físico) e que isso pudesse, também, resultar em um mundo melhor para a convivência entre os homens e destes com a natureza em geral. Enfim, a questão central, consistentemente levantada, foi a de que o controle aversivo poderia “ir além” dos prejuízos à aprendizagem comportamental, freqüentemente descritos nas análises predominantes na área.

Na busca por possíveis respostas, foi de extrema importância examinar como o conhecimento sobre o controle aversivo encontrava-se estruturado. Assim, o primeiro capítulo desta dissertação apresentou uma breve revisão da literatura sobre as análises de maior debate e divulgação acerca do controle aversivo do comportamento, o que permitiu a formulação do problema de pesquisa aqui investigado: contingências de punição e de reforço negativo poderiam produzir efeitos desejáveis à aprendizagem comportamental?

Contudo, a avaliação de possíveis efeitos desejáveis do controle aversivo exigiu a formulação de critérios, para que, primeiramente, comportamentos fossem avaliados como desejáveis ou indesejáveis, para então ser possível analisar se contingências aversivas poderiam produzir efeitos benéficos à aprendizagem comportamental. Essa demanda levou ao Estudo 1, que permitiu a investigação de critérios com os quais os textos skinnerianos qualificam comportamentos como eficazes. Sobre o resultado deste estudo, é importante destacar que a formulação de critérios, a partir dos textos skinnerianos, além de auxiliar no desenvolvimento da tese principal desta pesquisa, resultou também em um instrumento analítico que pode ser utilizado em outros estudos interessados em comportamento eficaz.

Quanto à questão principal aqui investigada, as análises apresentadas no Capítulo 4, referentes ao Estudo 2, demonstram que há fundamentos para a tese de que o controle aversivo tem participação na promoção de comportamento eficaz, ou seja, seus subprodutos podem ser, não só indesejáveis, mas, em certas circunstâncias, desejáveis.

Constatou-se, ainda, nos Estudos 1 e 2, que comportamentos eficazes são comportamentos complexos, difíceis de serem analisados sem considerar os diferentes níveis de seleção pelas conseqüências, assim como também é difícil isolar os efeitos das contingências que os produzem. Michael (1975) afirma que os efeitos de uma dada contingência não devem ser analisados de maneira segmentada, como se os domínios de controle do comportamento pudessem ser isolados no contexto natural, tal como ocorre no contexto experimental. Na análise da posição de diferentes autores (Hineline, 1984; Martinez, 2005; Michael, 1975; Perone, 2003), pode-se verificar que eles consideram que os efeitos benéficos das contingências aversivas podem ocorrer em associação com os efeitos produzidos por contingências positivas, sugerindo que o arranjo entre essas contingências favorece a aprendizagem de comportamentos eficazes. Considera-se que analisar o processo comportamental, abordando o entrelaçamento de diferentes contingências, não é uma tarefa fácil, porém, análises polarizadas tendem a argumentar de maneira parcial os possíveis efeitos de contingências específicas.

Com os critérios de comportamento eficaz e analisando-se os efeitos de contingências aversivas, observou-se que a compreensão da participação desejável do controle aversivo requer o exame de especificidades da estimulação aversiva envolvida. Concluiu-se que fontes de estimulação aversiva podem tanto beneficiar quanto prejudicar a ocorrência de comportamentos importantes, dependendo de variáveis, como frequência, intensidade, natureza e forma de apresentação da estimulação aversiva, conforme analisado no primeiro capítulo.

Nas análises do comportamento moral e do autocontrole, observou-se, principalmente, que os efeitos comportamentais, como reações emocionais e o condicionamento de estímulos neutros, mesmo com elevada intensidade e frequência da estimulação aversiva, ainda podem, em certas circunstâncias, favorecer a aprendizagem desses comportamentos. Verificou-se que isto pode ocorrer quando essas especificidades da estimulação aversiva tendem a favorecer o estabelecimento de conflitos entre conseqüências positivas imediatas e negativas atrasadas, para que, assim, conseqüências negativas e atrasadas, passem a ocorrer de maneira imediata. Com isso, os conflitos entre indivíduo e cultura teriam maiores possibilidades de serem dissolvidos e como resultado comportamentos relevantes tenderiam a ser estabelecidos e mantidos.

Cabe ressaltar que o exame de diferentes autores indicou que efeitos indesejáveis à aprendizagem comportamental também podem ser produzidos por outras contingências, além das consideradas aversivas. Assim, supõe-se que tanto o controle aversivo como o controle positivo, se aplicados de maneira inapropriada, podem coibir a aprendizagem de comportamentos eficazes e produzir comportamentos indesejáveis.

Outro ponto que não poderia ser esquecido é que a tese aqui defendida, a respeito de efeitos desejáveis do controle aversivo, não implica minimizar ou desqualificar a maior parte dos argumentos em defesa do controle positivo. Entende-se que esta tese pode ser compatível com a argumentação de que o controle positivo deve, em última instância, predominar no controle comportamental de uma pessoa. Porém, isto deve ser favorecido pela conjugação dos diferentes efeitos produzidos por contingências aversivas e positivas. Assim, compreende-se que o bem estar do indivíduo pode ser promovido também pelo controle aversivo do comportamento.

Com base nas considerações apresentadas nesta pesquisa, espera-se que as análises desenvolvidas sejam suficientes para demonstrar a tese inicial de que o controle aversivo pode favorecer a aprendizagem de comportamentos eficazes. Espera-se, também, que os resultados até aqui demonstrados possam desfazer posturas cristalizadas acerca dos efeitos negativos produzidos por contingências aversivas. Pretende-se, ainda, que os resultados deste estudo venha a despertar novos interesses de pesquisa que possam produzir avanços no entendimento da complexidade envolvida no controle do comportamento humano, seja ele positivo ou negativo.

REFERÊNCIAS

- ABIB, J. D. (2000). Teoria moral e desenvolvimento humano. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14 (1), 107-117 .
- BALSAN, P., & Bondy, F. (1983). The negative side effects og reward. *Journal Applied Behavior Analysis*, 3, (16), 283-296.
- Banaco, R, A. (2004). Punição positiva. In C. ABREU, & H. J. GUILHARDI (Orgs), *Terapia comportamental e cognitivo comportamental - práticas clínicas*. (pp. 61-71) São Paulo: Roca.
- BAUM, W. (1999a). Intenção e reforço. *Compreendendo o Behaviorismo: ciência, comportamento e cultura*. (pp. 91-108) Porto Alegre: Artmed. (Originalmente publicado em 1994)
- BAUM, W. (1999b). Controle de estímulos e conhecimento. *Compreendendo o Behaviorismo: ciência, comportamento e cultura*. (pp. 109-124) Porto Alegre: Artmed. (Originalmente publicado em 1994)
- BAUM, W. (1999b). Pensamento e comportamento controlado por regras. *Compreendendo o Behaviorismo: ciência, comportamento e cultura*. (pp. 155-175) Porto Alegre: Artmed. (Originalmente publicado em 1994)
- CARVALHO NETO, M. B., RICO, V. V.; TOBIAS, G., K., S., GOUVEIA JR. A., & Angerami, J. G. T. (2005). O jato de ar quente como estímulo aversivo: efeitos da sua apresentação contingente e não-contingente em *tattus norvegicus*. In H. J. GUILHARDI, & N. C. AGUIRE, (Orgs.) *Sobre o comportamento e cognição, Expondo a variabilidade*. (pp. 400-408) Campinas: Esetec.
- CATÂNIA (1999). As conseqüências do responder: controle aversivo. *Aprendizagem*. Englewood Cliffs (Originalmente publicado em 1991).
- GONGORA, M. A. N (2003). Itinerário para analisar comportamento verbal encoberto. In: BRANDÃO, M. Z (Org.) *Sobre o comportamento e cognição, A história e os avanços da seleção por conseqüências em ação*. (pp. 66-81) Campinas: Esetec.
- HAYES, S. C. A (1987). Contextual approach to therapeutic change. In: N. JACOBSON (Org.), *Psychotherapists in Clinical Praticce: Cognitive and Behavioral Perspectives*. (pp. 327-387) New York: Guilford.

HINELINE, P. N. (1984). Aversive control: A separate domain? *Journal of Experimental Analysis of Behavior*, 3, 495-509.

HÜZINKER M. T. (1997). O desamparo aprendido e a análise funcional da depressão. In: ZAMIGNANI, D. R (Org.) *Sobre o comportamento e cognição, A aplicação da análise do comportamento e da terapia cognitivo-comportamental no hospital geral e nos transtornos psiquiátricos*. (vol. 3, pp. 66-81) Santo André: ARBytes.

HÜZINKER M. T. (2006). Comportamento criativo e análise do comportamento In: variabilidade comportamental In H. J. GUILHARDI, & N. C. AGUIRE, (Orgs.), *Sobre o comportamento e cognição, Expondo a variabilidade*. (pp. 156-165) Campinas: Esetec.

KOHLBERG, R. J.; TSAI, S. (2001). *Psicoterapia analítica funcional: criando relações intensas e criativas*. Santo André: Esetec. (Originalmente publicado em 1991)

LA TAILLE, Y (2001). O sentimento de vergonha e suas relações coma moralidade. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 17.

LERMAN, D. C.; VORNDRAN, C. M. (2002). On the status of Knowledge for using Punishment: Implications for treating behavior disorders. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 35 (4), 431-464.

MACHADO, S., & INGBERMAN, Y (2003). O sentimento de culpa e suas implicações para o controle coercitivo do comportamento. Proposição de análise. In C. ABREU & H. J. GUILHARDI (Orgs.), *Terapia comportamental e cognitivo comportamental - práticas clínicas*. (pp. 240-248) São Paulo: Roca

MAESTRI, T. C; CARVALHO NETO, M. B. (2004). Os efeitos de uma longa história (10 sessões) de apresentação contínua e intermitente de uma jato de ar quente sobre a frequências de pressão à barra em *rattus norvegicus*. *Caderno de Resumos da VII Semana Científica do Laboratório de Psicologia* (pp. 25-26) Belém: Universidade Federal do Pará, Belém-PA.

MALOTT, R. W. (2004). Notes from an introspective behaviorist: achieving the positive live through negative reinforcement. *Journal of Organizational Behavior Management*, 24, 75-112.

MARTINEZ, C. (2005). *Controle aversivo: contribuições conceituais e considerações sobre a recomendabilidade*, Monografia de Especialização (não publicada). Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

MICHAEL, J. (1975). Positive and negative reinforcement, a distinction that no longer necessary; or a better way talk about bad things. In E. RAMP. & G. SEMB (eds.), *Behavior Analysis: Research and Application*. (pp. 33-44) Englewood Cliffs, N. J.

MILLENSON, J. R. (1975a). Contingências aversivas. (A. A. SOUZA & D. REZENDE, Trads.). *Princípios de análise do comportamento* (pp. 383-404.) Brasília: Coordenada. (Originalmente publicado em 1967)

MILLENSON, J. R. (1975b). Comportamento emocional. (A. A. SOUZA & D. REZENDE, Trads.). *Princípios de análise do comportamento* (pp.405-435) Brasília: Coordenada. (Originalmente publicado em 1967)

MILLENSON, J. R. (1975c). A especificação da resposta. (A. A. SOUZA & D. REZENDE, Trads.). *Princípios de análise do comportamento* (pp. 159-184). Brasília: Coordenada. (Originalmente publicado em 1967)

NICO, Y. C. (2001) A contribuição de B. F. Skinner para o ensino do autocontrole com objetivo da educação. Dissertação de mestrado (não publicada) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

PERONE, M. (2003). Negative effects of positive reinforcement. *The Behavior Analyst, 1*, pp. 1-14.

QUEIROZ, P. P. (2004). Punição negativa. In C. ABREU, & H. J. GUILHARDI (Orgs.) *Terapia comportamental e cognitivo comportamental: práticas clínicas*. (pp.72-100) São Paulo: Roca.

SIDMAN, M. (1995). *Coerção e suas implicações* (M. A. ANDERY, & M. T. SÉRIO, Trads.). Campinas: Psy II. (Originalmente publicado em 1989)

SKINNER, B. F. (1957). *Verbal Behavior*. New York: Appleton-Century-Crofts.

SKINNER, B. F. (1969a). Utopia as an experimental culture. *Contingencies of reinforcement: a theoretical analysis*. New York: appleton-Century-crofts (Originalmente publicado em 1966)

SKINNER, B. F. (1969b). A operante analysis of the problem resolution. *Contingencies of reinforcement: a theoretical analysis*. New York: appleton-Century-crofts (Originalmente publicado em 1966)

SKINNER, B. F. (1974). *About Behavior*. New York: Vintage Books.

SKINNER, B. F. (1975a). A tecnologia do ensino. *Tecnologia do ensino* (R. AZZI, Trad.). São Paulo: E.P.U e Edusp. (Originalmente publicado em 1972)

SKINNER, B. F. (1975b). Ensinar a pensar. *Tecnologia do ensino* (R. AZzi, Trad.). São Paulo: E.P.U e Edusp. (Originalmente publicado em 1972)

SKINNER, B. F. (1975c). A motivação do estudante. *Tecnologia do ensino* (R. AZZI, Trad.). São Paulo: E.P.U e Edusp. (Originalmente publicado em 1972)

SKINNER, B. F. (1975d). O estudante criativo. *Tecnologia do ensino* (R. AZZI, Trad.). São Paulo: E.P.U e Edusp. (Originalmente publicado em 1972)

SKINNER, B. F. (1975e). Uma revisão do ensino. *Tecnologia do ensino* (R. AZZI, Trad.). São Paulo: E.P.U e Edusp. (Originalmente publicado em 1972)

SKINNER, B. F. (1975f). Por que os professores fracassam. *Tecnologia do ensino* (R. AZZI, Trad.). São Paulo: E.P.U e Edusp. (Originalmente publicado em 1972)

SKINNER, B. F. (1975). *Walden Two: Uma sociedade voltada para o futuro*. São Paulo: EPU (Originalmente publicado em 1948)

SKINNER, B. F. (1977a). Uma tecnologia do comportamento *O mito da liberdade* (L. GOULART, & M. L. F. GOULART, Trads.). Rio de Janeiro: Bloch. (Originalmente publicado em 1971)

SKINNER, B. F. (1977b). Planejamento de uma cultura *O mito da liberdade* (L. GOULART, & M. L. F. GOULART, Trads.). Rio de Janeiro: Bloch. (Originalmente publicado em 1971)

SKINNER, B. F. (1977c). O que é o homem. *O mito da liberdade* (L. GOULART, & M. L. F. GOULART, Trads.). Rio de Janeiro: Bloch. (Originalmente publicado em 1971)

SKINNER, B. F. (1977d). Alternativas à punição. *O mito da liberdade* (L. GOULART, & M. L. F. GOULART, Trads.). Rio de Janeiro: Bloch. (Originalmente publicado em 1971)

SKINNER, B. F. (1977d). Valores. *O mito da liberdade* (L. GOULART, & M. L. F. GOULART, Trads.). Rio de Janeiro: Bloch. (Originalmente publicado em 1971)

SKINNER, B. F. (1977f). Punição. *O mito da liberdade* (L. GOULART, & M. L. F. GOULART, Trads.). Rio de Janeiro: Bloch. (Originalmente publicado em 1971)

SKINNER, B. F. (1981). Selection by consequences. *Science*, 213, 4507,501-504.

SKINNER, B. F. (1984). The evolution of behavior. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 41(2), 2117-221.

SKINNER, B. F. (1986). What is wrong with daily life in the Westrn Word? *American Psychologist*, 41, 568-574.

SKINNER, B. F. (1991a). O lugar do sentimento na análise do comportamento. *Questões recentes na análise do comportamento* (A L. NERI, Trad.). São Paulo: Papyrus. (Originalmente publicado em 1989)

SKINNER, B. F. (1991b). Genes e comportamento. *Questões recentes na análise do comportamento* (A L. NERI, Trad.). São Paulo: Papyrus. (Originalmente publicado em 1989)

SKINNER, B. F. (1991c). O lado operante da teoria comportamental. *Questões recentes na análise do comportamento* (A L. NERI, Trad.). São Paulo: Papyrus. (Originalmente publicado em 1989)

SKINNER, B. F. (1991d). O eu iniciador. *Questões recentes na análise do comportamento* (A L. NERI, Trad.). São Paulo: Papyrus. (Originalmente publicado em 1989)

SKINNER, B. F. (2000a). Uma ciência do comportamento. *Ciência e comportamento humano* (J. C. Todorov & R. AZZI, Trads.). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1953)

SKINNER, B. F. (2000b). Por que os organismos se comportam. *Ciência e comportamento humano* (J. C. Todorov & R. AZZI, Trads.). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1953)

SKINNER, B. F. (2000c). Agências controladoras. *Ciência e comportamento humano* (J. C. Todorov & R. AZZI, Trads.). São Paulo: Martins Fontes. Quinta seção. (Originalmente publicado em 1953)

SKINNER, B. F. (2000d). Autocontrole. *Ciência e comportamento humano* (J. C. TODOROV & R. AZZI, Trads.). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1953)

SKINNER, B. F. (2000e). Reflexos condicionados ou não. *Ciência e comportamento humano* (J. C. TODOROV & R. AZZI, Trads.). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1953)

SKINNER, B. F. (2000f). Cultura e controle. *Ciência e comportamento humano* (J. C. Todorov & R. Azzi, Trads.). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1953)

SKINNER, B. F. (2000g). Planejamento de uma cultura. *Ciência e comportamento humano* (J. C. TODOROV & R. AZZI, Trads.). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1953)

SKINNER, B. F. (2000h). Controle pelo grupo. *Ciência e comportamento humano* (J. C. TODOROV & R. AZZI, Trads.). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1953)

SKINNER, B. F. (2000i). Comportamento operante. *Ciência e comportamento humano* (J. C. TODOROV & R. AZZI, Trads.). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1953)

SKINNER, B. F. (2000j). Aversão, evitação, ansiedade. *Ciência e comportamento humano* (J. C. TODOROV & R. AZZI, Trads.). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1953)

SKINNER, B. F. (2000l). Punição. *Ciência e comportamento humano* (J. C. TODOROV & R. AZZI, Trads.). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1953)

TODOROV, J. C. (2001). Quem tem medo de punição? *Revista de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 1, 37-40.

TOURINHO E. Z. (1997). O conceito de comportamento encoberto no behaviorismo radical de B. F. Skinner. In R. A. BANACO (Org.), *Sobre Comportamento e Cognição: Aspectos teóricos, metodológicos e de formação em Análise do comportamento e Terapia Cognitiva* (pp. 267-271). Santo André: ESTec.

ANEXOS

ANEXO 1

Referências selecionadas na Etapa 4 do Estudo 1

ANEXO 1 – Referências selecionadas na Etapa 4 do Estudo 1

- Baum, W. (1999a). Intenção e reforço. *Compreendendo o Behaviorismo: ciência, comportamento e cultura*. (pp. 91-108) Porto Alegre: Artmed. (Originalmente publicado em 1994)
- Millenson, J. R. (1975c). A especificação da resposta. (A. A. Souza & D. Rezende, Trads.). *Princípios de análise do comportamento* (pp. 159-184). Brasília: Coordenada. (Originalmente publicado em 1967)
- Skinner, B. F. (1969a). Utopia as an experimental culture. *Contingencies of reinforcement: a theoretical analysis*. New York: appleton-Century-crofts (Originalmente publicado em 1966)
- Skinner, B. F. (1969b). A operante analysis of the problem resolution. *Contingencies of reinforcement: a theoretical analysis*. New York: appleton-Century-crofts (Originalmente publicado em 1966)
- Skinner, B. F. (1974). *About Behavior*. New York: Vintage Books.
- Skinner, B. F. (1975a). A tecnologia do ensino. *Tecnologia do ensino* (R. Azzi, Trad.). São Paulo: E.P.U e Edusp. (Originalmente publicado em 1972)
- Skinner, B. F. (1975b). Ensinar a pensar. *Tecnologia do ensino* (R. Azzi, Trad.). São Paulo: E.P.U e Edusp. (Originalmente publicado em 1972)
- Skinner, B. F. (1975c). A motivação do estudante. *Tecnologia do ensino* (R. Azzi, Trad.). São Paulo: E.P.U e Edusp. (Originalmente publicado em 1972)
- Skinner, B. F. (1975d). O estudante criativo. *Tecnologia do ensino* (R. Azzi, Trad.). São Paulo: E.P.U e Edusp. (Originalmente publicado em 1972)
- Skinner, B. F. (1975e). Uma revisão do ensino. *Tecnologia do ensino* (R. Azzi, Trad.). São Paulo: E.P.U e Edusp. (Originalmente publicado em 1972)
- Skinner, B. F. (1975). *Walden Two: Uma sociedade voltada para o futuro*. São Paulo: EPU (Originalmente publicado em 1948)
- Skinner, B. F. (1977b). Planejamento de uma cultura *O mito da liberdade* (L. Goulart, & M. L. F. Goulart, Trads.). Rio de Janeiro: Bloch. (Originalmente publicado em 1971)
- Skinner, B. F. (1977c). O que é o homem. *O mito da liberdade* (L. Goulart, & M. L. F. Goulart, Trads.). Rio de Janeiro: Bloch. (Originalmente publicado em 1971)
- Skinner, B. F. (1977d). Alternativas à punição. *O mito da liberdade* (L. Goulart, & M. L. F. Goulart, Trads.). Rio de Janeiro: Bloch. (Originalmente publicado em 1971)
- Skinner, B. F. (1977d). Valores. *O mito da liberdade* (L. Goulart, & M. L. F. Goulart, Trads.). Rio de Janeiro: Bloch. (Originalmente publicado em 1971)

Skinner, B. F. (1981). Selection by consequences. *Science*, 213, 4507,501-504.

Skinner, B. F. (1986). What is wrong with daily life in the Westrn Word? *American Psychologist*, 41, 568-574.

Skinner, B. F. (1991a). O lugar do sentimento na análise do comportamento. *Questões recentes na análise do comportamento* (A L. Neri, Trad.). São Paulo: Papirus. (Originalmente publicado em 1989)

Skinner, B. F. (1991b). Genes e comportamento. *Questões recentes na análise do comportamento* (A L. Neri, Trad.). São Paulo: Papirus. (Originalmente publicado em 1989)

Skinner, B. F. (1991c). O lado operante da teoria comportamental. *Questões recentes na análise do comportamento* (A L. Neri, Trad.). São Paulo: Papirus. (Originalmente publicado em 1989)

Skinner, B. F. (1991d). O eu iniciador. *Questões recentes na análise do comportamento* (A L. Neri, Trad.). São Paulo: Papirus. (Originalmente publicado em 1989)

Skinner, B. F. (2000a). Uma ciência do comportamento. *Ciência e comportamento humano* (J. C. Todorov & R. Azzi, Trads.). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1953)

Skinner, B. F. (2000b). Por que os organismos se comportam. *Ciência e comportamento humano* (J. C. Todorov & R. Azzi, Trads.). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1953)

ANEXO 2

Referências selecionadas na Etapa 2 do Estudo 2

ANEXO 2 – Referências selecionadas na Etapa 2 do Estudo 2

- Gongora, M. A. N (2003). Itinerário para analisar comportamento verbal encoberto. In: Brandão, M. Z (Org.) *Sobre o comportamento e cognição, A história e os avanços da seleção por conseqüências em ação.* (pp. 66-81) Campinas: Esetec.
- Guilhardi, H, J (2002) Auto-estima, autoconfiança e responsabilidade. In M. Z Brandão, F. C Conte, S. M, Mezzaroba (Orgs) *Comportamento humano: tudo (quase tudo) que você gostaria de saber para viver melhor.* Santo André: ESETEC
- Hayes, S. C. A (1987). Contextual approach to therapeutic change. In: N. Jacobson (Org.), *Psychotherapists in Clinical Practice: Cognitive and Behavioral Perspectives.* (pp. 327-387) New York: Guilford.
- Hineline, P. N. (1984). Aversive control: A separate domain? *Journal of Experimental Analysis of Behavior*, 3, 495-509.
- Hüzinker M. T. (2006). Comportamento criativo e análise do comportamento In: variabilidade comportamental In H. J. Guilhardi, & N. C. Aguire, (Orgs.), *Sobre o comportamento e cognição, Expondo a variabilidade.* (pp. 156-165) Campinas: Esetec.
- Kohlenberg, R. J.; Tsai, S. (2001). *Psicoterapia analítica funcional: criando relações intensas e criativas.* Santo André: Esetec. (Originalmente publicado em 1991)
- La Taille, Y (2001). O sentimento de vergonha e suas relações coma moralidade. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 17.
- Lerman, D. C.; Vorndran, C. M. (2002). On the status of Knowledge for using Punishment: Implications for treating behavior disorders. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 35 (4), 431-464.
- Machado, S., & Ingberman, Y (2003). O sentimento de culpa e suas implicações para o controle coercitivo do comportamento. Proposição de análise. In C. Abreu & H. J. Guilhardi (Orgs.), *Terapia comportamental e cognitivo comportamental - práticas clínicas.* (pp. 240-248) São Paulo: Roca
- Malott, R. W. (2004). Notes from an introspective behaviorist: achieving the positive live through negative reinforcement. *Journal of Organizational Behavior Management*, 24, 75-112.
- Martinez, C. (2005). *Controle aversivo: contribuições conceituais e considerações sobre a recomendabilidade,* Monografia de Especialização (não publicada). Universidade Estadual de Londrina, Londrina.
- Michael, J. (1975). Positive and negative reinforcement, a distinction that no longer necessary; or a better way talk about bad things. In E. Ramp. & G. Semb (eds.), *Behavior Analysis: Research and Application.* (pp. 33-44) Englewood Cliffs, N. J.

- Nico, Y. C. (2001) A contribuição de B. F. Skinner para o ensino do autocontrole com objetivo da educação. Dissertação de mestrado (não publicada) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Perone, M. (2003). Negative effects of positive reinforcement. *The Behavior Analyst*, 1, pp. 1-14.
- Todorov, J. C. (2001). Quem tem medo de punição? *Revista de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 1, 37-40.
- Tourinho E. Z. (1997). O conceito de comportamento encoberto no behaviorismo radical de B. F. Skinner. In R. A. Banaco (Org.), *Sobre Comportamento e Cognição: Aspectos teóricos, metodológicos e de formação em Análise do comportamento e Terapia Cognitiva* (pp. 267-271). Santo André: ESETec.